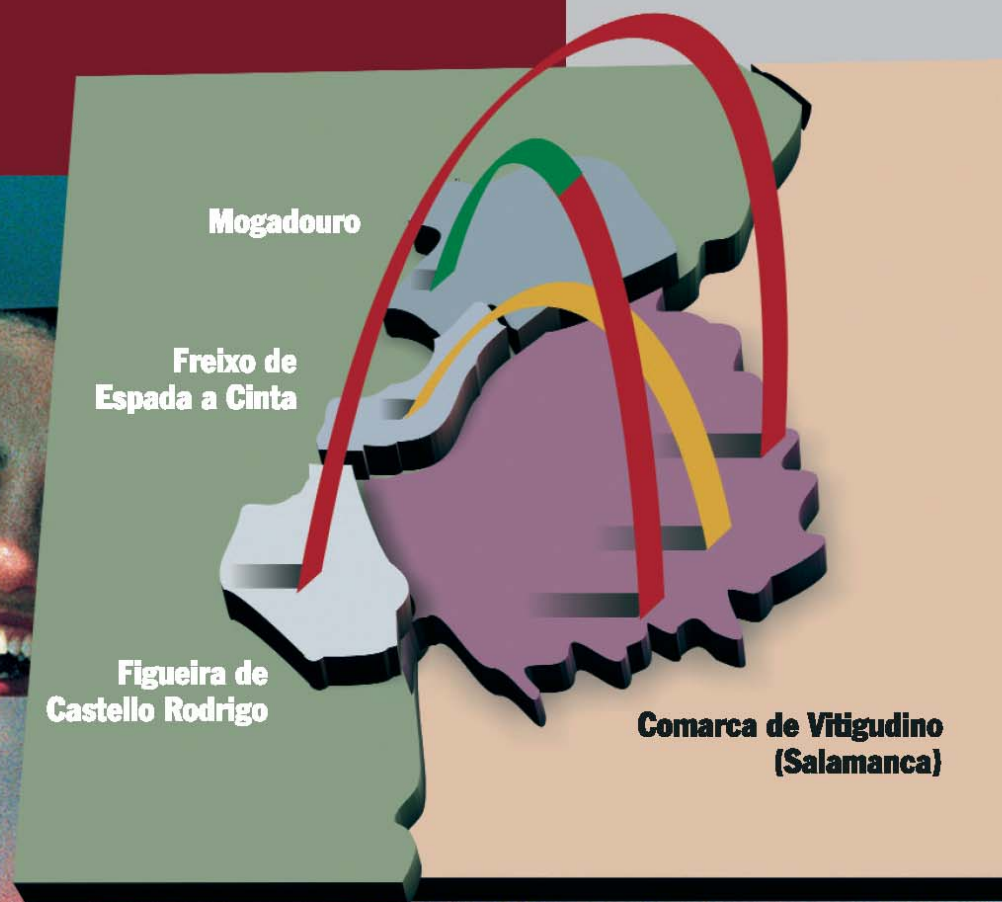


Directório Transfronterço para a Inter-acção Social



Directorio Transfronterizo para la Interacción Social



**Diputación
de Salamanca**

Edita: ORGANISMO AUTÓNOMO DE EMPLEO Y DESARROLLO RURAL
DIPUTACIÓN DE SALAMANCA
Avda. Carlos I, 64
37008 SALAMANCA
Tel.- +34 923 280918

Coordinador: CARLOS ALBERTO CORTÉS GONZÁLEZ
Elaboración: ANGELINA GUTIÉRREZ GABRIEL y LUIS ALFONSO HORTELANO MÍNGUEZ
Colaboradores: ISABEL GÓMEZ SÁNCHEZ, JUAN BAUTISTA ALONSO MARTÍN y JUAN DANIEL CRUZ-SAGREDO

Cartografía: CÉSAR ANDRÉS MARTÍN PESCADOR
Maquetación: Difusión y Publicaciones
DEPARTAMENTO DE CULTURA
DIPUTACIÓN DE SALAMANCA
Cubierta: **af.** Diseño gráfico

Imprime: IMPRENTA PROVINCIAL

Depósito Legal: S. 1.513-2004

ÍNDICE

7	PRESENTACIÓN GENERAL
20	ADMINISTRACIÓN LOCAL
23	LOS GRUPOS DE ACCIÓN LOCAL, LOS GESTORES DE LOS PROGRAMAS DE DESARROLLO RURAL
31	LAS ASOCIACIONES EMPRESARIALES, LA DEFENSA DE LOS INTERESES DE LA PEQUEÑA Y MEDIANA EMPRESA
33	EL DESARROLLO LOCAL Y LOS NUEVOS YACIMIENTOS DE EMPLEO, UNA ALTERNATIVA A LAS ZONAS POCO DESARROLLADAS Y DESFAVORECIDAS
49	LA CONSERVACIÓN DE LA NATURALEZA, UNA RESPONSABILIDAD COMPARTIDA
55	EL TURISMO RURAL, UNA ACTIVIDAD ECONÓMICA EMERGENTE
61	LAS ASOCIACIONES PARA LA INTERACCIÓN SOCIAL
75	PROPUESTAS DE INTERVENCIÓN TRANSFRONTERIZA

SUMÁRIO

7	APRESENTAÇÃO GERAL
20	ADMINISTRAÇÃO LOCAL
23	OS GRUPOS DE ACÇÃO LOCAL, OS GESTORES DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL
31	AS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS, A DEFESA DOS INTERESSES DE PEQUENA E MÉDIA EMPRESA
33	O DESENVOLVIMENTO LOCAL E AS NOVAS FONTES DE EMPREGO, UMA ALTERNATIVA ÀS ZONAS POUCO DESENVOLVIDAS E DESFAVORECIDAS
49	A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, UMA RESPONSABILIDADE COMPARTIDA
55	O TURISMO RURAL, UMA ACTIVIDADE ECONÓMICA EMERGENTE
61	AS ASSOCIAÇÕES PARA A INTER-ACÇÃO SOCIAL
75	PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

AS RELAÇÕES de colaboração entre a Deputação de Salamanca e as distintas Administrações Públicas do outro lado da raia não são uma utopia formal, mas sim uma realidade plenamente frutífera e que se concretizam em numerosos encontros e projectos que desde faz já alguns anos vimos executando em comum com o objectivo de criar um verdadeiro desenvolvimento sustentado dos nossos territórios.

Um claro exemplo de isso podemos demonstrá-lo na execução em comum de numerosas actuações inerentes ao Programa Comunitário Interreg III A, entre os que se encontram projectos de permeabilidade viária, projectos culturais, como a criação da Rede de Castros e Berracos, Projectos de apoio ao desenvolvimento empresarial, de constituição de comunidades de trabalho transfronteiriças, de optimização energética, etc.

A continuidade destas relações é responsabilidade de todas as Administrações Públicas e desde a Deputação de Salamanca a aposta por isso está garantida; o trabalho e o esforço comum estão a dar os seus frutos.

Um dos objectivos da Excm^a. Deputação de Salamanca é garantir a prestação integral e adequada das necessidades sociais básicas e a assistência específica aos sectores menos favorecidos no território provincial.

Por isso, desde o Organismo Autónomo de Empleo e Desenvolvimento Rural da Deputação de Salamanca, temos vindo trabalhando com este fim desde a sua criação no ano 2001.

Este Directório Transfronteiriço é o pioneiro das iniciativas de desenvolvimento de âmbito social que enfatiza a importância do associativismo dos diferentes grupos sociais no desenvolvimento da fronteira.

LAS RELACIONES de colaboración entre la Diputación de Salamanca y las distintas Administraciones Públicas del otro lado de la raya no son una utopía formal, sino que son una realidad plenamente fructífera y se concretan en numerosos encuentros y proyectos que, desde hace ya algunos años, venimos ejecutando en común con el objetivo final de crear un verdadero desarrollo sostenible de nuestros territorios.

Un claro ejemplo de ello podemos concretarlo en la ejecución en común de numerosas actuaciones inherentes al Programa Comunitario Interreg III A, entre los que se encuentran proyectos de permeabilidad viaria, proyectos culturales, como la creación de la Red de Castros y Verracos, Proyectos de apoyo al desarrollo empresarial, de constitución de comunidades de trabajo transfronterizas, de optimización energética, etc.

La continuidad de estas relaciones es responsabilidad de todas las Administraciones Públicas y desde la Diputación de Salamanca la apuesta por ello está garantizada; el trabajo y el esfuerzo común están dando sus frutos.

Uno de los objetivos de la Excm^a. Diputación de Salamanca es garantizar la prestación integral y adecuada de las necesidades sociales básicas y la asistencia específica a los sectores menos favorecidos en el territorio provincial.

Por ello, desde el Organismo Autónomo de Empleo y Desarrollo Rural de la Diputación de Salamanca, venimos trabajando con este fin desde su creación en el año 2001.

Este Directorio Transfronterizo es el pionero de las iniciativas de desarrollo de ámbito social que, enfatiza la importancia del asociacionismo de los diferentes grupos sociales en el desarrollo de la frontera.

E por isso, com a edição deste Directório Transfronteiriço para a Interação Social pretendemos que o ponto de partida para que se estabeleçam laços de intercâmbio que se concretizarão proximamente em actividades sócio-culturais e de desenvolvimento económico que dinamizem de alguma maneira o entorno da nossa população transfronteiriça. Além disso, constitui uma oportunidade excelente para estabelecer relações entre os que não se conhecem e têm ao seu alcance a possibilidade de desenvolver projectos conjuntos de colaboração.

O objectivo do projecto de criar um Directório Transfronteiriço para a Interação Social, não pretende mais que criar a primeira ferramenta de trabalho destes colectivos e associações juvenis, culturais, de mulheres, terceira idade, empresariais, agrárias, defensoras do património e do meio ambiente, promotores do turismo rural, etc., que já operam na zona, para futuras experiências de colaboração entre ambas povoações e crescer assim, não somente economicamente, como também no sentido da identidade, conservando as tradições culturais que conforma a idiosincrasia da zona.

Aproveito a ocasião para manifestar o meu agradecimento a todas as pessoas e entidades que colaboraram com o Organismo Autónomo de Empleo e Desenvolvimento Rural da Deputación de Salamanca para que este Directório Transfronteiriço de Interação social seja já uma realidade.

Salamanca, Novembro de 2004.

AVELINO PÉREZ SÁNCHEZ
Presidente do OADER

Y por ello, con la edición de este Directorio Transfonterizo para la Interacción Social pretendemos constituir el punto de partida para que se establezcan lazos de intercambio que se concretarán próximamente en actividades socioculturales y de desarrollo económico que dinamicen de alguna manera el entorno de nuestra población transfonteriza. Además, constituye una oportunidad excelente para establecer relaciones entre los que no se conocen y tienen a su alcance la posibilidad de desarrollar proyectos conjuntos de colaboración.

El objetivo del proyecto de crear un Directorio Transfonterizo para la Interacción Social, no pretende más que propiciar la primera herramienta de trabajo de estos colectivos y asociaciones juveniles, culturales, de mujeres, tercera edad, empresariales, agrarias, defensoras del patrimonio y del medio ambiente, promotores del turismo rural, etc., que ya operan en la zona, para futuras experiencias de colaboración entre ambos pueblos y crecer así, no sólo económicamente, sino también en el sentido de la identidad, conservando las tradiciones culturales que conforman la idiosincrasia de la zona.

Aprovecho la ocasión para manifestar mi agradecimiento a todas las personas y entidades que han colaborado con el Organismo Autónomo de Empleo y Desarrollo Rural de la Diputación de Salamanca para que este Directorio Transfonterizo de Interacción social sea ya una realidad.

Salamanca, noviembre de 2004

AVELINO PÉREZ SÁNCHEZ
Presidente del OAEDR

APRESENTAÇÃO GERAL

O actual Directório Transfronteiriço de Interação Social enquadra-se dentro das actividades de **cooperação inter-regional e transfronteiriça** impulsionadas pela Direcção Geral de Economia e Assuntos Europeus do Departamento de Economia e Emprego, através do Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças, e do Organismo Autónomo de Emprego e Desenvolvimento Rural dependente da Deputação Provincial de Salamanca. Com a publicação deste directório pensa-se contribuir para o alcance dos objectivos da União Europeia relacionados com o mercado único e apoiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e, concretamente, com o desaparecimento das fronteiras interiores. O Directório Transfronteiriço aporta soluções para combater **o efeito barreira ou de confin** neste sector da fronteira hispano-lusa, a “raia húmida”, entre Castela e Leão e as Regiões Norte e Centro de Portugal. Esta acção permite avançar na cooperação dos agentes sociais e económicos ao favorecer os intercâmbios económicos, culturais e educativos; abre a porta ao arranque de estratégia comuns de desenvolvimento e facilita um melhor conhecimento mútuo de duas regiões vizinhas.

A obtenção destes objectivos gerais, pretende-se alcançar a partir da obtenção dos seguintes fins específicos e concretos:

- a) Promover o contacto entre instâncias territoriais, entidades territoriais e associações de ambos os lados da fronteira hispano-lusa no sector da Comarca de Vitigudino e dos Concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta e Mogadouro.

PRESENTACIÓN GENERAL

El presente Directorio Transfronterizo de Interacción Social se enmarca dentro de las actividades de **cooperación interregional y transfronteriza** impulsadas por la Dirección General de Economía y Asuntos Europeos de la Consejería de Economía y Empleo, a través del Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, y el Organismo Autónomo de Empleo y Desarrollo Rural dependiente de la Diputación Provincial de Salamanca. Con la publicación de este directorio se quiere contribuir al logro de los objetivos de la Unión Europea relacionados con el mercado único y apoyados por el Fondo Europeo de Desarrollo Regional (FEDER) y, en concreto, con la desaparición de las fronteras interiores. El Directorio Transfronterizo aporta soluciones para combatir el **efecto barrera o de confin** en este sector de la frontera hispano-lusa, la “raya húmeda”, entre Castilla y León y las Regiones Norte y Centro de Portugal. Esta acción permite avanzar en la cooperación de los agentes sociales y económicos al favorecer los intercambios económicos, culturales y educativos; abre la puerta a la puesta en marcha de estrategias comunes de desarrollo y facilita un mejor conocimiento mutuo de dos regiones vecinas.

La consecución de estos objetivos generales se pretende alcanzar a partir del logro de los siguientes fines específicos y concretos:

- a) Promover el contacto entre instancias territoriales, entidades territoriales y asociaciones de ambos lados de la frontera hispano-lusa en el sector de la Comarca de Vitigudino y de los Concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta y Mogadouro.

- b) Dinamizar o tecido associativo para conseguir a interacção das estruturas sociais com o fim de fortalecer a coesão social, económica e territorial da zona.
- c) Informar sobre possíveis linhas de cooperação inter-regional e transfronteiriça entre associações para organizar acções de interacção social, económica e territorial.

A fronteira entre Castela e Leão e as regiões portuguesas, com os seus 300 Quilómetros de lonjura, é considerada **a fronteira terrestre mais antiga de Europa** desde a assinatura do Tratado de Paz de Alcañices (13 de Setembro de 1297) entre os reis Dom Dinis de Portugal e Dom Fernando IV de Castela e a sua mãe, Dona Maria de Molina (que junto com o seu tio-avô Dom Enrique eram tutores do rei castelhano). As limitações da fronteira moderna aproveitam os acidentes naturais para demarcar os limites de ambos os países. Portanto a franja fronteira, actualmente abarca 16.302,15 km² de extensão donde assentam 193.319 habitantes, se tomamos como referência uma escala administrativa sub-provincial e comarcal com claras influências de raia.

Além disso, esta parcela fronteira, é considerada um **“fundo de saco” e de finisterre interior** onde terminam as comunicações de um lado e de outro, e onde se sente falta de suficientes passagens. A falta de permeabilidade e de acessibilidade confirmam essa situação de **fronteira marginal e periférica**. As comarcas da raia “seca” e “Húmida” estão mediatizados pela escassez de conexões inter-regionais e transfronteiriças (“cortina” ou “pano”) e com as proibições impostas na esfera dos intercâmbios comerciais que fomentaram umas relações económicas clandestinas marcadas pelo contrabando (“de costas voltadas” ou de “costas viradas”).

A situação de margem e de afastamento dos centros de decisão política e económica de ambos os países não facilitou o desenvolvimento desta zona. A débil densidade de população, a ausência de uma hierarquia urbana definida (crises das vilas históricas) e o predomínio das actividades agropecuárias definem **um espaço de mercado carácter rural**. A atonia demográfica e económica salvou-se em enclaves muito pontuais pela mão dos aproveitamentos hidroeléctricos, pela passagem dos eixos de comunicação e pelas ligações ferroviárias.

- b) Dinamizar el tejido asociativo para lograr la interacción de las estructuras sociales con el fin de fortalecer la cohesión social, económica y territorial de la zona.
- c) Informar de posibles líneas de cooperación interregional y transfronteriza entre asociaciones para organizar acciones de interacción social, económica y territorial.

La frontera entre Castilla y León y las regiones portuguesas, con sus 300 kilómetros de longitud, está considerada **la frontera terrestre más antigua de Europa** desde la firma del Tratado de Paz de Alcañices (13 de septiembre de 1297) entre los reyes don Dinís de Portugal y don Fernando IV de Castilla y su madre, doña María de Molina (que junto a su tío-abuelo don Enrique eran tutores del rey castellano). Los hitos de la muga moderna aprovechan los accidentes naturales para demarcar los límites de ambos países. Por tanto la franja fronteriza, en la actualidad abarca 16.302,15 km² de extensión donde se asientan 193.319 habitantes, si tomamos como referencia una escala administrativa subprovincial y comarcal con claras influencias rayanas.

Además, este tramo fronterizo, es considerado un **“fondo de saco” y de finisterre interior** donde terminan las comunicaciones a uno y otro lado, y donde se carece de suficientes pasos. La falta de permeabilidad y de accesibilidad remarcen esa situación de **frontera marginal y periférica**. Las comarcas y concellos de la raya “seca” y “húmeda” están mediatizados por la escasez de conexiones interregionales y transfronterizas (“cortina” o “telón”) y con las prohibiciones impuestas en la esfera de los intercambios comerciales que fomentaron unas relaciones económicas clandestinas marcadas por el contrabando (“de costas voltadas” o “de costas viradas”).

La situación de borde y el alejamiento de los centros de decisión política y económica de ambos países no ha facilitado el desarrollo de esta zona. La débil densidad de población, la ausencia de una jerarquía urbana definida (crisis de las villas históricas) y el predominio de las actividades agropecuarias definen un **espacio de mercado carácter rural**. La atonía demográfica y económica se ha salvado en enclaves muy puntuales de la mano de los aprovechamientos hidroeléctricos, del paso de los ejes de comunicación y de los enlaces ferroviarios.

Os relatórios da raia sublinham estas conotações: existência de obstáculos naturais, deterioração demográfica e desarticulação dos recursos humanos, ausência de actividades económicas diversificadas e complementarias, baixos níveis de equipamentos e serviços a uma escala comarcal, falta de infra-estruturas básicas, disjunção normativa de âmbitos regionais análogos, e barreiras psicológicas e educativas nas relações humanas e nos comportamentos sociais. Por outro lado, os estudos compensam estas debilidades e ameaças com a enumeração de uma ampla lista de fortalezas e oportunidades: diversas e contrastadas unidades paisagísticas (arribe extenso planalto), produção de electricidade, alimentos de qualidade, rico património natural e histórico-artístico, identidade cultural, etc.

Os esforços da política regional para superar estas cicatrizes da história, com planos e operações integradas de desenvolvimento transfronteiriço, possibilitaram o nascimento da **fronteira como região de cooperação**, “territórios de cooperação” e “foros de encontro” (euro-regionais, euro-distrito e comunidades de trabalho). Desde a escala regional, tem-se fomentado este tipo de actuações com a Declaração Conjunta da Junta de Castela e Leão com a Comissão de Coordenação da Região Norte de Portugal (Porto, 9 de Fevereiro de 1990) e com a Comissão de Coordenação da Região Centro de Portugal (Coimbra, 29 de Maio de 1990). Os Convénios e Protocolos de Cooperação e de Colaboração chegaram a sugerir a criação de **Comarcas de Cooperação luso-espanhola**. A Deputação Provincial de Salamanca afiançou as relações com a assinatura do Acordo de Constituição da Comunidade Territorial de Cooperação com a associação de Municípios do Douro Superior (31 de Maio de 2001). Esta nova atenção às áreas fronteiriças guiou o desenho do âmbito territorial deste Directório Transfronteiriço, uma vez que sancionado o Tratado sobre Cooperação Transfronteiriça entre entidades e instâncias territoriais (Valência, 3 de Outubro de 2002); portanto, esta proposta pode-se concretizar num **Convénio de Cooperação**.

Corresponde assinalar que desde o ano de 2003 que a Deputação de Salamanca participa em projectos financiados desde o Programa de Iniciativa Comunitária Interreg III-A: Cooperação Transfronteiriça.

Los informes de la raya remarcan estas connotaciones: existencia de obstáculos naturales, deterioro demográfico y desarticulación de los recursos humanos, ausencia de actividades económicas diversificadas y complementarias, bajos niveles de equipamientos y servicios a escala comarcal, falta de infraestructuras básicas, disyunción normativa de ámbitos regionales análogos, y barreras psicológicas y educativas en las relaciones humanas y en los comportamientos sociales. Por otro lado, los estudios compensan estas debilidades y amenazas con la enumeración de un amplio listado de fortalezas y oportunidades: diversas y contrastadas unidades paisajísticas (arribe y penillanura), producción de electricidad, alimentos de calidad, rico patrimonio natural e histórico-artístico, identidad cultural, etc.

Los esfuerzos de la política regional para superar estas cicatrices de la historia, con planes y operaciones integradas de desarrollo transfronterizo, ha hecho posible el nacimiento de **la frontera como región de cooperación**, “territorios de cooperación” y “foros de encuentro” (eurorregiones, eurodistritos y comunidades de trabajo). Desde la escala regional, se ha fomentado este tipo de actuaciones con la Declaración Conjunta de la Junta de Castilla y León con la Comisión de Coordinación de la Región Norte de Portugal (Porto, 9 de febrero de 1990) y con la Comisión de Coordinación de la Región Centro de Portugal (Coimbra, 29 de mayo de 1990). Los Convenios y Protocolos de Cooperación y de Colaboración han llegado a sugerir la creación de **Comarcas de Cooperación luso-hispana**. La Diputación Provincial de Salamanca ha afianzado las relaciones con la firma del Acuerdo de Constitución de la Comunidad Territorial de Cooperación con la asociación de Municipios del Duero Superior (31 de mayo de 2001). Esta nueva mirada hacia las áreas fronterizas ha guiado el diseño del ámbito territorial de este Directorio Transfronterizo, una vez sancionado el Tratado sobre Cooperación Transfronteriza entre entidades e instancias territoriales (Valencia, 3 de octubre de 2002); por tanto, esta propuesta se puede concretar en un **Convenio de Cooperación**.

En este sentido, cabe señalar que desde el año 2003, la Diputación de Salamanca participa en proyectos financiados desde el Programa de Iniciativa Comunitaria Interreg III-A: Cooperación Transfronteriza.

Esta cooperação territorial estabelece-se a dois níveis. Por um lado no marco do denominado Subprograma 2: Castela e Leão – Norte de Portugal, especificamente com a Associação de Municípios do Douro Superior, integrada pelos Municípios portugueses que em seguida se mencionam: Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Mogadouro.

Assim, a Deputação de Salamanca participa também no Subprograma 3: Castela e Leão – Centro de Portugal. Nesta ocasião com os Municípios que integram a denominada Beira Interior Norte, no Centro de Portugal, integrada por: Figueira de Castelo Rodrigo, Manteigas, Guarda, Almeida, Sabugal, Meda Pinhel, Celorico da Beira e Trancoso.

Tendo em consideração estes dois subprogramas, actualmente a Deputação de Salamanca está em fase de execução de 17 projectos dentro da Iniciativa Interreg III-A de cooperação transfronteiriça, gerindo um orçamento global de 20 milhões de euros para as anualidades de 2003-2006.

Do conjunto de intervenções em execução, correspondem destacar os seguintes âmbitos de intervenção:

- Permeabilidade da rede viária transfronteiriça através da melhora, acondicionamento e criação de novos troços de conexão viária tanto com o Centro como com o Norte de Portugal.
- Promoção turística e patrimonial conjunta através de temáticas diversas mas interrelacionadas, tais como: promoção do arqueoturismo, (os castros e os berracos célticos), restaurações patrimoniais no âmbito dos conjuntos e as aldeias históricas, preservação dos valores médio-ambientais e paisagísticos, etc.
- Apoio ao desenvolvimento empresarial e à promoção das relações inter-empresariais entre pymes radicadas na fronteira, especialmente micro-empresas.
- Estudos de optimização e aproveitamento energético, assim como de introdução de energias renováveis, respeitadas com o meio ambiente e em concordância com as políticas comunitárias de desenvolvimento sustentável.

Esta cooperação territorial se estabelece a dos niveles. Por un lado en el marco del denominado Subprograma 2: Castilla y León – Norte de Portugal, especificamente con la Asociación de Municipios del Duero Superior de Fines Específicos, integrada por los Municipios portugueses que a continuación se mencionan: Freixo de Espada á Cinta, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa y Mogadouro.

Asimismo, la Diputación de Salamanca participa también en el Subprograma 3: Castilla y León – Centro de Portugal. En esta ocasión con los Municipios que integran la denominada Beira Interior Norte, en el Centro de Portugal, integrada por: Figueira de Castelo Rodrigo, Manteigas, Guarda, Almeida, Sabugal, Meda, Pinhel, Celorico da Beira y Trancoso.

Teniendo en consideración estos dos subprogramas, actualmente la Diputación de Salamanca está en fase de ejecución de 17 proyectos dentro de la Iniciativa Interreg III-A de cooperación transfronteriza, gestionando un presupuesto global de 20 millones de euros para las anualidades 2.003 – 2.006.

Del conjunto de intervenciones en ejecución, caben destacar los siguientes ámbitos de intervención:

- Permeabilidad de la red viaria transfronteriza a través de la mejora, acondicionamiento y creación de nuevos tramos de conexión viaria tanto con el Centro como con el Norte de Portugal.
- Promoción turística y patrimonial conjunta a través de temáticas diversas pero interrelacionadas, tales como: promoción del arqueoturismo (los castros y los verracos célticos), restauraciones patrimoniales en el ámbito de los conjuntos y las Aldeias históricas, preservación de los valores medioambientales y paisajísticos, etcétera.
- Apoyo al desarrollo empresarial y a la promoción de las relaciones inter – empresariales entre pymes radicadas en la frontera, especialmente microempresas.
- Estudios de optimización y aprovechamiento energético, así como de introducción de energías renovables, respetuosas con el medio ambiente y en concordancia con las políticas comunitarias de desarrollo sostenible.

- Estudos prospectivos destinados a propor uma estratégia global do território de fronteira através de análise sócio-económica quantitativa e qualitativa.
- Prevenção e luta contra incêndios, através de actuações concertadas com as autoridades regionais e nacionais dos respectivos países.

A escala de trabalho do Directório Transfronteiriço é mais modesta ao cingir-se ao *âmbito territorial da Comarca Agrária de Vitigudino e dos Concelhos de Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta e Figueira de Castelo Rodrigo*, em concreto, o âmbito de cooperação se estenderia por 3.870,18 km². Esta zona tem estado marcada ao longo dos últimos séculos pela presença do rio Douro e dos seus afluentes (Águeda e Turones) que separaram estes territórios vizinhos, com uns rasgos naturais e culturais similares, mas que, ao mesmo tempo, a fenda fluvial singulariza estas terras. O rio introduz uns fortes contrastes topográficos entre a o grande planalto e os vales encaixados, denominados “arribes”. As ribeiras e regatos que nascem no grande planalto precipitam-se violentamente em busca das profundidades do rio Douro através de cascadas, caídas de água, jorros, ondas e despenhadeiros. Esta diferença de quota traduz-se numa condições topo climáticas excepcionais no fundo do arribe: elevadas temperaturas médias nos meses frios e moderadas precipitações anuais. A bondade térmica dos vales e a dureza do planalto são conhecidas pelos habitantes locais como “*terra quente*” e “*terra fria*”, respectivamente. Além disso, a dualidade entre o raso e o fundão fluvial, mostra-se na vegetação natural e nos cultivos agrícolas. As unidades da paisagem do arribe estão dominadas pelos geios e paredes de amendoeiras, oliveiras e laranjeiras e, onde os declives são mais fortes, por ladeiras incultas. Por outro lado, os campos cercados do planalto contrastam com os prados das ribeiras, das devesas de azinheiras e as matas de carvalho. A diversidade de unidades paisagísticas compõem o habitat de inumeráveis espécies, onde merece a pena destacar, a variada avifauna que aninha nos escolhos e nos ajustes dos rios.

Neste território vivem actualmente 44.461 habitantes, muito longe dos 60.617 habitantes do princípio da década dos oitenta do século passado. Portanto, a população desta zona sofreu uma *perda constante de recursos humanos*, por causa

- Estudios prospectivos destinados a proponer una estrategia global del territorio de frontera a través de análisis socioeconómicos cuantitativos y cualitativos.
- Prevención y lucha contra incendios, a través de actuaciones concertadas con las autoridades regionales y nacionales de los respectivos países.

La escala de trabajo del Directorio Transfronterizo es más modesta al ceñirse al *ámbito territorial de la Comarca Agraria de Vitigudino y los Concelhos de Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta y Figueira de Castelo Rodrigo*, en concreto, el ámbito de cooperación se extendería por 3.870,18 km². Esta zona ha estado marcada a lo largo de los siglos por la presencia del río Duero y de sus afluentes (Águeda y Turones) que han separado estos territorios vecinos, con unos rasgos naturales y culturales similares, pero que a la vez, la hendidura fluvial singulariza estas tierras. El río introduce unos fuertes contrastes topográficos entre la penillanura y los valles encajados, denominados “arribes”. Las riveras y arroyos que nacen en la penillanura se precipitan violentamente en busca de las profundidades del río Duero a través de cascadas, cauderos, chorros, cachones y derrumbaderos. Esta diferencia de cota se traduce en unas condiciones topoclimáticas excepcionales en el fondo del arribe: elevadas temperaturas medias en los meses fríos y moderadas precipitaciones anuales. La bondad térmica de los valles y la dureza de la penillanura la conocen los habitantes locales como “*tierra caliente*” y “*tierra fría*”, respectivamente. Además, la dualidad entre el raso y el hondón fluvial, se muestra en la vegetación natural y en los cultivos agrícolas. Las unidades del paisaje del arribe están dominadas por los bancales y paredones de almendros, olivos y naranjos y, donde las pendientes son más fuertes, por laderas incultas. Por su parte, los campos cercados de la penillanura contrastan con los prados de las riveras, las dehesas de encinas y las matas de roble. La diversidad de unidades paisajísticas componen el hábitat de innumerables especies, donde merece la pena destacar, la variada avifauna que anida en los farallones y cortados de los ríos.

En este territorio viven actualmente 44.461 habitantes, muy lejos, de los 60.617 habitantes de principios de la década de los ochenta del siglo pasado. Por tanto, la población de esta zona ha sufrido una *pérdida constante de recursos humanos*, a causa de

dos movimentos migratórios para os países europeus necessitados de mão-de-obra para a sua reconstrução e para os centros dinâmicos de ambos os países. Esta regressão demográfica repercutiu na descida da taxa de natalidade e na desarticulação da estrutura por sexo e idade. Estas consequências da sangria demográfica implicaram um índice de crescimento natural negativo, junto com a manutenção das taxas de mortalidade, e um elevado índice de envelhecimento. Além disso, a saída de população maioritariamente feminina em idade fértil e casadura provocou outros fenómenos como são o predomínio da taxa de masculinização e crescimento da percentagem de solteiros. Finalmente, o êxodo dos habitantes deixou um vazio demográfico ou “desertificação” que se manifestam na baixa densidade de população e no despovoamento das entidades locais.

Também, as consequências negativas do êxodo rural repercutiram nas mudanças da população relacionada com a actividade. Os dados revelam uma descida de população activa frente a um aumento da população inactiva ou dependente e um transvase de população activa do sector primário até ao sector terciário. As repercussões económicas significaram uma redução significativa das explorações agrárias (com terra e sem terra) e das pequenas e médias empresas industriais e de serviços. Portanto, no período do fim do século passado desmantelou-se o tecido social e económico da zona da raia.

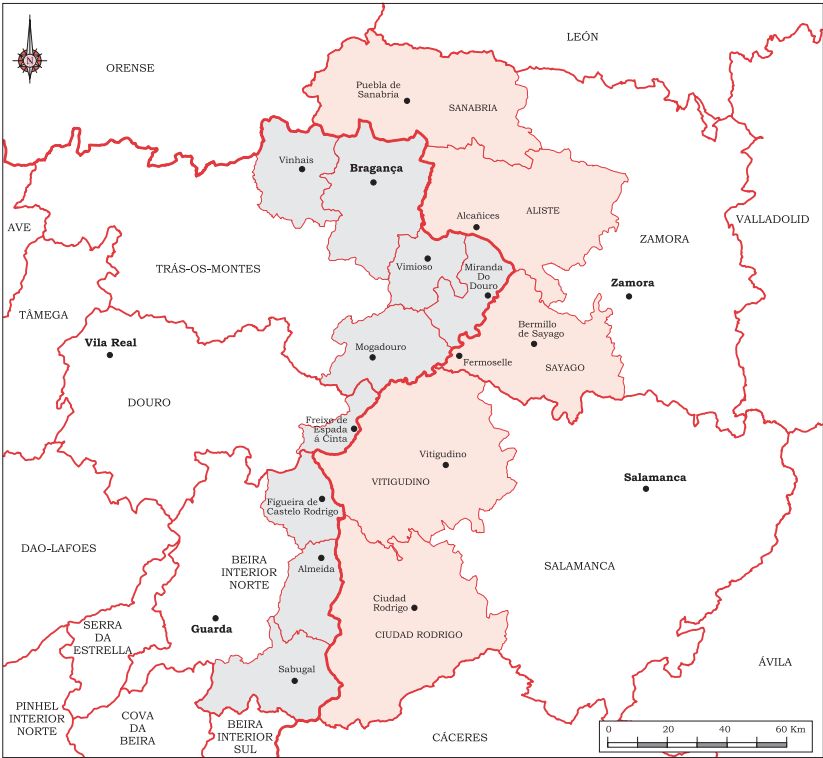
A situação estadística actual da zona não pode ser mais alarmante; no entanto, segundo a União Europeia, tem que se pôr em foco as soluções de forma positiva e procurar soluções. A proposta é muito simples ao tratar de recuperar a confiança no modelo rural tradicional que se baseava no tecido associativo e na cooperação.

los movimientos migratorios hacia los países europeos necesitados de mano de obra para su reconstrucción y hacia los centros dinámicos de ambos países. Esta regresión demográfica ha repercutido en el descenso de la tasa de natalidad y en la desarticulación de la estructura por sexo y edad. Estas consecuencias de la sangría demográfica han conllevado un índice de crecimiento natural negativo, junto al mantenimiento de las tasas de mortalidad, y un elevado índice de envejecimiento. Además, la salida de población mayoritariamente femenina en edad fértil y casadera ha provocado otros fenómenos como son el predominio de la tasa de masculinización y el crecimiento del porcentaje de solteros. Finalmente, la huida de los habitantes ha dejado un vacío demográfico o “desertización” que se muestra en la baja densidad de población y en la despoblación de las entidades locales.

También, las consecuencias negativas del éxodo rural han repercutido en los cambios de la población relacionada con la actividad. Los datos revelan un descenso de población activa frente a un aumento de la población inactiva o dependiente y un trasvase de población activa ocupada del sector primario hacia el sector terciario. Las repercusiones económicas han supuesto una reducción significativa de las explotaciones agrarias (con tierra y sin tierra) y de las pequeñas y medianas empresas industriales y de servicios. Por tanto, en el periodo finisecular pasado se ha desmantelado el tejido social y económico de la zona rayana.

La situación estadística actual de la zona no puede ser más alarmante; sin embargo, según la Unión Europea, hay que enfocar las soluciones de forma positiva y buscar soluciones. La propuesta es muy simple al tratar de recuperar la confianza en el modelo rural tradicional que se basaba en el tejido asociativo y en la cooperación.

**ÁREA TRANSFRONTERIZA DE CASTILLA Y LEÓN Y
REGIÓN CENTRO Y REGION NORTE DE PORTUGAL**



COMARCA/CONCELHO (LAU 1)	SUPERFÍCIE Km ²	POBLACIÓN		
		1981	1991	2001
SANABRIA	1.996,06	17.364	13.437	11.807
ALISTE	1.948,86	23.738	19.080	16.111
SAYAGO	1.487,67	14.676	12.758	10.604
VITIGUDINO	2.358,44	30.420	26.099	21.884
CIUDAD RODRIGO	2.424,96	36.552	32.494	28.295
VINHAIS	694,68	16.142	12.727	10.632
BRAGAÑA	1.173,93	35.380	33.055	34.752
VIMIOSO	481,47	8.500	6.323	5.315
MIRANDA DO DOURO	488,36	9.948	8.697	8.048
MOGADOURO	757,98	15.340	12.188	11.235
FREIXO ESPADA À CINTA	244,49	5.717	4.914	4.184
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	504,70	9.140	8.105	7.158
ALMEIDA	920,55	10.524	10.040	8.423
SABUGAL	820,00	18.927	16.919	14.871
ZONA RAYANA	16.302,15	252.368	216.836	193.319

FUENTE: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación. Comarcalización Agraria de España. Instituto Nacional de Estadística de España. Censos de población 1981, 1991 y 2001. Instituto Nacional de Estadística de Portugal. Recenseamento Geral da População 1981, 1991 y 2001.

COMARCA AGRARIA DE VITIGUDINO

MUNICIPIOS	SUPERFICIE (Km²)	1981	1991	2001
Ahigal de los Aceiteros	28,10	287	245	183
Ahigal de Villarino	23,92	95	61	43
Aldeadávila de la Ribera	46,04	1.913	1.761	1.540
Almendra	39,32	312	240	205
Bañobárez	50,17	715	555	435
Barceo	21,28	130	89	59
Barruecopardo	37,41	829	681	571
Bermellar	27,88	284	263	208
Bogajo	32,72	303	255	201
Brincones	14,80	193	147	106
Cabeza del Caballo	45,42	632	576	452
Cerezal de Peñahorcada	17,84	211	163	120
Cerralbo	51,81	392	303	249
Cipérez	104,74	730	539	419
Cubo de Don Sancho (El)	91,31	799	678	584
Encinasola de los Comendadores	33,83	461	362	292
Espadaña	38,72	99	70	38
Fregeneda (La)	44,57	787	689	532
Fuenteliante	50,23	189	165	145
Guadramiro	31,42	317	267	204
Hinojosa de Duero	92,60	1.014	962	814
Iruelos	12,91	105	83	55
Lumbrales	70,05	2.574	2.443	2.111
Manzano (El)	36,62	161	120	96
Masueco	20,00	638	514	445
Mieza	34,02	539	431	353
Milano (El)	22,65	282	192	172
Moronta	27,25	233	162	129
Olmedo de Camaces	89,72	251	217	166

MUNICIPIOS	SUPERFICIE (Km²)	1981	1991	2001
Peña (La)	24,99	280	183	152
Peralejos de Abajo	19,70	308	252	189
Peralejos de Arriba	32,83	115	85	64
Pereña de la Ribera	48,50	571	555	522
Pozos de Hinojo	58,19	170	109	76
Puertas	62,64	176	130	101
Redonda (La)	16,52	159	138	104
Saldeana	21,38	255	227	163
San Felices de los Gallegos	81,36	846	733	611
Sanchón de la Ribera	29,10	230	170	115
Saucelle	46,45	680	575	410
Sobradillo	54,07	499	464	351
Trabanca	29,32	306	264	248
Valderrodrigo	22,32	263	221	180
Valsalabroso	27,60	350	282	203
Vídola (La)	29,84	300	227	164
Villar de Peralonso	31,61	483	403	340
Villar de Samaniego	27,97	211	173	116
Villares de Yeltes	40,53	251	193	168
Villarino de los Aires	102,51	1.755	1.306	1.081
Villarmuerto	38,76	170	82	56
Villasbuenas	39,42	438	379	298
Villavieja de Yeltes	51,13	1.750	1.211	1.093
Vilvestre	46,31	750	711	602
Vitigudino	52,91	2.832	3.101	3.034
Yecla de Yeltes	57,50	497	453	347
Zarza de Pumareda (La)	28,13	300	239	169
TOTAL	2.358,94	30.420	26.099	21.884

MOGADOURO

FREGUESIAS	SUPERFICIE (Km²)	1981	1991	2001
Azinhoso	30,71	533	431	378
Bemposta	37,07	1.197	925	712
Bruçó	31,54	456	358	265
Brunhoso	20,76	433	336	277
Brunhozinho	15,74	267	182	138
Castanheira	14,21	178	136	102
Castelo Branco	54,57	983	581	540
Castro Vicente	33,76	694	449	420
Meirinhos	58,30	434	386	368
Mogadouro	49,10	2.805	2.994	3638
Paradela	20,45	298	212	173
Penas Roias	33,04	773	569	459
Peredo da Bemposta	18,05	420	311	258
Remondes	19,58	436	345	294
Saldanha	25,72	333	275	203
Sanhoane	12,64	258	179	149
São Martinho do Peso	52,01	779	456	441
Soutelo	17,97	271	214	180
Tó	23,66	349	264	209
Travanca	20,46	415	271	200
Urrós	32,47	661	475	425
Vale da Madre	11,53	231	187	154
Vale de Porco	15,86	247	190	158
Valverde	23,97	402	276	196
Ventozelo	23,97	359	274	189
Vila de Ala	26,52	505	477	359
Vilar de Rei	14,46	163	129	99
Vilarinho dos Galegos	24,36	460	306	251
TOTAL	762,48	15.340	12.188	11.235

FREIXO DE ESPADA A CINTA

FREGUESIAS	SUPERFICIE (Km²)	1981	1991	2001
Fornos	23,43	554	418	323
Freixo de Espada à Cinta	73,70	2.396	2.261	2.131
Lagoaça	41,00	875	700	497
Ligares	46,91	808	640	520
Mazouco	18,81	363	259	206
Poiares	40,64	721	636	507
TOTAL	244,49	5.717	4.914	4.184

FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

FREGUESIAS	SUPERFICIE (Km²)	1981	1991	2001
Algodres	32,16	573	470	352
Almofala	29,86	388	339	250
Castelo Rodrigo	27,52	279	287	469
Cinco Vilas	17,60	187	147	103
Colmeal	40,02	129	94	58
Escalhão	78,45	1.376	1.110	931
Escarigo	17,66	202	129	124
Figueira de Castelo Rodrigo	34,05	2.128	2.356	2253
Freixeda do Torrão	23,51	449	352	306
Mata de Lobos	37,79	664	530	496
Penha de Águia	17,46	286	241	169
Quintã de Pêro Martins	15,52	396	321	206
Reigada	25,43	416	374	348
Vale de Afonsinho	13,97	180	155	122
Vermiosa	39,50	673	539	438
Vilar de Amargo	23,35	330	280	236
Vilar Torpim	30,92	484	381	297
TOTAL	504,77	9.140	8.105	7.158



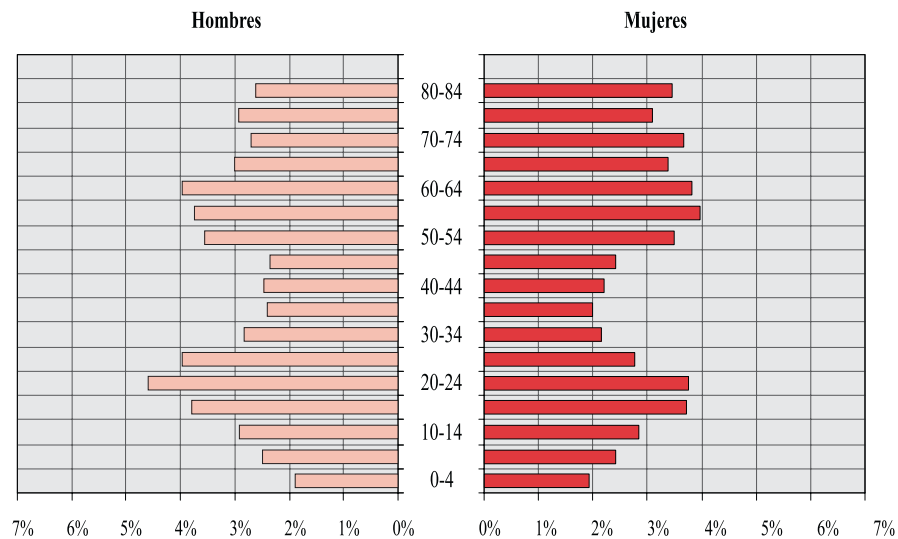
ÁMBITO DE COOPERACIÓN



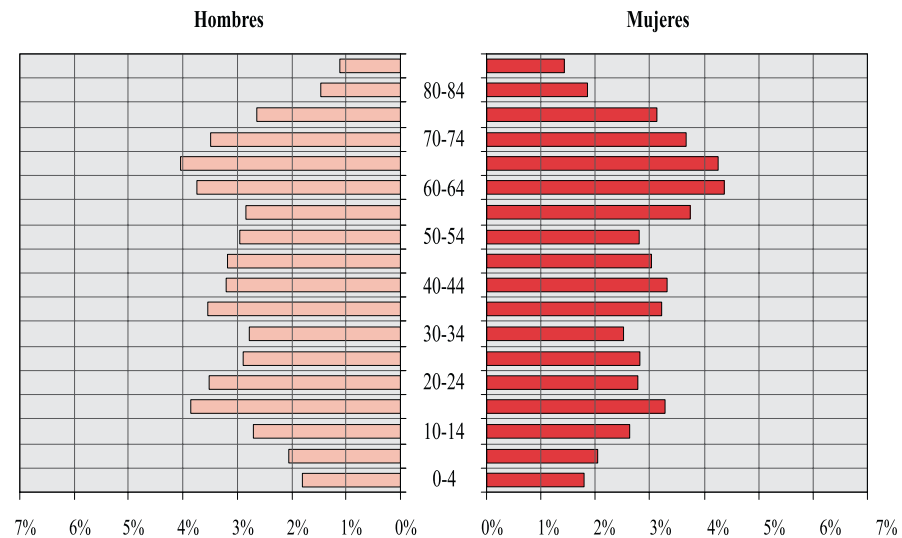
COMARCA/CONCELHO (LAU 1)	SUPERFÍCIE Km ²	POBLACIÓN		
		1981	1991	2001
VITIGUDINO	2.358,44	30.420	26.099	21.884
MOGADOURO	757,98	15.340	12.188	11.235
FREIXO ESPADA À CINTA	244,49	5.717	4.914	4.184
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	504,70	9.140	8.105	7.158
ZONA RAYANA	3.870,18	60.617	51.306	44.461

FUENTE: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación. Comarcalización Agraria de España.
Instituto Nacional de Estadística de España. Censos de población 1981, 1991 y 2001.
Instituto Nacional de Estadística de Portugal. Recenseamento Geral da População 1981, 1991 y 2001.

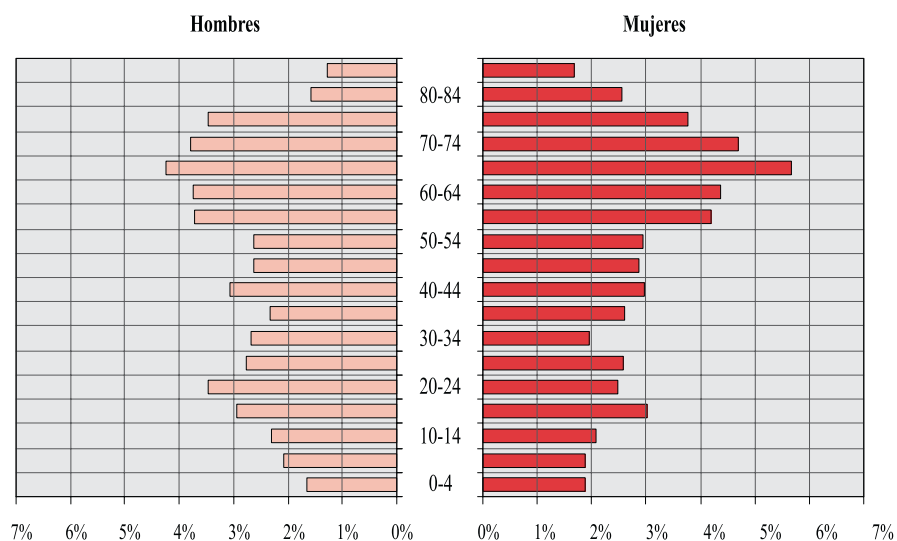
PIRÁMIDE DE POBLACIÓN DE LA COMARCA DE VITIGUDINO (AÑO 2001)



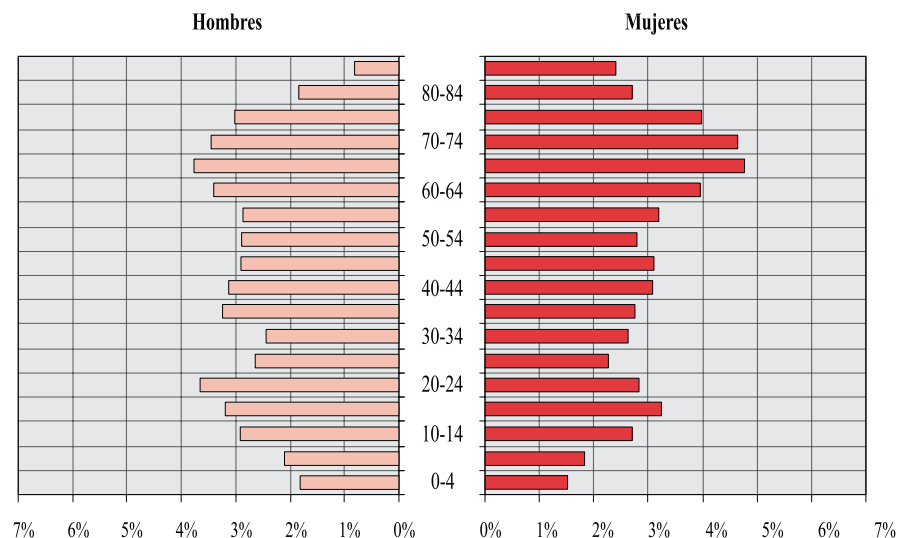
PIRÁMIDE DE POBLACIÓN DE MOGADOURO (AÑO 2001)



PIRÁMIDE DE POBLACIÓN DE FREIXO DE ESPADA A CINTA (AÑO 2001)

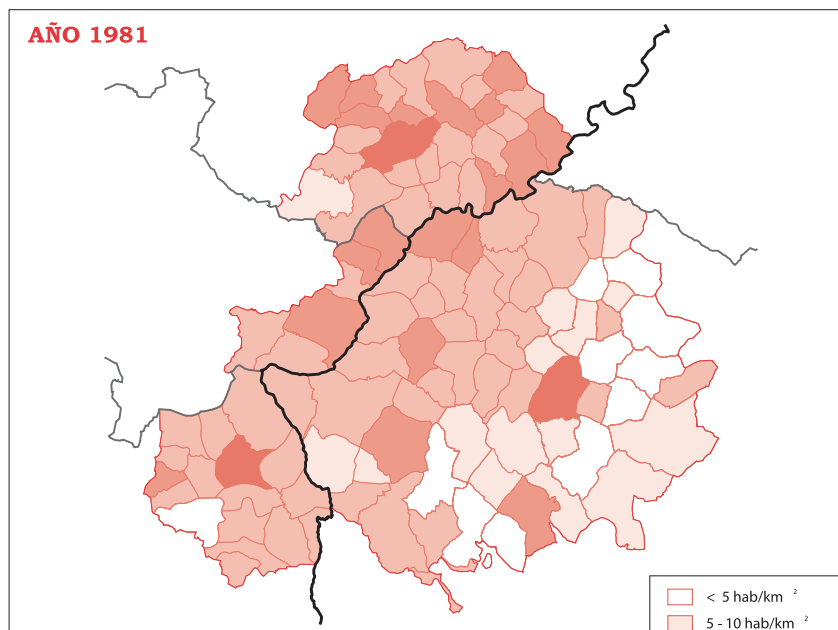


PIRÁMIDE DE POBLACIÓN DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO (AÑO 2001)

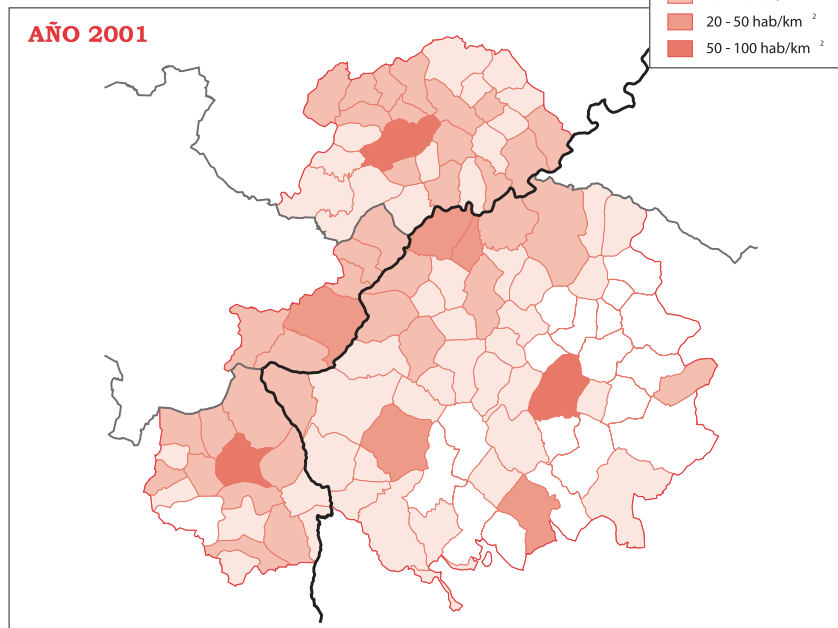


DENSIDAD DE POBLACIÓN

AÑO 1981



AÑO 2001



ADMINISTRACIÓN LOCAL

■ DIPUTACIÓN DE SALAMANCA. ORGANISMO AUTÓNOMO DE EMPLEO Y DESARROLLO RURAL

Av. Carlos I, 64

37008 Salamanca

Tel.- +34 923 280912

Fax.- +34 923 280913

E-mail.- edr@dipsanet.es

Presidente: D. Avelino Pérez Sánchez

Objetivos.- Creación de empleo y desarrollo rural: servicio a emprendedores, asistencia a municipios, desarrollo de proyectos comunitarios, valorización de recursos socio-económicos, promoción económica, etc.

■ CÂMARA MUNICIPAL FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

Largo Dr. Vilhena, 1

6440 – 100 Figueira de Castelo Rodrigo

Tel.- +351 271 319000

E-mail.- cm-fcr@cm-fcr.pt

Presidente: D. Armando Pinto Lopes

■ CÂMARA MUNICIPAL FREIXO DE ESPADA À CINTA

5180 – Freixo de Espada à Cinta

Tel.-+351 279 658160

E-mail.- camaradefreixo@mail.telepac.pt

Presidente: D. Edgar Manuel Conceição Gata

■ CÂMARA MUNICIPAL MOGADOURO

Convento de S. Francisco

5200 – 244 Mogadouro

Tel.- +351 279 34100

E-mail.- camaramogadouro@netc.pt

Presidente: D. António G. S. Morais Machado

■ AYUNTAMIENTO DE VITIGUDINO

Plaza de España, 10

37210 Vitigudino

Salamanca

Tel.- +34 923 500012 / +34 923 500081

Alcalde-Presidente: D. Toribio Plaza Galán

■ MANCOMUNIDAD DEL ABADENGO

Plaza Mayor, 1

37240 Lumbrales

Salamanca

Tel.- +34 923 522081

Presidente: D. José González

Objetivos: Recogida de residuos sólidos urbanos.

■ MANCOMUNIDAD ARIBES DEL DUERO

Plaza de la Constitución, 1

37160 Villarino de los Aires

Salamanca

Tel.- +34 923 573001

Presidenta: M^a Consolación Salvador Salvador

Objetivos.- Recogida de residuos sólidos urbanos; Fomento público de empleo; Obras Públicas y urbanismo; Promoción turística; Conservación del medio ambiente; Formación ocupacional.

■ MANCOMUNIDAD CENTRO DUERO

Plaza Mayor, 1

37255 Barruecopardo

Salamanca

Tel.- +34 923 507002

Presidente: Aurelio Casado Norato

Objetivos.- Recogida de residuos sólidos urbanos; Fomento público de empleo; Obras Públicas y urbanismo; Promoción turística; Conservación del medio ambiente; Formación ocupacional.

■ MANCOMUNIDAD DE CABEZA DE HORNO

37150 Villaseco de los Reyes

Salamanca

Tel.- +34 923 575119

Presidente: Arturo Inés Calvo

Municipios: Ahigal de Villarino, Brincones, Espadaña, Gejuelo del Barro, Iruelos, El Manzano, Monleras, Perales de Abajo, Perales de Arriba, Puertas, Santa María de Sando, Tremedal de Tormes, Villar de Peralonso, Villarmuerto, Villasdardo, Villaseco de los Reyes, Vitigudino

Competencias: El suministro de agua desde las captaciones en el Río Tormes hasta los depósitos reguladores de cada Municipio integrante de la Mancomunidad; el mantenimiento de las redes e instalaciones de suministro y de distribución de agua hasta los depósitos reguladores de cada municipio integrante de la Mancomunidad.

■ **MANCOMUNIDAD DE VITIGUDINO**

Santa Ana, 20 1º

37210 Vitigudino

Salamanca

Tel.- +34 923 500325

Presidente: José María Herrero Pereña

Municipios: Ahigal de Villarino, Barceo, Bogajo, Brincones, Cipérez, El Cubo de Don Sancho, Espadaña, Irueños, Moronta, Peralejos de Abajo, Peralejos de Arriba,

Pozos de Hinojo, Puertas, Sanchón de la Ribera, Valsalabroso, Villar de Samaniego, Villarmuerto, Villavieja de Yeltes, Vitigudino, Yecla de Yeltes.

Competencias: Recogida, tratamiento y eliminación de los residuos sólidos urbanos de los Ayuntamientos mancomunados; servicios de asistencia técnica y urbanística; promoción de industrias de transformación de recursos de la zona; promoción de aprovechamientos agrícolas, ganaderos y forestales de la zona; promoción del deporte y todo tipo de manifestaciones culturales autóctonas; Promoción y creación de empleo; promoción de las telecomunicaciones; planificación y promoción de la oferta turística; planificación y promoción de cursos formativos; prevención y extinción de incendios y protección del medio ambiente; adecentamiento y limpieza de caminos, vías y fincas municipales; asistencia social y educación permanente de adultos.

OS GRUPOS DE ACÇÃO LOCAL, OS GESTORES DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

A União Europeia perante a crise do sector agro-pecuário, a pouca efectividade da Política Agrícola Comum (PAC) e a desertificação demográfica generalizada do meio rural, nos finais dos anos oitenta do passado século XX, elabora um relatório realista sobre **O futuro do mundo rural**¹. O documento apresenta uma problemática do meio rural europeu dividido em três grandes áreas: áreas submetidas à pressão do mundo moderno; regiões em declive rural; e áreas especialmente em perigo e ameaçadas pela despovoação. A lista de alternativas constituirá um autêntico ponto de inflexão sob o renovado conceito de desenvolvimento rural: *a eliminação dos excedentes de produção; a potenciação activa dos produtos de qualidade; o desenvolvimento de um programa global a longo prazo de plantação, repovoação e melhora das florestas; a vigilância das zonas de alto valor ambiental; e o fomento do turismo no meio rural.*

A Comissão das Comunidades Europeias, no dia 15 de Março de 1991, decidiu adoptar uma iniciativa específica de desenvolvimento rural, denominada LEADER: “Liaisons Entre Activités de Developement de L’Economie Rural” (Relações entre Actividades de Desenvolvimento da Economia Rural) para complementar os eixos da política regional relacionados com o meio rural e pôr em andamento as medidas de actuação recolhidas no relatório. A aplicação da iniciativa comunitária LEADER realiza-se através de **uma rede de grupos de acção local a favor do desenvolvimento rural** (GAL) que dispõem de um subsídio para aplicar localmente aos projectos públicos e privados mas, baseando-se no seu conhecimento da zona, estarão orientados a conseguir uma **estratégia de desenvolvimento**.

A primeira fase da iniciativa comunitária LEADER I (1991-1993)² marcou o início de uma nova concepção da polí-

¹ Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação. (1992): *O futuro do mundo rural*. Documento 7957/88 da Comunidade Económica Europeia. Madrid.

² Comunicação COM (91) 73/14 dirigida aos Estados membros pela que se determinam as directrizes de uns subsídios globais integrados para as que

LOS GRUPOS DE ACCIÓN LOCAL, LOS GESTORES DE LOS PROGRAMAS DE DESARROLLO RURAL

La Unión Europea ante la crisis del sector agropecuario, la poca efectividad de la Política Agrícola Común (PAC) y la desertización demográfica generalizada del medio rural, a finales de los años ochenta del pasado siglo XX, elabora un informe realista sobre **El futuro del mundo rural**¹. El documento presenta una problemática del medio rural europeo dividido en tres grandes áreas: áreas sometidas a la presión del mundo moderno; regiones en declive rural; y áreas especialmente en peligro y amenazadas por la despoblación. La lista de alternativas constituyeron un auténtico punto de inflexión bajo el renovado concepto de desarrollo rural: *la eliminación de los excedentes de producción; la potenciación activa de los productos de calidad; el desarrollo de un programa global a largo plazo de plantación, repoblación y mejora de los bosques; la vigilancia de las zonas de alto valor ambiental; y el fomento del turismo en el medio rural.*

La Comisión de las Comunidades Europeas, el 15 de marzo de 1991, decidió adoptar una iniciativa específica de desarrollo rural, denominada LEADER: “Liaisons Entre Activités de Developement de L’Economie Rural” (Relaciones entre Actividades de Desarrollo de la Economía Rural) para complementar los ejes de la política regional relacionados con el medio rural y poner en marcha las medidas de actuación recogidas en el informe. La aplicación de la iniciativa comunitaria LEADER se realiza a través de **una red de grupos de acción local en favor del desarrollo rural** (GAL) que disponen de un subvención para aplicar localmente a los proyectos públicos y privados pero, basándose en su conocimiento de la zona, estarán orientados a lograr una **estrategia de desarrollo**.

La primera fase de la iniciativa comunitaria LEADER I (1991-1993)² marcó el inicio de una nueva concepción de la polí-

¹ Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación. (1992): *El futuro del mundo rural*. Documento 7957/88 de la Comunidad Económica Europea. Madrid.

² Comunicación COM (91) 73/14 dirigida a los Estados miembros por la que se fijan las directrices de unas subvenciones globales integradas para las

tica de desenvolvimento rural baseada num *enfoque territorial, integrado e participativo, de carácter resolutamente endógeno e local e com soluções inovadoras que pudessem servir de modelo para a totalidade das zonas rurais*. A consecução deste novo modelo de desenvolvimento rural passava pela implementação de uma série de medidas específicas (o apoio técnico ao desenvolvimento rural; a formação profissional e ajudas à contratação; o turismo rural; as pequenas empresas, artesanato e serviços locais; e a valorização e comercialização “in situ” da produção agrária, florestal e pesqueira local), medidas relativas aos grupos de desenvolvimento rural e medidas de integração dos grupos numa rede supranacional (assistência técnica).

Perante o êxito da iniciativa comunitária LEADER I, A Comissão das Comunidades Europeias convocou no dia 15 de Junho de 1994, uma nova fase de carácter demonstrativo relativa ao desenvolvimento rural denominada LEADER II (1994-1999)³. A iniciativa LEADER II perseguiu, entre outros aspectos, *fomentar actividades inovadoras realizadas pelos agentes locais, sejam públicos ou privados, em todos os sectores* do mundo rural. Os Grupos de Acção Local puseram em andamento os seus Programas de Inovação Rural, alguns depois de passar um período de Aquisição de Capacidades, vinculados a medidas relacionadas com o apoio técnico ao desenvolvimento rural; a formação profissional e ajudas à contratação; o turismo rural; as pequenas empresas, artesãos e serviços de aproximação; a valorização in situ e comercialização da produção agrária, silvícola e pesqueira local; e a conservação e melhora do meio ambiente e do entorno. As partidas de Cooperação transnacional do programa espanhol não tiveram uma correspondência acertada por parte da convocatória portuguesa.

se convidam os Estados membros a apresentar propostas que respondam a uma iniciativa comunitária de desenvolvimento rural (LEADER) (DO nº C 73, de 19 de Março de 1991).

³ Comunicação COM (94) 180/12 dirigida aos Estados membros pela que se determinam as orientações para os subsídios globais ou os programas operativos integrados para os quais se pede aos Estados membros que apresentem solicitudes de ajuda dentro de uma iniciativa comunitária de desenvolvimento rural (Relações entre Actividades de Desenvolvimento da Economia Rural, LEADER II) (DO nº C 180, de 1 de Julho de 1994).

tica de desarrollo rural basada en un *enfoque territorial, integrado y participativo, de carácter resolutamente endógeno y local* y con *soluciones innovadoras que pudieran servir de modelo para la totalidad de las zonas rurales*. La consecución de este nuevo modelo de desarrollo rural pasaba por la implementación de una serie de medidas específicas (el apoyo técnico al desarrollo rural; la formación profesional y ayudas a la contratación; el turismo rural; las pequeñas empresas, artesanía y servicios locales; y la valorización y comercialización “in situ” de la producción agraria, forestal y pesquera local), medidas relativas a los grupos de desarrollo rural y medidas de integración de los grupos en una red supranacional (asistencia técnica).

Ante el éxito de la iniciativa comunitaria LEADER I, la Comisión de las Comunidades Europeas convocó el 15 de junio de 1994, una nueva fase de carácter demostrativo relativa al desarrollo rural denominada LEADER II (1994-1999)³. La iniciativa LEADER II persiguió, entre otros aspectos, *fomentar actividades innovadoras realizadas por los agentes locales, sean públicos o privados, en todos los sectores* del mundo rural. Los Grupos de Acción Local pusieron en marcha sus Programas de Innovación Rural, algunos tras pasar un periodo de Adquisición de Capacidades, vinculados a medidas relacionadas con el apoyo técnico al desarrollo rural; la formación profesional y ayudas a la contratación; el turismo rural; las pequeñas empresas, artesanos y servicios de aproximación; la valorización in situ y comercialización de la producción agraria, silvícola y pesquera local; y la conservación y mejora del medio ambiente y del entorno. Las partidas de Cooperación transnacional del programa español no tuvieron una correspondencia acertada por parte de la convocatoria portuguesa.

que se invita a los Estados miembros a presentar propuestas que respondan a una iniciativa comunitaria de desarrollo rural (LEADER) (DO nº C 73, de 19 de marzo de 1991).

³ Comunicación COM (94) 180/12 dirigida a los Estados miembros por la que se fijan las orientaciones para las subvenciones globales o los programas operativos integrados para los cuales se pide a los Estados miembros que presenten solicitudes de ayuda dentro de una iniciativa comunitaria de desarrollo rural (Relaciones entre Actividades de Desarrollo de la Economía Rural, LEADER II) (DO nº C 180, de 1 de julio de 1994).

A manutenção de “Um Meio Rural com Vida” (*A Living Countryside*)⁴, defendido na primeira cimeira de Cork, passa pelo **enfoque integrado** que englobe dentro de um mesmo marco legal e instrumental *o reajuste da agricultura, a diversificação económica, a gestão dos recursos naturais, a melhora das funções médio ambientais e o fomento da cultura, o turismo e as actividades recreativas*. A Comissão das Comunidades Europeias cria, no dia 14 de Abril de 2000, a terceira iniciativa relativa ao desenvolvimento rural, denominada LEADER+ (2000-2006)⁵, sob estas premissas. A convocatória define a Iniciativa Comunitária “Leader Plus”, como complemento aos programas gerais, e cuja finalidade é **o fomento das estratégias originais de desenvolvimento sustentável e de qualidade**, destinadas à experimentação de novas formas de valorização do património natural e cultural, de melhora do entorno económico, a fim de contribuir à criação de emprego e da melhora da qualidades de organização das respectivas comunidades rurais. Esta terceira fase da iniciativa não quer ser uma mera continuação do LEADER I e II, senão que, está destinada a fomentar e apoiar estratégias integradas e de grande qualidade para o desenvolvimento rural à escala local. Neste empenho encontram-se os Grupos de Acção Local portugueses de RAIA HISTÓRICA (Associação de desenvolvimento Raia Histórica) e de DOURO-SUPERIOR (Douro superior, Associação de Desenvolvimento).

A avalanche de solicitudes de novos GAL à convocatória da iniciativa comunitária LEADER II, obrigou ao Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentação de forma conjunta com as Comunidades Autónomas, a pôr em andamento um **Programa Operativo de Desenvolvimento e Diversificação Económica das Zonas Rurais Objectivo 1 de Espanha (PRODER) (1996-1999)**. A Comissão das Comunidades Europeias aprovou,

⁴ Na cidade irlandesa de Cork, o comissário Fishler reuniu em 1996 uma ampla gama de especialistas e actores do meio rural europeu para reflectir sobre uma reformulação da PAC que tivesse objectivos prioritariamente territoriais, frente à natureza sectorial da PAC tradicional. As conclusões desta Conferência são conhecidas como “Decálogo de Cork”, pela sua estrutura em dez pontos.

⁵ Comunicação da Comissão aos Estados Membros (2000/C 139/05), de 14 de Abril de 2000, pela que se determinam orientações sobre a iniciativa comunitária de desenvolvimento rural (LEADER+) (DO nº C 139, de 18 de Maio de 2000).

El mantenimiento de “Un Medio Rural con vida” (*A Living Countryside*)⁴, defendido en la primera cumbre de Cork, pasa por el **enfoque integrado** que englobe dentro de un mismo marco legal e instrumental *el reajuste de la agricultura, la diversificación económica, la gestión de los recursos naturales, la mejora de las funciones medioambientales y el fomento de la cultura, el turismo y las actividades recreativas*. La Comisión de las Comunidades Europeas crea, el 14 de abril de 2000, la tercera iniciativa relativa al desarrollo rural, denominada LEADER+ (2000-2006)⁵, bajo estas de estas premisas. La convocatoria define la Iniciativa Comunitaria “Leader Plus”, como complemento a los programas generales, y cuya finalidad es **el fomento de las estrategias originales de desarrollo sostenible y de calidad**, destinadas a la experimentación de nuevas formas de valorización del patrimonio natural y cultural, de mejora del entorno económico, a fin de contribuir a la creación de empleo y de la mejora de la calidad de organización de las respectivas comunidades rurales. Esta tercera fase de la iniciativa no quiere ser una mera continuación del LEADER I y II, sino que, está destinada a fomentar y apoyar estrategias integradas y de gran calidad para el desarrollo rural a escala local. En este empeño se encuentran los Grupos de Acción Local portugueses de RAIA HISTÓRICA (Associação de Desenvolvimento Raia Histórica) y de DOURO-SUPERIOR (Douro Superior, Associação de Desenvolvimento).

La avalancha de solicitudes de nuevos GAL a la convocatoria de la iniciativa comunitaria LEADER II, obligó al Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación de forma conjunta con las Comunidades Autónomas, a poner en marcha un **Programa Operativo de Desarrollo y Diversificación Económica de las Zonas Rurales Objectivo 1 de España (PRODER)**

⁴ En la ciudad irlandesa de Cork, el comisario Fishler reunió en 1996 a una amplia gama de expertos y actores del medio rural europeo para reflexionar sobre una reformulación de la PAC que tuviera objetivos prioritariamente territoriales, frente a la naturaleza sectorial de la PAC tradicional. Las conclusiones de esta Conferencia son conocidas como “Decálogo de Cork”, por su estructura en diez puntos.

⁵ Comunicación de la Comisión a los Estados Miembros (2000/C 139/05), de 14 de abril de 2000, por la que se fijan orientaciones sobre la iniciativa comunitaria de desarrollo rural (Leader +) (DO nº C 139, de 18 de mayo de 2000).

mediante Decisão de 18 de Junho de 1996, o PRODER apresentado pelo Governo espanhol. Este Programa Operativo enquadra-se nos eixos prioritários nº2: “Desenvolvimento Local” e nº4: “Agricultura e desenvolvimento Rural” do Marco Comunitário de Apoio (M.C.A.) para as intervenções estruturais nas regiões espanholas de Objectivo 1 durante o período 1994-1999.

O objectivo fundamental do PRODER através do desenvolvimento das medidas e acções do programa era ***estimular o desenvolvimento endógeno e sustentado das comarcas rurais espanholas***, que leve à manutenção da população, travando a regressão demográfica e conseguindo para os seus habitantes uns rendimentos e nível de bem-estar social equivalentes a outras zonas mais desenvolvidas, assegurando a conservação do espaço e dos recursos naturais. As medidas subsidiáveis do PRODER foram as seguintes: *Valorização do património rural*. Renovação e desenvolvimento de núcleos de população com predomínio da actividade agrária (Feoga-Orientação) e renovação e desenvolvimento de núcleos de população sem predomínio da actividade agrária (Feder); *Fomento dos investimentos turísticos no espaço rural*: Agro turismo (Feoga-Orientação) e Turismo local (Feder); *Fomento de pequenas empresas, actividades de artesanato e de serviços* (Feder); *Serviços às empresas no meio rural* (Feoga-Orientação); *Revalorização do potencial produtivo agrário e florestal* (Feoga-Orientação); e *Melhora da extensão agrária e florestal* (Feoga-Orientação). A Comarca de Vitigudino beneficiou de um PRODER junto com outras 23 zonas de Castela e Leão.

No período actual da aplicação dos fundos estruturais, os ***Programas Operativos de Desenvolvimento Endógeno (PRODER 2), (2000-2006)*** estão a ser executados em doze Comunidades Autónomas, que decidiram implementar o programa na sua região: oito em Objectivo 1 (Andaluzia, Astúrias, Cantábria, Castela – A Mancha, Castela e Leão, Extremadura, Galiza e Comunidade Valenciana), uma em objectivo 1 em transição (Cantábria) e três fora de Objectivo 1 (Aragão, Catalunha e Madrid). O financiamento do PRODER 2 aplica-se a partir do financiamento das medidas de desenvolvimento endógeno do *Marco Comunitário de Apoio 2000-2006* e, em concreto, do eixo 7 “Agricultura e Desenvolvimento Rural”: Medida 7.5. “Desen-

(1996-1999). La Comisión de las Comunidades Europeas aprobó, mediante Decisión de 18 de junio de 1996, el PRODER presentado por el Gobierno español. Este Programa Operativo se encuadra en los ejes prioritarios nº 2: “Desarrollo Local” y nº 4: “Agricultura y Desarrollo Rural” del Marco Comunitario de Apoyo (M.C.A.) para las intervenciones estructurales en las regiones españolas de Objetivo 1 durante el período 1994-1999.

El objetivo fundamental del PRODER a través del desarrollo de las medidas y acciones del programa era ***impulsar el desarrollo endógeno y sostenido de las comarcas rurales españolas***, que conlleve el mantenimiento de la población, frenando la regresión demográfica y consiguiendo para sus habitantes unas rentas y nivel de bienestar social equivalentes a otras zonas más desarrolladas, asegurando la conservación del espacio y de los recursos naturales. Las medidas subvencionables del PRODER fueron las siguientes: *Valorización del patrimonio rural*. Renovación y desarrollo de núcleos de población con predominio de la actividad agraria (Feoga-Orientación) y renovación y desarrollo de núcleos de población sin predominio de la actividad agraria (Feder); *Fomento de las inversiones turísticas en el espacio rural*: Agroturismo (Feoga-Orientación) y Turismo local (Feder); *Fomento de pequeñas empresas, actividades de artesanía y de servicios* (Feder); *Servicios a las empresas en el medio rural* (Feoga-Orientación); *Revalorización del potencial produtivo agrario y forestal* (Feoga-Orientación); y *Mejora de la extensión agraria y forestal* (Feoga-Orientación). La Comarca de Vitigudino se benefició de un PRODER junto a otras 23 zonas de Castilla y León.

En el periodo actual aplicación de los fondos estructurales, los ***Programas Operativos de Desarrollo Endógeno (PRODER 2), (2000-2006)*** se están ejecutando en doce Comunidades Autónomas, que han decidido implementar el programa en su región: ocho en Objetivo 1 (Andalucía, Asturias, Cantabria, Castilla-La Mancha, Castilla y León, Extremadura, Galicia, y Comunidad Valenciana), una en Objetivo 1 en transición (Cantabria) y tres fuera de Objetivo 1 (Aragón, Cataluña y Madrid). La financiación del PRODER 2 se aplica a partir de la financiación de las medidas de desarrollo endógeno del *Marco Comunitario de Apoyo 2000-2006* y, en concreto, del Eje 7 “Agri-

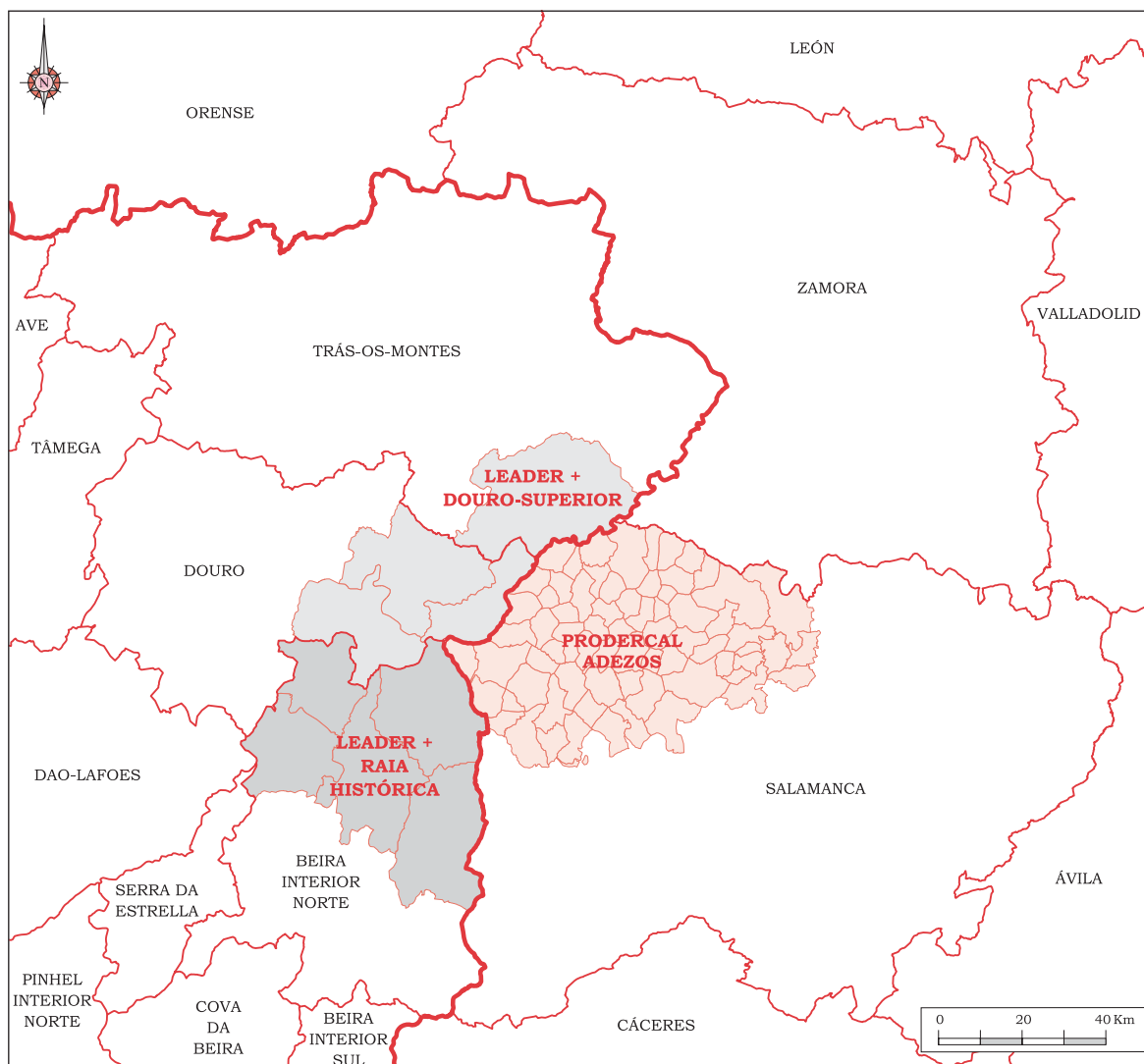
volvimento endógeno de zonas rurais, relativo a actividades agrárias”, que se financiam com fundos FEOGA (FEOGA-Orientação, para as regiões de Objectivo 1 e FEOGA-Garantia, para as regiões de fora de Objectivo 1) e Medida 7.9. “Desenvolvimento endógeno de zonas rurais ligado a actividades não agrárias (FEDER). Nas regiões de Objectivo 1 denominam-se **Programas Operativos Integrados Regionais** e nas regiões fora de Objectivo 1 recebem o nome de **Programas Regionais de Desenvolvimento Rural**. No caso da Comunidade de Castela e Leão é conhecida como PRODERCAL. Os objectivos são o *desenvolvimento endógeno e sustentado do meio rural, o fortalecimento e diversificação da sua economia, a manutenção da sua população, a elevação dos rendimentos e do bem-estar social dos seus habitantes, e a conservação do espaço e dos recursos naturais*. Para isso estabelecem-se uma série de ajudas que se concederão para a execução por parte dos Grupos de Acção Local de *Programas de Comarcas*. A Associação para o Desenvolvimento Económico da Zona Oeste de Salamanca (ADEZOS) encontra-se desenvolvendo o plano desenvolvimento para a Comarca Agrária de Vitigudino e uma grande Parte da Comarca Agrária de Ledesma.

Os três Grupos de Acção Local da zona, ora gerindo a iniciativa comunitária LEADER+, ora desenvolvendo o Programa de Desenvolvimento Endógeno PRODERCAL, adquiriram um compromisso com o território e com a população local. A boa gestão dos fundos repercutirá positivamente no avanço sócio-económico de cada zona. Fica pendente para futuro o entendimento das associações para levar a cabo projectos conjuntos de desenvolvimento rural apoiados com fundos LEADER, PRODER ou outros recursos financeiros.

cultura y Desarrollo Rural”: Medida 7.5. “Desarrollo endógeno de zonas rurales, relativo a actividades agrarias”, que se financian con fondos FEOGA (FEOGA-Orientación, para las regiones de Objetivo 1 y FEOGA-Garantía, para las regiones de fuera de Objetivo 1) y Medida 7.9. “Desarrollo endógeno de zonas rurales ligado a actividades no agrarias (FEDER). En las regiones de Objetivo 1 se denominan **Programas Operativos Integrados Regionales** y en las regiones fuera de Objetivo 1 reciben el nombre de **Programas Regionales de Desarrollo Rural**. En el caso de la Comunidad Autónoma de Castilla y León se le conoce como PRODERCAL. Los objetivos son *el desarrollo endógeno y sostenido del medio rural, el fortalecimiento y diversificación de su economía, el mantenimiento de su población, la elevación de las rentas y el bienestar social de sus habitantes, y la conservación del espacio y de los recursos naturales*. Para ello se establecen una serie de ayudas que se concederán para la ejecución por parte de los Grupos de Acción Local de *Programas Comarcales*. La Asociación para el Desarrollo Económico de la Zona Oeste de Salamanca (ADEZOS) se encuentra desarrollando el plan de desarrollo para la Comarca Agraria de Vitigudino y una gran parte de la Comarca Agraria de Ledesma.

Los tres Grupos de Acción Local de la zona, bien gestionando la iniciativa comunitaria LEADER+, bien desarrollando el Programa de Desarrollo Endógeno PRODERCAL, han adquirido un compromiso con el territorio y con la población local. La buena gestión de los fondos repercutirá positivamente en el avance socioeconómico de cada zona. Queda pendiente para el futuro el entendimiento de las asociaciones para llevar a cabo proyectos conjuntos de desarrollo rural apoyados con fondos LEADER, PRODER u otros recursos financieros.

GRUPOS DE ACCIÓN LOCAL: LEADER + Y PRODERCAL



■ **RAIA HISTÓRICA- Associação De Desenvolvimento Raia Histórica**

Rua Conde de Tavares, 4 A

6420 – 137 Trancoso

Tel.- +351 271 829040

Fax.- +351 271829047

E-mail.- raia.historica@mail.telepac.pt

Internet.- http://www.leader.pt/ter_gal.htm

Eng. José António de Sales Gomes (Coordenador da Equipa Técnica)

Objetivos.- Fixação da população, especificamente da população jovem e a dinamização sócio-económica da Zona de Intervenção.

Área geográfica de intervenção.- Concelhos de Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda, Pinhel y Trancoso.

Av. Carlos I, 64

■ **DOURO-SUPERIOR – Douro Superior, Associação De Desenvolvimento**

Av dos Combatientes de Grande Guerra

5160 – 217 Torre de Moncorvo

Tel.- +351 279 258010

Fax.- +351 279 254056

E-mail.- dourosup.assdes@mail.telepac.pt

Internet.- http://www.leader.pt/ter_gal.htm

Engº António Eduardo Jorge Morgado

Objetivos.- *Objetivos gerais:* mobilizar, reforçar e aperfeiçoar a iniciativa, a organização e as competências locais; incentivar a melhorar a cooperação entre territórios rurais; promover a valorização e a qualificação dos espaços rurais transformando estes em espaços de oportunidade; garantir novas abordagens de desenvolvimento, integradas e sustentáveis; dinamizar e assegurar a divulgação de saberes e conhecimentos e a transferência de experiências; reconhecer e afirmar a originalidade e a inovação da abordagem “Leader+”.

Objetivos específicos: preservar e valorizar o património natural e arqueológico do Douro Superior; valorizar os saberes e fazeres locais através da qualificação, promoção e comercialização das produções agrícolas e artesanais.

Área geográfica de intervenção.- Concelhos de Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo y Vila Nova de Foz Côa.

■ **ADEZOS - Asociación para el Desarrollo Económico de la Zona Oeste de Salamanca**

San Roque, 13

37210 Vitigudino

Salamanca

Tel.- +34 923 528100

Fax.- +34 923 528150

E-mail.- adezos@adezos.org

José María Rebollo Albuquerque

Objetivos.- Desarrollo rural zona Oeste de Salamanca; financiación de proyectos de desarrollo; dinamización socioeconómica de la zona Oeste de Salamanca.

Área geográfica de intervención.- Comarca agraria de Vitigudino, Gejuelo del Barro, La Mata de Ledesma, Monleras, Sando, Santa María de Sando, Sardón de los Frailes, Tremedal de Tormes, Villarmayor, Villasdardo, Villaseco de los Gamitos, Villaseco de los Reyes.

AS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS, A DEFESA DOS INTERESSES DE PEQUENA E MÉDIA EMPRESA

A situação actual da economia nacional e local de livre mercado requer fórmulas para trabalhar em grupo as pequenas e médias empresas (PYMEs). O pequeno empresário vê-se beneficiado de acções comuns nas áreas de publicidade, formação para empresários e trabalhadores, aspectos jurídicos laborais, assuntos fiscais, gestão de subsídios, novas tecnologias e sociedade da informação, meio ambiente, etc. e, sobretudo dos sócios pode solucionar pequenos problemas quotidianos. As iniciativas das associações de empresários são muitas, no entanto, a união dos empresários é imprescindível para gerir os interesses gerais perante pessoas e administrações públicas e privadas; para manter um serviço de informação geral de interesse para as empresas; para estabelecer e fomentar contactos e colaboração com as entidades nacionais e estrangeiras de análoga natureza e finalidade; para ter representação nos foros de organismos e organizações a escala nacional, regional, provincial e local; e para dar uma imagem adequada do empresário diante da opinião pública.

A representação global dos empresários da zona fronteiriça está repartida entre várias associações. No lado português, funciona a Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Mogadouro (ACISM) e de Freixo de Espada à Cinta (ACISFEC), enquanto que, na margem espanhola existe a Associação de Empresários de Vitigudino e Comarca (ASEMVI) e a Associação de Empresários de El Abadengo (ASEMPA). Estas associações empresariais coexistem com agrupamentos de empresários sectoriais e profissionais, como por exemplo, a Associação Profissional de Indústrias Lácteas Arribes de Salamanca (ILASA), Associação de Produtores de Leite do Planalto Mirandês ou a Associação de Arribes Salmantinos de Turismo Rural (ASASTUR).

LAS ASOCIACIONES EMPRESARIALES, LA DEFENSA DE LOS INTERESES DE LA PEQUEÑA Y MEDIANA EMPRESA

La situación actual de la economía nacional y local de libre mercado requiere fórmulas para *trabajar en grupo las pequeñas y medianas empresas* (PYMEs). El pequeño empresario resulta beneficiado de acciones comunes en las áreas de publicidad, formación para empresarios y trabajadores, aspectos jurídicos laborales, temas fiscales, gestión de subvenciones, nuevas tecnologías y sociedad de la información, medio ambiente, etc. y, sobretudo, la solidaridad de los socios puede solucionar pequeños problemas cotidianos. Las iniciativas de las asociaciones de empresarios son muchas, sin embargo, la unión de los empresarios es imprescindible para gestionar los intereses generales ante personas y administraciones públicas y privadas; para mantener un servicio de información general de interés para las empresas; para establecer y fomentar contactos y colaboración con las entidades nacionales y extranjeras de análoga naturaleza y finalidad; para tener representación en los foros de organismos y organizaciones a escala nacional, regional, provincial y local; y para dar una imagen adecuada del empresario ante la opinión pública.

La representación global de los empresarios de la zona fronteriza está repartida entre varias asociaciones. En el lado portugués, funciona la Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Mogadouro (ACISM) y de Freixo de Espada à Cinta (ACISFEC), mientras que, en la margen española existe la Asociación de Empresarios de Vitigudino y Comarca (ASEMVI) y la Asociación de Empresarios de El Abadengo (ASEMPA). Estas asociaciones empresariales coexisten con agrupaciones de empresarios sectoriales y profesionales, como por ejemplo, la Asociación Profesional de Industrias Lácteas Arribes de Salamanca (ILASA), Associação de Produtores de Leite do Planalto Mirandês o la Asociación de Arribes Salmantinos de Turismo Rural (ASASTUR).

■ **ACISFEC – Associação Comercial Industrial E Serviços De Freixo De Espada À Cinta**

Rua de S. Francisco

5180 – 144 Freixo de Espada à Cinta

Tel.- +351 279 652399

Fax.- +351 279 652399

E-mail.- acisfec@sapo.pt

Adriano Rodrigues Pereira

Objetivos.- Defender os interesses dos comerciantes e industrias de Freixo de Espada À Cinta. Promove diversos cursos de formação aos seus associados. Da apoio técnico aos mesmos.

■ **ASEMPA – Asociación de Empresarios del Abadengo**

Carretera de Bermellar, s/n

37240 Lumbrales

Salamanca

Tel.- +34 923 512043

Daniel Castro

Objetivos.- Defensa intereses de los empresarios de la comarca ante las Instituciones; cooperación entre empresas; coordinación de la negociación con sindicatos; información, formación e investigación.

■ **ASEMVI – Asociación de Empresarios de Vitigudino**

San Blas, 2

37210 Vitigudino

Salamanca

Tel.- +34 923 500045 / +34 625177178

Sebastián Repiño

Objetivos.- Promoción de la zona a todos los niveles; fomentar la formación de los asociados; velar por los intereses de todos los empresarios asociados; cursos de formación; estudios de mercado.

Actividades.- Representación comarcal de los empresarios, así como desarrollo de iniciativas comunes en las áreas de: publicidad, formación, relaciones con la Administración, aspectos jurídicos, etc.

■ **ACISM – Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Mogadouro**

Av. do Sabor – Apartado 10

5200 – 909 Mogadouro

O DESENVOLVIMENTO LOCAL E AS NOVAS FONTES DE EMPREGO, UMA ALTERNATIVA ÀS ZONAS POUCO DESENVOLVIDAS E DESFAVORECIDAS

O *desenvolvimento local* ou as *iniciativas ou políticas de desenvolvimento local*, converteram-se num foco preferente de atenção para a análise da problemática territorial e o desenvolvimento económico sub regional (provincial, comarcal ou municipal). De facto, o desenvolvimento local *constitui um dos elementos motor de desenvolvimento económico renovado e equilibrado, pelo que permite um desenvolvimento endógeno através da mobilização dos recursos locais, no que diz respeito às particularidades locais e no que se refere às raízes culturais*¹. A **Estratégia Territorial Europeia (ETE)**², segundo as características dos espaços rurais periféricos, determina a necessidade de elaborar *estratégias de desenvolvimento territorial* baseadas nas condições, especificidades e necessidades locais. Nestas zonas com estruturas de produção pouco favoráveis é necessário que a agricultura faça frente aos desafios da concorrência internacional. Aparecem novas possibilidades, graças ao desenvolvimento de produtos agrícolas de alta qualidade, a estratégias adaptadas à comercialização destes produtos, e ao redescobrimiento da multifuncionalidade da agricultura, isto é, a diversificação das fontes de ingressos das explorações agrárias (pluriactividade). Mediante uma oferta apropriada de educação e formação profissional pode-se ajudar a encontrar fontes de ingressos destinadas às proporcionadas pela agricultura em sectores emergentes: turismo, meio ambiente e património como *novas fontes de emprego (NFE)*.

As iniciativas de desenvolvimento local estão coordenadas pela figura do Agente de Desenvolvimento Local como *catali-*

¹ DITAME do Comité Económico e Social das Comunidades Europeias, “O Desenvolvimento Local na política regional comunitária”, 25 e 26 de Outubro de 1995.

² COMISSÃO EUROPEIA. (1999). *Estratégia Territorial Europeia (ETE). Para um desenvolvimento equilibrado e sustentado do território da UE*. Gabinete de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. Bruxelas – Luxemburgo.

EL DESARROLLO LOCAL Y LOS NUEVOS YACIMIENTOS DE EMPLEO, UNA ALTERNATIVA A LAS ZONAS POCO DESARROLLADAS Y DESFAVORECIDAS

El *desarrollo local* o *las iniciativas o políticas de desarrollo local*, se han convertido en un foco preferente de atención para el análisis de la problemática territorial y el desarrollo económico subregional (provincial, comarcal o municipal). En efecto, el desarrollo local *constituye uno de los elementos motor de un desarrollo económico renovado y equilibrado, por cuanto permite un desarrollo endógeno a través de la movilización de los recursos locales, en el respeto de las particularidades locales y de las raíces culturales*¹. La **Estrategia Territorial Europea (ETE)**², según las características de los espacios rurales periféricos, determina la necesidad de elaborar *estrategias de desarrollo territorial* basadas en las condiciones, especificidades y necesidades locales. En estas zonas con estructuras de producción poco favorables es necesario que la agricultura haga frente a los retos de la competencia internacional. Aparecen nuevas posibilidades, gracias al desarrollo de productos agrícolas de alta calidad, a estrategias adaptadas a la comercialización de estos productos, y al redescubrimiento de la multifuncionalidad de la agricultura, es decir, la diversificación de las fuentes de ingresos de las explotaciones agrarias (pluriactividad). Mediante una oferta apropiada de educación y formación profesional se puede ayudar a encontrar fuentes de ingresos distintas a las proporcionadas por la agricultura en sectores emergentes: turismo, medio ambiente y patrimonio como *nuevos yacimientos de empleo (NFE)*.

Las iniciativas de desarrollo local están coordinadas por la figura del Agente de Desarrollo Local como *catalizador* y

¹ DICTAMEN del Comité Económico y Social de las Comunidades Europeas, “El Desarrollo Local en la política regional comunitaria”, 25 y 26 de octubre de 1995.

² COMISION EUROPEA. (1999). *Estrategia Territorial Europea (ETE). Hacia un desarrollo equilibrado y sostenible del territorio de la UE*. Oficina de Publicaciones Oficiales de las Comunidades Europeas. Bruselas-Luxemburgo.

zador e dinamizador dos processos produtivos e sociais. No entanto, a normativa nacional e autonómica (projectos e empresas qualificados como Inovação+Emprego) designa este perfil profissional como **Agentes de Emprego e Desenvolvimento Local**³ e com umas funções muito concretas:

- a) Prospeção de recursos ociosos o infra utilizados, de projectos empresariais de promoção económica local e iniciativas inovadoras para a geração de emprego no âmbito local, identificando novas actividades económicas e possíveis empreendedores.
- b) Difusão e estímulo de potenciais oportunidades de criação de actividade entre os desempregados, promotores e empreendedores, assim como instituições colaboradoras.
- c) Acompanhamento técnico na iniciação de projectos empresariais para a sua consolidação em empresas geradoras de novos empregos, assessorando e informando sobre a viabilidade técnica, económica e financeira e, em geral, sobre os planos de lançamento das empresas.
- d) Apoio a promotores das empresas, uma vez constituídas estas, acompanhando tecnicamente aos mesmos durante as primeiras etapas de funcionamento, mediante a aplicação de técnicas de consultoria em gestão empresarial e assistência nos processos formativos adequados para coadjuvar ao bom andamento das empresas criadas.
- e) Quaisquer outras que contribuam a garantir a missão principal do Agente de Emprego e Desenvolvimento

³ ORDEM de 12 de Abril de 1994, pela que se regulam as Iniciativas Locais de Emprego e os Agentes de Emprego e Desenvolvimento Local, e se estabeleçam as bases reguladoras da concessão de subsídios e ajudas a essas Iniciativas Locais de Emprego e a contratação de Agentes de Emprego e Desenvolvimento Local (BOE nº106, de 4 de Maio de 1994).

Ordem de 15 de Julho de 1999, pela que se estabelecem as bases de concessão de subsídios públicos para o fomento do desenvolvimento local e impulso dos projectos e empresas qualificadas como I+E (BOE nº 182, de 31 de Julho de 1999). Ordem de 10 de Junho de 2002, pela que se regula a qualificação de Projectos e Empresas I+E e se criam o Registro e Arquivo de projectos e empresas qualificadas de I+E (BOC y L nº132, de 10 de Julho de 2002).

dinamizador de los procesos productivos y sociales. Sin embargo, la normativa nacional y autonómica (proyectos y empresas calificados como Innovación+Empleo) designa este perfil profesional como **Agentes de Empleo y Desarrollo Local**³ y con una funciones muy concretas:

- a. Prospección de recursos ociosos o infrautilizados, de proyectos empresariales de promoción económica local e iniciativas innovadoras para la generación de empleo en el ámbito local, identificando nuevas actividades económicas y posibles emprendedores.
- b. Difusión y estímulo de potenciales oportunidades de creación de actividad entre los desempleados, promotores y emprendedores, así como instituciones colaboradoras.
- c. Acompañamiento técnico en la iniciación de proyectos empresariales para su consolidación en empresas generadoras de nuevos empleos, asesorando e informando sobre la viabilidad técnica, económica y financiera y, en general, sobre los planes de lanzamiento de las empresas.
- d. Apoyo a promotores de las empresas, una vez constituidas éstas, acompañando técnicamente a los mismos durante las primeras etapas de funcionamiento, mediante la aplicación de técnicas de consultoría en gestión empresarial y asistencia en los procesos formativos adecuados para coadyuvar a la buena marcha de las empresas creadas.

³ ORDEN de 12 de abril de 1994, por la que se regulan las Iniciativas Locales de Empleo y los Agentes de Empleo y Desarrollo Local, y se establecen las bases reguladoras de la concesión de subvenciones y ayudas a esas Iniciativas Locales de Empleo y la contratación de Agentes de Empleo y Desarrollo Local (BOE nº 106, de 4 de mayo de 1994).

ORDEN de 15 de julio de 1999, por la que se establecen las bases de concesión de subvenciones públicas para el fomento del desarrollo local e impulso de los proyectos y empresas calificados como I+E (BOE nº 182, de 31 de julio de 1999).

ORDEN de 10 de junio de 2002, por la que se regula la calificación de Proyectos y Empresas I+E y se crean el Registro y Fichero de proyectos y empresas calificados de I+E (BOC y L nº 132, de 10 de julio de 2002).

Local, colaborar na promoção e implantação das políticas activas de emprego relacionadas com a criação de actividade empresarial.

O fomento do desenvolvimento local na zona fronteiriça está em mãos de várias entidades locais que têm contratado um Agente de Emprego e Desenvolvimento Local para as diversas tarefas. Também, o Organismo autónomo de Emprego e Desenvolvimento Rural, contribui ao desenvolvimento local da zona **com o trabalho em rede de vários Agentes de Emprego e Desenvolvimento Local**. Estes técnicos, distribuídos por âmbitos supra municipais, estão encarregados de apoiar aos municípios, informar aos empreendedores nas novas fontes de emprego e assessorar aos empresários prévio conhecimento do território e a elaboração de estudos e relatórios. Nesta mesma linha estão desenvolvendo o seu trabalho os técnicos da Associação de Municípios do Douro Superior.

As **novas fontes de emprego** surgem a partir das *novas necessidades de que corresponde à evolução das formas de viver, à transformação das estruturas e das relações familiares, ao aumento da actividade das mulheres, às novas aspirações de uma população idosa e, até, muito idosa*. A União Europeia lançou as *novas fontes ou bacias de emprego* no Livro Branco de J. Delors **Crecimiento, Competitividad e Empleo, Pistas e Desafios para entrar no Século XXI** (1993)⁴ e que posteriormente desenvolveu no documento sobre **Iniciativas Locais de Desenvolvimento e Emprego** (1995)⁵. Deste estudo a Comissão identificou dezassete âmbitos correspondentes à cobertura de quatro campos: **serviços da vida quotidiana** (serviços a domicílio, cuidado com as crianças, novas tecnologias da informação e da comunicação, ajuda e inserção dos jovens problemáticos); **serviços para a melhora da qualidade de vida** (melhora da habitação, segurança, transportes colectivos, revalorização dos espaços públicos urbanos e comércio de proximidade); **serviços culturais e de ócio** (turismo, sector audiovisual, valorização do património cultural e desenvolvimento cultural local) e **servi-**

- e. Cualesquiera otras que contribuyan a garantizar la misión principal del Agente de Empleo y Desarrollo Local, colaborar en la promoción e implantación de las políticas activas de empleo relacionadas con la creación de actividad empresarial.

El fomento del desarrollo local en la zona fronteriza está en manos de varias entidades locales que tienen contratado un Agente de Empleo y Desarrollo Local para las diversas tareas. También, el Organismo Autónomo de Empleo y Desarrollo Rural, contribuye al desarrollo local de la zona con el **trabajo en red de varios Agentes de Empleo y Desarrollo Local**. Estos técnicos, distribuidos por ámbitos supramunicipales, están encargados de apoyar a los municipios, informar a los emprendedores en los nuevos yacimientos de empleo y asesorar a los empresarios previo conocimiento del territorio y la elaboración de estudios e informes. En esta misma línea están desarrollando su labor los técnicos de la Asociación de Municipios del Douro Superior.

Los **nuevos yacimientos de empleo** surgen a partir de *las nuevas necesidades que corresponde a la evolución de las formas de vivir, a la transformación de las estructuras y de las relaciones familiares, al aumento de la actividad de las mujeres, a las nuevas aspiraciones de una población anciana e, incluso, muy anciana*. La Unión Europea lanzó las *nuevas fuentes o cuencas de empleo* en el Libro Blanco de J. Delors **Crecimiento, Competitividad y Empleo, Pistas y Retos para entrar en el Siglo XXI** (1993)⁴ y que posteriormente desarrolló en el documento sobre **Iniciativas Locales de Desarrollo y Empleo** (1995)⁵. De este estudio la Comisión ha identificado diecisiete ámbitos correspondientes a la cobertura de cuatro campos: **servicios de la vida cotidiana** (servicios a domicilio, cuidado de los niños, nuevas tecnologías de la información y la comunicación, ayuda e inserción de los jóvenes problemáticos); **servicios para la mejora de la calidad de vida** (mejora de la vivienda, seguridad, transportes colectivos, revalorización de los espacios públicos

⁴ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. (1993). *Livro Branco sobre Crecimiento, Competitividad e Empleo. Desafios e pistas para entrar no Século XXI*. Bruxelas-Luxemburgo.

⁵ COMISSÃO EUROPEIA. (1995). *Iniciativas locais de desenvolvimento e emprego. Inquérito na União Europeia*. Bruxelas-Luxemburgo.

⁴ COMISIÓN DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS. (1993). *Libro Blanco sobre Crecimiento, Competitividad y Empleo. Retos y pistas para entrar en el Siglo XXI*. Bruselas-Luxemburgo.

⁵ COMISIÓN EUROPEA. (1995). *Iniciativas locales de desarrollo y empleo. Encuesta en la Unión Europea*. Bruselas-Luxemburgo.

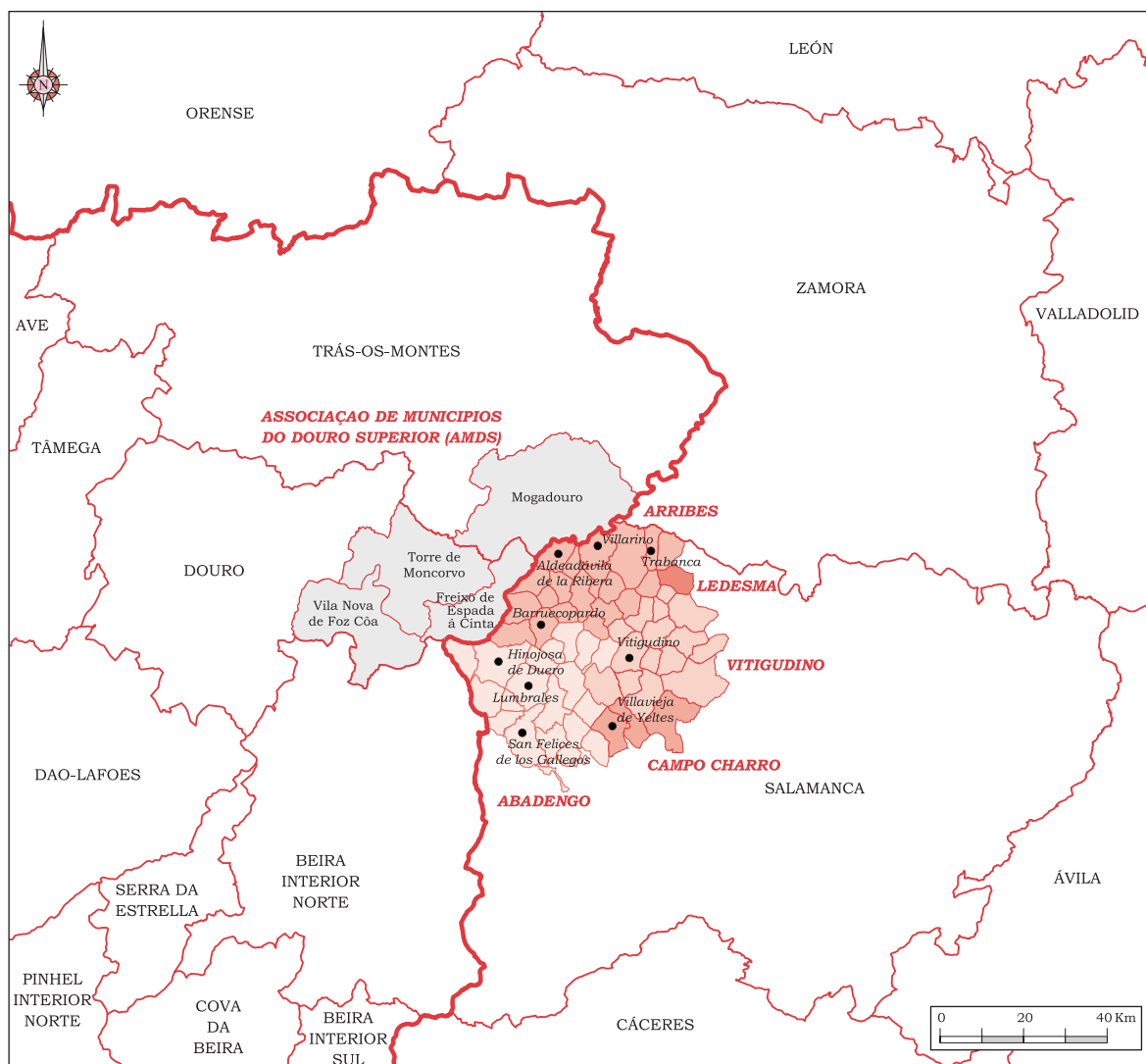
ços do meio ambiente (gestão dos resíduos urbanos, gestão da água, protecção e manutenção de zonas naturais e normativa e controlo da poluição e instalações correspondentes). As últimas notícias aparecidas na imprensa, fazendo eco de relatórios especializados, colocam ao sector informático e às novas tecnologias da informação como principal fonte de emprego.

A Comunidade Autónoma de Castela e Leão desenhou um ambicioso ***Plano Regional de Empleo***, onde se inclui a potenciação das novas fontes de emprego, cujo conteúdo abarca uma série de eixos fundamentais, directrizes e programas entorno à inserção profissional, à formação dos trabalhadores, à criação de empresas e à igualdade de oportunidades. A convocatória anual para a contratação de técnicos associados a campos das novas fontes de emprego permitiu a dotação de pessoal em várias câmaras municipais, sobretudo, destinadas à dinamização e promoção do turismo.

urbanos y comercios de proximidad); ***servicios culturales y de ocio*** (turismo, sector audiovisual, valoración del patrimonio cultural y desarrollo cultural local) y ***servicios del medio ambiente*** (gestión de los residuos urbanos, gestión del agua, protección y mantenimiento de zonas naturales y normativa y control de la contaminación e instalaciones correspondientes). Las últimas noticias aparecidas en la prensa, haciéndose eco de informes especializados, colocan al sector informático y a las nuevas tecnologías de la información en el principal yacimiento de empleo.

La Comunidad Autónoma de Castilla y León ha diseñado un ambicioso ***Plan Regional de Empleo***, donde incluye la potenciación de los nuevos yacimientos de empleo, cuyo contenido abarca una serie de ejes fundamentales, directrices y programas entorno a la inserción profesional, la formación de los trabajadores, la creación de empresas y la igualdad de oportunidades. La convocatoria anual para la contratación de técnicos asociados a campos de los nuevos yacimientos de empleo ha permitido la dotación de personal en varios ayuntamientos, sobretudo, destinados a la dinamización y promoción del turismo.

DESARROLLO LOCAL Y NUEVOS YACIMIENTOS DE EMPLEO



■ **ORGANISMO AUTÓNOMO DE EMPLEO Y DESARROLLO RURAL. DIPUTACIÓN DE SALAMANCA**

Av. Carlos I, 64

37008 Salamanca

Tel.- +34 923 280912

Fax.- +34 923 280913

E-mail.- edr@dipsanet.es

Gerente: D. Carlos Alberto Cortés González

AGENTES DE EMPLEO Y DESARROLLO RURAL:

Juan Bautista Alonso Martín

Biblioteca Municipal

37200 La Fuente de San Esteban

Salamanca

Tel.- +34 629373714

E-mail.- juambaam@usuarios.retecal.es

Angelina Gutiérrez Gabriel

Santa Ana, 50. Casa del Punto

37210 Vitigudino

Salamanca

Tel.- +34 678405506 / +34 923 520352

E-mail.- edrang@lasalina.es

Juan Daniel Cruz-Sagredo García

Plaza de España, 1

37175 Pereña de la Ribera

Salamanca

Tel.- +34 687551703 / +34 923 573016 / +34 923 222507

E-mail.- sdsagredo@eresmas.com

Isabel Gómez Sánchez

Plaza Mayor, 1

37240 Lumbrerales

Salamanca

Tel.- +34 627063261 / +34 923 512270 / +34 923 230663

E-mail.- isagom0@usuarios.retecal.es

Objetivos.- Desarrollar metodologías de desarrollo local que sirvan de apoyo a las Entidades Locales y otras instituciones locales; Aprovechar y difundir el uso de los fondos disponibles para el desarrollo local; Contribuir al aprovechamiento de los recursos locales no utilizados en la provincia; Facilitar la valorización de los recursos y producciones, en especial los del patrimonio arquitectónico, natural y cultural de los distintos municipios de la

provincia; Estimular la inversión tanto privada como pública en nuestra provincia; Incorporar las nuevas tecnologías a todos los ámbitos de la actividad de desarrollo de la provincia; Diseñar servicios de formación, asesoramiento e información para las Entidades Locales y Centros de Desarrollo de la Provincia; Fomentar la participación de las Entidades Locales de la provincia en el desarrollo de la Unión Europea; Facilitar la acción de la Comunidad Autónoma en la provincia de Salamanca en los ámbitos de la finalidad del Organismo Autónomo; Contribuir a la creación o mantenimiento de empleo en el ámbito rural.

■ **AMDS – ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DO DOURO SUPERIOR DE FINS ESPECÍFICOS**

Av dos Combatientes de Grande Guerra

5160 – 217 Torre de Moncorvo

Tel.- +351 279 200740 / +351 279 258027 / +35 919290922 /

Fax.- +351 279 254056

E-mail.- gatvdsup@mail.telepac.pt

D^a. Doniria Afecto

Objetivos.- Elaboração de projectos e estudos de viabilidade que contribuam para a promoção e desenvolvimento da região; Elaboração de projectos e estudos de viabilidade que contribuam para a promoção e desenvolvimento da região; Promoção de emprego, fixação de populações, divulgação das oportunidades de investimento na região; Apoio ao estudo e desenvolvimento das características dos produtos regionais, da manutenção e criação de mercados; Promoção e divulgação da imagem da região no exterior, nomeadamente nos seus aspectos culturais e turísticos; Coordenação e compatibilização das actividades e projectos dos associados, no âmbito das atribuições da Associação; Assegurar o acompanhamento, apoio técnico e consultoria na realização de novos projectos de investimento, de recuperação e preservação de recursos naturais ou de património; Celebração de contratos – programa de promoção, emprego e desenvolvimento com o estado ou com quaisquer outras entidades; Organização de conferências, colóquios, palestras, cursos e seminários sobre temas de interesse regional; Participação conjunta em programas de infra-estruturas e serviços especializados, culturais, turísticos e gastronómicos.

■ **CGRDI - CENTRO DE GESTÃO RURAL DOURO INTERNACIONAL**

Av. 25 de Abril, 7 – R/c. Dto.
5180 – 126 Freixo de Espada à Cinta

Tel.- +351 279 653076

Fax.- +351 279 652865

E-mail.- cgrdi@clix.pt

Gilberto Pintado

Objetivos.- Desenvolvimento rural.

Actividades.- Serviços de Agrogestão e Contabilidade; Serviços de Protecção Integrada; Subsídios INGA/IFADAP; Projectos Agrícolas; Formação Profissional.

Área Geográfica de Intervenção.- Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo, Mogadouro, Figueira de Castelo Rodrigo.

TÉCNICOS DE NUEVOS YACIMIENTOS DE EMPLEO:

Maria de la Encina Juanes Fraile

Ayuntamiento de Villarino de los Aires

Plaza Mayor, 1

37160 Villarino de los Aires

Salamanca

Tel.- +34 699821939

Objetivos: Colaboración entre la zona portuguesa y salmantina de Las Arribes, necesaria para el desarrollo de la zona, a través de proyectos comunes a nivel económico, turístico y sociocultural.

Mª José Vicente Rodríguez

Mancomunidad Arribes Del Duero

Plaza Mayor, 1

37160 Villarino de los Aires

Salamanca

Tel.- +34 625175775

Objetivos: Desarrollo de la zona Oeste de Salamanca a través de las relaciones con Portugal.

Mª Jesús de los Santos Alonso

Ayuntamiento de Barruecopardo

Plaza Mayor, nº 1

Barruecopardo

Salamanca

Tlf.- +34 923 507002

Objetivos: Desarrollo socio-económico del municipio.

AS ASSOCIAÇÕES SECTORIAIS E PROFISSIONAIS E AS COOPERATIVAS, A UNIÃO EM DEFESA DE UNS INTERESSES ESPECÍFICOS

A normativa permite aos trabalhadores e empresários constituir, em cada sector ou ramo de actividade económica, profissão ou qualquer outro conceito análogo, as associações que considerem convenientes em defesa dos seus interesses respectivos. A homogeneidade das associações sectoriais e profissionais na Comarca Agrária de Vitigudino e nos concelhos de Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta e Figueira de Castelo Rodrigo, como âmbito territorial de acção, obriga-nos a reunir todas as fichas num só apartado. Segundo, a denominação que figura nos seus Estatutos, preferentemente as associações da zona estão relacionadas com o sector primário (agrícolas, ganaderias ou florestais): produtores de leite, apicultores, azeite, vinho, madeira, etc.

Além disso, incluímos nesta secção as cooperativas (Sociedade Cooperativa) como *uma sociedade constituída por pessoas que se associam, em regime de livre adesão e baixa voluntária, para a realização de actividades empresariais, encaminhadas a satisfazer a suas necessidades e aspirações económicas e sociais, com estrutura e funcionamento democrático, conforme aos princípios formulados pela aliança cooperativa internacional*. Dos diferentes tipos de cooperativas criadas na zona sobressaem as cooperativas agrárias e de serviços. As cooperativas agrárias associam a titulares de explorações agrícolas, ganaderias ou florestais, que têm como objecto a realização de todo o tipo de actividades e operações encaminhadas ao melhor aproveitamento das explorações dos seus sócios, dos seus elementos ou componentes, da cooperativa e a melhora da população agrária e do desenvolvimento do mundo rural, assim com atender a qualquer outro fim ou serviço que seja próprio da actividade agrária, ganadeira, florestal o estejam directamente relacionados com elas. Enquanto que, as cooperativas de serviços associam a pessoas físicas ou jurídicas, titulares de explorações industriais ou de serviços e a profissionais ou artistas que exercem a sua actividade por conta própria, e têm por objecto a prestação de suministrações e serviços, ou a produção de bens

LAS ASOCIACIONES SECTORIALES Y PROFESIONALES Y LAS COOPERATIVAS, LA UNIÓN EN DEFENSA DE UNOS INTERESES ESPECÍFICOS

La normativa permite a los trabajadores y empresarios constituir, en cada sector o rama de actividad económica, profesión o cualquier otro concepto análogo, las asociaciones que estimen convenientes en defensa de sus intereses respectivos. La homogeneidad de las asociaciones sectoriales y profesionales en la Comarca Agraria de Vitigudino y en los Concelhos de Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta y Figueira de Castelo Rodrigo, como ámbito territorial de actuación, nos obliga a reunir todas las fichas en un sólo apartado. Según, la denominación que figura en sus Estatutos, preferentemente las asociaciones de la zona están relacionadas con el sector primario (agrícolas, ganaderas o forestales): productores de leche, apicultores, aceite, vino, madera, etc.

Además, incluimos en esta sección **las cooperativas (Sociedad Cooperativa)** como *una sociedad constituida por personas que se asocian, en régimen de libre adhesión y baja voluntaria, para la realización de actividades empresariales, encaminhadas a satisfacer sus necesidades y aspiraciones económicas y sociales, con estructura y funcionamiento democrático, conforme a los principios formulados por la alianza cooperativa internacional*. De los diferentes tipos de cooperativas creadas en la zona sobressalen las cooperativas agrarias y de servicios. Las **cooperativas agrarias** asocian a titulares de explotaciones agrícolas, ganaderas o forestales, que tienen como objeto la realización de todo tipo de actividades y operaciones encaminhadas al mejor aprovechamiento de las explotaciones de sus socios, de sus elementos o componentes, de la cooperativa y a la mejora de la población agraria y del desarrollo del mundo rural, así como atender a cualquier otro fin o servicio que sea propio de la actividad agraria, ganadera, forestal o estén directamente relacionados con ellas. Mientras que, las **cooperativas de servicios** asocian a personas físicas o jurídicas, titulares de explotaciones industriales o de servicios y a profesionales o artistas que ejercen su actividad por cuenta propia, y tienen por objeto la prestación de suministros y servicios, o la producción de bienes y la realización de

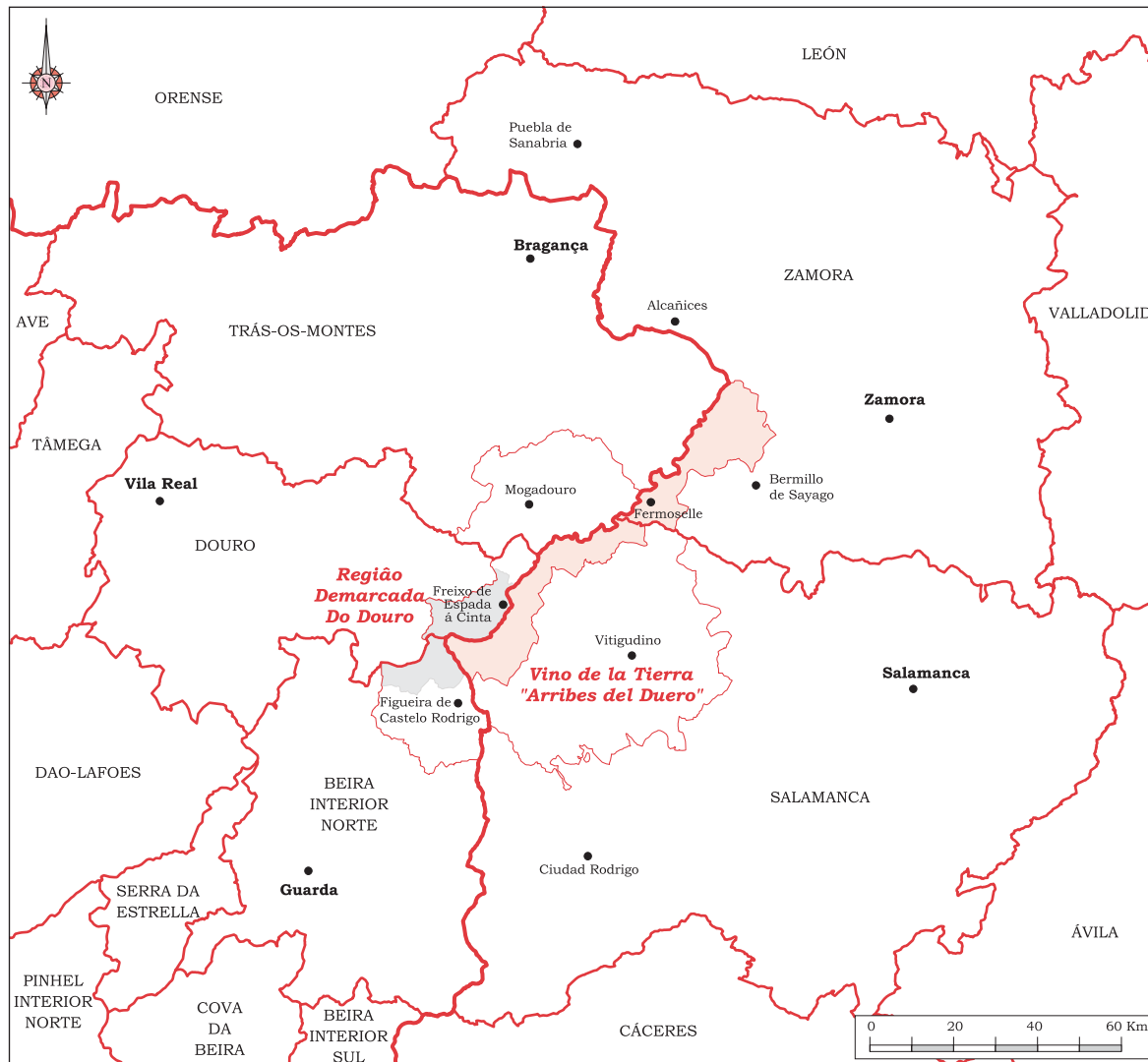
e a realização de operações encaminhadas ao melhoramento económico e técnico das actividades profissionais ou das explorações dos seus sócios.

As associações de pequenas e médias empresas e as cooperativas cumprem várias funções nestes momentos de crise do meio rural europeu. A aposta pelo desenvolvimento local e endógeno do meio rural e dos programas de desenvolvimento rural integrado puseram de manifesto que estas estruturas são as únicas que mantêm vivo o tecido social e industrial. Portanto, os responsáveis das associações e cooperativas da zona jogam um papel estratégico na economia local e um desafio de colaboração transfronteiriça.

operaciones encaminadas al mejoramiento económico y técnico de las actividades profesionales o de las explotaciones de sus socios.

Las asociaciones de pequeñas y medianas empresas y las cooperativas cumplen varias funciones en estos momentos de crisis del medio rural europeo. La apuesta por el desarrollo local y endógeno del medio rural y de los programas de desarrollo rural integrado han puesto de manifiesto que estas estructuras son las únicas que mantienen vivo el tejido social e industrial. Por tanto, los responsables de las asociaciones y cooperativas de la zona juegan un papel estratégico en la economía local y un reto de colaboración transfronteriza.

COMARCAS VITIVINÍCOLAS



■ **ASSOCIAÇÃO DOS APICULTORES DO PARQUE NATURAL O DOURO INTERNACIONAL**

Objectivos.- Valorizar o potencial produtivo da região para a produção de mel e de outros produtos apícolas; apoio técnico aos apicultores; divulgação e promoção dos produtos; formação profissional

■ **ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE LEITE DO PLANALTO MIRANDÊS**

Objectivos.- Promover o melhoramento zootécnico dos bovinos de leite; gestão, controlo e apoio contabilístico aos associados.

■ **APATA (Associação De Produtores Agrícolas Tradicionais E Ambientais)**

Av do Sabor, 40 1º Dto
5200 – 288 Mogadouro
Tel.- +351 279 342783
Fax.- +351 279 342783

E-Mail: apata@iol.pt

Objectivos.- Desenvolvimento Rural

Actividades.- Serviços de Protecção Integrada e Agricultura Biológica; Subsídios INGA/IFADAP; Projectos Agrícolas ; Formação Profissional Mogadouro

Área geográfica de intervenção.- Mogadouro; Freixo de Espada à Cinta; Torre de Moncorvo; Miranda Douro; Vimioso.

■ **ACRIFIGUEIRA – Associação de Criadores de Figueira. Agrupamento de Defesa Sanitaria**

Av. 25 de Abril, 121 1º Dto
6440 – 111 Figueira de Castelo Rodrigo
Tel.- +351 271 312249
Fax.- +351 271 311225

Dr. Raul Soares Martins

Objectivos.- Agrupamento de defesa sanitária de gado bovino, ovino e caprino do Concelho.

Actividades.- Defesa sanitaria; apoio à elaboração de subsídios agrícolas.

Área geográfica de intervenção.- Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.

■ **ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO.**

Av. 25 de Abril, 119
6440 – 111 Figueira de Castelo Rodrigo

Tel.- +351 271 311284

Fax.- +351 271 311284

E-mail.- apfcfcr@iol.pt

José Mário Guedes

Objectivos.- Promoção e desenvolvimento do sector florestal

Actividades.- Elaborar plano de gestão e defesa da floresta; organizar os proprietários florestais privados para melhor gestão das áreas florestais.

Área geográfica de intervenção.- Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e concelhos limítrofes (Almeida, Freixo de Espada à Cinta, Foz Côa e Pinhel)

■ **FIGUEIRA VERDE – Industria Agro-Alimentar E.M.**

Largo da Igreja, 1

Tel.- +351 271 313710

Fax.- +351 271 313713

Arelindo Gonçalves Farinha

Objectivos.- Promoção e divulgação dos produtos do Concelho.

Actividades.- Participação em Feiras e outros eventos; contacto como os produtores locais; venda de produtos concelhios.

■ **GABINETE DE COORDENAÇÃO REGIONAL DA BEIRA INTERIOR DA AJAP**

Av. 25 de Abril, 151
6440 – 108 Figueira de Castelo Rodrigo

Tel.- +351 271 312139

Fax.- +351 271 312139

António Marquez

Objectivos.- Apoio a todos os agricultores do concelho.

Actividades.- Apoio a elaboração de candidaturas a subsídios e protecção integrada (medidas agro-ambientais).

Área geográfica de intervenção.- Beira interior.

■ ASOCIACIÓN PUENTE

Alta, s/n.

Masueco de la Ribera.

Tlf.- +34 923 505242 - +34 608 187952

José Vicente.

Actividades.- Promoción del proyecto de construcción de un paso internacional sobre el río Duero que enlace las comarcas de Vitigudino (España) y Mogadouro (Portugal).

■ ABADUERO (ASOCIACIÓN DEL BAJO DUERO)

Arenal, 85

37217 Villar de Samaniego

Salamanca

Actividades.- Defensa de los intereses de los profesionales del sector agrario, afectados por el Espacio Natural de Arribes del Duero.

■ ASOCIACIÓN VINO DE LA TIERRA "ARRIBES DEL DUERO"

La Almofea, 95

37175 Pereña de la Ribera

Salamanca

Tel.- +34 923 573413 / +34 923 573209

E-mail.- vtarribesduero@verial.es www.verial.es/arribesdelduero

Santiago Castro González (+34 687846655)

Objetivos.- Consejo Regulador de calidad y promoción de vinos.

■ AILASA - Asociación Profesional Industrias Lácteas Arribes de Salamanca

Plaza de España, 5 1ºB

37210 Vitigudino

Salamanca

Tel.- +34 923 500019 / +34 606359381

José Manuel Alonso Bautista

Objetivos.- Promoción del queso de Arribes; formación y realización de estudios para la mejora de la calidad.

■ ADEGA COOPERATIVA DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

Apartado 11

6440 – 108 Figueira de Castelo Rodrigo

Tel.- +351 271 319220

Fax.- +351 271 319229

Engº Manuel Bolota Gonçalves

Objetivos.- Promoção e divulgação dos vinhos do concelho.

Actividades.- Participação em Feiras e outros eventos.

Área geográfica de intervenção.- Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e Almeida (na recolha de uvas). No país e estrangeiro na venda e promoção dos vinhos do concelho

■ COOPERATIVA AGRÍCOLA SABODOURO, CRL

Largo do Toural

5200 – 204 Mogadouro

E-mail.- cooperativa-sabodouro@clix.pt

■ COOPERATIVA DE OLIVICULTORES DE ESCALHÃO

Vale das Eiras

6440-072 Escalhão

Figueira de Castelo Rodrigo

Tel.- +351 271 346116

Engº Artur Augusto Carrapatoso

Objetivos.- Produção e extracção de azeite.

Actividades.- Os associados produzem aqui o seu azeite.

Área geográfica de intervenção.- Freguesia da Escalhão, Mata de Lobos, Almofala, Escarigo, Figueira de Castelo Rodrigo e Vermiosa.

■ ASSOCIAÇÃO DE AGRIC. DE TRÁS-OS-MONTES

Delegação: R. do Emigrante, Ed. Junta de Freguesia

5180 – 103 Freixo de Espada à Cinta.

■ **CAJA RURAL DE SALAMANCA SOCIEDAD COOPERATIVA DE CREDITO**

Plaza del Mercado, 37
37240 Lumbrales
Salamanca

Tel.- +34 923 512271

Oficinas en: Aldeadávila, Hinojosa de Duero, Lumbrales, Cubo de Don Sancho, Pereña de la Ribera, Saucelle, Villavieja y Vitigudino.

Actividades.- Entidad financiera de cajas de ahorros.

■ **CALPOR SOCIEDAD COOPERATIVA**

Imperial, 2
37240 Lumbrales
Salamanca

Tel.- +34 923 512178

Actividades.- Servicios y venta de productos agropecuarios

■ **CAMPO VACUNO SOCIEDAD COOPERATIVA**

Calle de la Iglesia, 15
37159 Puertas
Salamanca

Tel.- +34 923 500066 / +34 923 169117

Francisco Hernández Benito

Actividades.- Comercialización de ganado vacuno y ovino.

■ **COOPERATIVA DEL CAMPO SAN ISIDRO DE BAÑOBÁREZ**

Payos, 2
37271 Bañobárez
Salamanca

Tel.- +34 923 506038

Actividades.- Compra-venta de ganado

■ **QUESOS EL SIERRA**

Camino del Cementerio, s/n
37246 Sobradillo

Tel.- +34 923 522089

Actividades.- Fabricación de queso y mantequilla

■ **COOPERATIVA PASTORES DE LA FREGENEDA**

Camino Ancho, s/n
37220 La Fregeneda
Salamanca

Tel.- +34 923 521130

Alonso Pérez

Actividades.- Fabricación de queso y mantequilla.

■ **DEHESA GRANDE SOCIEDAD COOPERATIVA**

Crtra de Moronta Km. 1,300
37210 Vitigudino

Tel.- +34 923 500356 / +34 923 501100 / +34 659916166

E-mail.- dehesa85@hotmail.com

Internet.- www.dehesa-grande.com

Manuel Amador del Molino Velasco

Actividades.- Comercialización de carne de vacuno.

■ **FUENTEVACUNA SOCIEDAD COOPERATIVA**

Río, 3
37291 Fuenteliante
Salamanca

Tel.- +34 923 506341

Actividades.- Compra y venta de ganado

■ **GANADEROS DE HINOJOSA SOCIEDAD COOPERATIVA AGRARIA**

Av. Sánchez Terán, 9
37230 Hinojosa de Duero
Salamanca

Tel.- +34 923 515494

Actividades.- Comercio mayorista de leche, miel, aceite, huevos, caza, aves.

■ **JARDÍN DE ALISTE SOCIEDAD COOPERATIVA**

Martínez Villergas, 2
37291 Fuenteliante
Salamanca

Actividades.- Explotación extensiva de ganado bovino

■ **HIJOS DE SEBASTIÁN REY SOCIEDAD COOPERATIVA LIMITADA**

Crtra Cipérez, Km. 0,5
37147 Villar de Peralonso
Salamanca

Tel.- +34 923 518253

Fax.- +34 923 518253

Roberto Hernández

Actividades.- Estructuras metálicas y cerrajería en general.

■ **SOCIEDAD COOPERATIVA DOCENTE AUTOESCUELA SALMANTINA**

San Roque, 28
37210 Vitigudino

Tel.- +34 608916936

Hipólito Martín Montes

Actividades.- Impartición de clases teóricas y prácticas para la obtención del permiso de conducir.

■ **SOCIEDAD COOPERATIVA LIMITADA BAJO DUERO**

Trasera Frontón Viejo, s/n
37210 Salamanca

Tel.- +34 980 571023 / +34 686948997

Fax.- +34 923 980 571296

E-mail.- info@cobadu.com

Internet.- www.cobadu.com

Álvaro Bautista Juanillo

Actividades.- Comercialización y fabricación piensos y productos fitosanitarios, cereales, simientes, abonos; comercialización ganado ovino, porcino y vacuno, leche; productos zoonosanitarios, instrumental ganadero, genética de vacuno y porcino, gasóleo.

■ **ESCUELAS CAMPESINAS DE SALAMANCA**

Castillo, nº 1.
37160 Villarino de los Aires
(Salamanca)

Tlf.- + 34 639 662169

Actividades.- Taller ocupacional de discapacitados. Programa de socialización infantil.

Programa de Apoyo a la Mujer Rural Emprendedora.

■ **SOCIEDAD GERIÁTRICA VITIGUDINO**

Reguerita, 9
37210 Vitigudino
Salamanca

Tel.- +34 923 520078

M^a Carmen Rodríguez

Actividades.- Residencia Tercera Edad.

■ **TALLERES BRINGAS SOCIEDAD COOPERATIVA**

Carretera de Majuges, s/n
37210 Vitigudino
Salamanca

Tel.- +34 923 500187

Fax.- +34 923 500187

José Antonio López García

Actividades.- Fabricación de pavimentos, derivados del cemento y piedra natural y artificial y panteones.

■ **VACUNO DE SALAMANCA SOCIEDAD COOPERATIVA**

El Parque, 5
37210 Vitigudino
Salamanca

Tel.- +34 923 500448 / +34 615109543

Fax.- +34 923 500448

E-mail.- vacunodsalamanca@hotmail.com

M^a Luisa Martín Arroyo

Actividades.- Compraventa de ganado vacuno y ovino.

■ **ZACARÍAS MARTÍN SOCIEDAD COOPERATIVA**

José Antonio, 7
37256 Villabuenas
Salamanca

Tel.- +34 923 507436

Actividades.- Fabricación de queso y mantequilla.

■ **COOPERATIVA VITIVINICOLA SAN BARTOLOMÉ**

Eras, nº 26,
37250 Aldeadávila
Tel.- +34 923 505097
Fax.- +34 923 505097
Ángela Casado Martín.
Actividades.- Elaboración de vinos y comercialización.

■ **COGALAD Cooperativa Ganadera de Lacteos y Derivados.**

Egido, s/n.
Valderrodrigo.
Tel.- +34 923 510616
E-mail.- cogalad@eresmas.com
José María Rebollo
Actividades: Comercialización de leche, corderos y terneros.

■ **COOPERATIVA VITIVINICOLA ARRIBES DEL DUERO**

Carretera de Corporario, nº 3.
37250 Aldeadavila de la Ribera
Tel.- +34 923 169195
Fax.- +34 923 169195
Emilio Gallego Gallego
Actividades.- Elaboración de vino, crianza y comercialización.

■ **COOPERATIVA VITIVINICOLA NTRA. SRA. DEL CASTILLO**

Avda. de la Constitución, nº 2.
37175 Pereña de la Ribera.
Tel.- +34 923 573069
Fax.- +34 923 573016
Manuel Salvador Gorjón.
Actividades: Elaboración de vinos, embotellado y comercialización.

■ **COOPERATIVA VITIVINICOLA SAN ROQUE**

Cierros, nº 3.
37160 Villarino de los Aires
Tel.- +34 923 757486
Tel.- +34 923 573001
Juan Martín Benito
Actividades: Almazara de aceite. Elaboración de vinos y comercialización.

■ **COOPERATIVA ALMAZARA VIRGEN DEL CASTILLO**

Ancha, s/n.
Vilvestre.
Tel. +34 923 524807
José Manuel Carretero
Actividades.- Elaboración de aceite para los socios.

■ **CARACOSTA SOC. COOP.**

Mochuelo, nº 2.
Trabanca.
Tel.- +34 923 141461
Actividades.- Elaboración de queso de oveja y derivados lacteos.

■ **MIEZA SOCIEDAD COOPERATIVA**

Cerezal, s/n.
Mieza
Tel.- +34 923 169282
Oscar Sánchez.
Actividades.- Comercialización de cerezas y otras frutas.

■ **DISEC, SOCIEDAD COOPERATIVA**

Iberdrola, s/n.
37250 Aldeadávila de la Ribera
Tlf.- +34 923 505908
Fax.- +34 923 505908
Serafín Diez Santos
Actividades.- Fabricación de muebles, tapizados y complementos textiles.

A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, UMA RESPONSABILIDADE COMPARTIDA

A riqueza do meio natural e dos valores culturais da Comarca Agrária de Vitigudino e dos Concelhos de Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta e Figueira de Castelo Rodrigo significaram a protecção de amplias zonas do seu território. A prematura declaração do cañão do Douro e dos seus afluentes como **Zona de especial protecção para as Aves (ZEPA)** pretendia a conservação do habitat de espécies vulneráveis e emblemáticas, como, o abutre leonado (*Gyps fulvus*), a cegonha negra (*Ciconia nigra*), a “chova piquirroja” (*Pyrhacorax pyrrhacorax*) o “alimoche” (*Neophron percnopterus*), a águia real (*Aquila chrysaetos*), a águia perdigueira (*Hieraetus fasciatus*), o falcão peregrino (*Falco peregrinus*), o açor (*Accipiter gentilis*) e o mocho real (*Bubo bubo*). Partindo desta designação e em prol de uma firme protecção chegou a declaração, no dia 11 de Maio de 1998, do **Parque Natural do Douro Internacional**¹ (85.150 hectrs) e, no dia 11 de Abril de 2002, do **Parque natural de Arribes del Duero**² (106.105 hectrs).

Com a declaração de ambos os Parques Naturais tenta-se alcançar a conservação e melhora dos ecossistemas, dos habitats das espécies em perigo de extinção e da diversidade paisagística em consonância com os direitos, usos e aproveitamentos tradicionais do território, como por exemplo, a manutenção dos cultivos de lenha mediterrâneos (recordar que se trata da cabeceira da Região Demarcada dos Vinhos do Porto, reconhecida como a área mais antiga do mundo). Além disso, os parques procuram a salvaguarda do património cultural, tanto material como imaterial. E, finalmente, potenciam a melhora da qualidade de vida da população local através do fomento do desenvolvimento sócio-económico e, em particular, do impulso de actividades educativas, científicas, recreativas e turísticas.

¹ Decreto regulamentar nº 8/1998, de 11 de Maio, estabelece a classificação do Parque Nacional do Douro Internacional (Diário da República Série I-B nº 108/99, de 11 de Maio de 1998).

² Lei 5/2002, de 11 de Abril, de declaração do Parque Natural de Arribes del Duero (Salamanca-Zamora) (Suplemento BOC nº 79, de 26 de Abril de 2002)

LA CONSERVACIÓN DE LA NATURALEZA, UNA RESPONSABILIDAD COMPARTIDA

La riqueza del medio natural y de los valores culturales de la Comarca Agraria de Vitigudino y de los Concelhos de Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta y Figueira de Castelo Rodrigo han supuesto la protección de amplias zonas de su territorio. La temprana declaración del cañón del Duero y de sus afluentes como **Zona de Especial Protección para las Aves (ZEPA)** pretendía la conservación del hábitat de especies en vulnerables y emblemáticas, como, el buitre leonado (*Gyps fulvus*), la cigüeña negra (*Ciconia nigra*), la chova piquirroja (*Pyrhacorax pyrrhacorax*), el alimoche (*Neophron percnopterus*), el águila real (*Aquila chrysaetos*), el águila perdicera (*Hieraetus fasciatus*), el halcón peregrino (*Falco peregrinus*), el azor (*Accipiter gentilis*) y el búho real (*Bubo bubo*). En base a esta designación y en pos de una firme protección ha llegado la declaración, el 11 de mayo de 1998, del **Parque Natural do Douro Internacional**¹ (85.150 has) y, el 11 de abril de 2002, del **Parque Natural de Arribes del Duero**² (106.105 has).

Con la declaración de ambos Parques Naturales se persigue la conservación y mejora de los ecosistemas, de los hábitats de las especies en peligro de extinción y de la diversidad paisajística en consonancia con los derechos, usos y aprovechamientos tradicionales del territorio, como por ejemplo, el mantenimiento de los cultivos leñosos mediterrâneos (recordar que se trata de la cabecera de la Región Demarcada de los Vinos de Oporto, reconocida como el área más antigua del mundo). Además, los parques buscan la salvaguarda del patrimonio cultural, tanto material como inmaterial. Y, finalmente, potencian la mejora de la calidad de vida de la población local a través del fomento del desarrollo socioeconómico y, en particular, del impulso de actividades educativas, científicas, recreativas y turísticas.

¹ Decreto Regulamentar nº 8/1998, de 11 de mayo, establece la clasificación del Parque Natural do Douro internacional (Diario da República Serie I-B nº 108/98, de 11 de mayo de 1998)

² Ley 5/2002, de 11 de abril, de declaración del Parque Natural de Arribes del Duero (Salamanca-Zamora) (Suplemento BOC y L nº 79, de 26 de abril de 2002)

Num futuro próximo, com a aprovação da “**Rede Ecológica Europeia Natura 2000**”, ampliar-se-ão as zonas protegidas deste âmbito de cooperação. Entrarão a fazer parte desta rede, por um lado, as **Zonas de Especial Protecção para as Aves (ZEPAs)**, declaradas ao amparo da Directiva 79/409/CEE³, e, por outro lado, os **Lugares de Importância Comunitária (LICs)**, definidos na Directiva 92/43/CEE⁴. Os espaços delimitados para garantir a manutenção ou, no seu caso, o restabelecimento, num estado de conservação favorável, dos tipos de habitats naturais de interesse comunitário e habitats de espécies de interesse comunitário transformar-se-ão em **Zonas especiais de conservação (ZEC)**. A proposta portuguesa recolhe parte dos Concelhos de Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta e Figueira de Castelo Rodrigo nos habitats naturais dos Rios Sabor e Maças (PTCON00021), Douro Internacional (PTCON00022) e Morais (PTCON00023) que fazem parte da Lista Nacional de Sítios através da Resolução do Conselho de Ministros nº142/97, de 28 de Agosto⁵, ampliada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 21 de Maio⁶. No lado espanhol, as últimas minutas incluem como Lugares de Interesse Comunitário (LICs): Arribes del Duero (ES4150096), Ribeiras dos Rios Huebra, Yeltes, Uces e afluentes (ES4150064) e Ribeiras do Rio Águeda (ES4159987), enquanto que como Zonas de Especial Atenção para as Aves (ZEPAs) somente a Arribes del Duero (ES0000118).

A conservação da natureza não é só uma responsabilidade das administrações públicas de ambos os lados da raia. Também, as **associações de orientação naturalista** devem ter um papel

En un futuro próximo, con la aprobación de la «**Red Ecológica Europea Natura 2000**», se ampliarán las zonas protegidas de este ámbito de cooperación. Entrarán a formar parte de esta red, por un lado, las **Zonas de Especial Protección para las Aves (ZEPAs)**, declaradas al amparo de la Directiva 79/409/CEE³, y, por otro lado, los **Lugares de Importancia Comunitaria (LICs)**, definidos en la Directiva 92/43/CEE⁴. Los espacios delimitados para garantizar el mantenimiento o, en su caso, el restablecimiento, en un estado de conservación favorable, de los tipos de hábitats naturales de interés comunitario y hábitats de especies de interés comunitario se transformarán en **Zonas Especiales de Conservación (ZEC)**. La propuesta portuguesa recoge parte de los Concelhos de Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta y Figueira de Castelo Rodrigo en los hábitats naturales de los Rios Sabor e Maças (PTCON00021), Douro Internacional (PTCON00022) y Morais (PTCON00023) que forman parte de la Lista Nacional de Sitios a través de la Resolución do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de agosto⁵, ampliada por la Resolución do Conselho de Ministros nº 76/2000, de 21 de mayo⁶. En el lado español, los últimos borradores incluyen como Lugares de Interés Comunitario (LICs): Arribes del Duero (ES4150096), Riberas de los Ríos Huebra, Yeltes, Uces y afluentes (ES4150064) y Riberas del Río Águeda (ES4150087), mientras que como Zonas de Especial Protección para las Aves (ZEPAs) tan sólo a Arribes del Duero (ES0000118).

La conservación de la naturaleza no es sólo una responsabilidad de las administraciones públicas de ambos lados de la raya. También, las **asociaciones de orientación naturalista**

³ Directiva 79/409/CEE, de 2 de Abril de 1979, relativa à conservação das aves silvestres (DOCE nº103, de 25 de Abril 1979).

⁴ Directiva 92/43/CEE, de 21 de Maio de 1992, relativa à conservação dos habitats naturais e da fauna e flora silvestres (DOCE nºL 206, de 22 de Junho de 1992).

⁵ Resolução do Conselho de Ministros nº142/1997, aprova a lista nacional de sítios (1ªfase) prevista no artigo 3º do Decreto-lei nº 226/97 de 27 de Agosto (transpõe para o direito interno a Directiva 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens) (Diário de Republica Série I-B nº198/97, de 28 de Agosto de 1997).

⁶ Resolução do Conselho de Ministros nº 76/2000, aprova a 2ªfase da lista nacional de sítios a que se refere o nº 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 140/99 de 24 de Abril (Diário da Republica Série I-B nº 153, de 5 de Julho de 2000).

³ Directiva 79/409/CEE, de 2 de abril de 1979, relativa a la conservación de las aves silvestres (DOCE nº 103, de 25 de abril de 1979).

⁴ Directiva 92/43/CEE, de 21 de mayo de 1992, relativa a la conservación de los hábitats naturales y de la fauna y flora silvestres (DOCE nº L 206, de 22 de julio de 1992).

⁵ Resolução do Conselho de Ministros nº 142/1997, aprova a lista nacional de sítios (1ª fase) prevista no artigo 3º do Decreto-Lei nº 226/97 de 27 de agosto (transpõe para o direito interno a Directiva 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens) (Diário da República Serie I-B nº 198/97, de 28 de agosto de 1997).

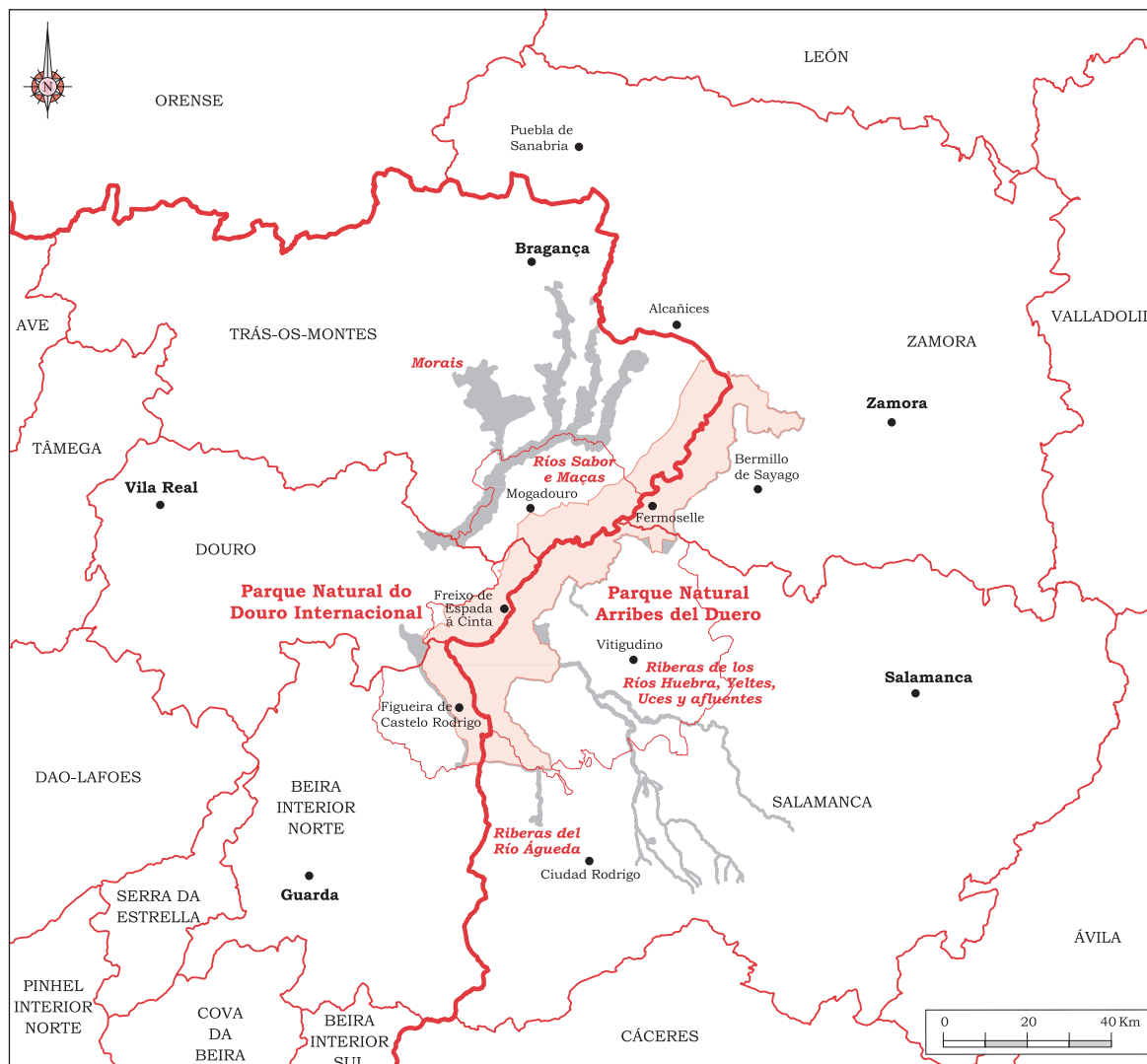
⁶ Resolução do Conselho de Ministros nº 76/2000, aprova a 2ª fase da lista nacional de sítios a que se refere o nº 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 140/99 de 24 de abril (Diário da República Serie I-B nº 153, de 5 de julho de 2000).

essencial na gestão do território e na sensibilização médio ambiental. Em primeiro lugar, a sua incumbência estará associada à participação activa nos órgãos reitores dos espaços naturais e à colaboração com as entidades locais. Em segundo lugar, constituem um nexo de união entre as administrações e a população autóctone em trabalhos de informação e formação a partir de jornadas, seminários e encontros. E, por último, o trabalho nas tarefas de educação ambiental com as crianças é um grande objectivo de futuro convocando concursos, workshops, acampamentos ou saídas ao campo guiadas e interpretadas.

deben jugar un papel esencial en la gestión del territorio y en la sensibilización medioambiental. En primer lugar, su cometido estará asociado a la participación activa en los órganos rectores de los espacios naturales y a la colaboración con las entidades locales. En segundo lugar, constituyen un nexo de unión entre las administraciones y la población autóctona en labores de información y formación a partir de jornadas, seminarios y encuentros. Y, por último, el trabajo en las tareas de educación ambiental con los niños es su gran reto de futuro convocando concursos, talleres, campamentos o salidas al campo guiadas e interpretadas.



ESPACIOS NATURALES: ARRIBES DEL DUERO Y DUERO INTERNACIONAL



■ PARQUE NATURAL DO DOURO INTERNACIONAL

Rua de St^a Marinha, 4
5200-241 Mogadouro
Tel.- +351 079340030
Fax.- +351 079341596
Domingo Alfredo Fernandes Amaro

■ PARQUE NATURAL DE ARRIBES DEL DUERO (Salamanca-Zamora)

Servicio Territorial de Medio Ambiente
Villar y Macías, 1
37071 Salamanca
Tel.- +34 923 296026
E-mail.- tarlafma@jcyl.es
Internet.- www.jcyl.es

Teresa Tarazona Lafarga

Objetivos.- Conservar, proteger y mejorar los recursos naturales, su vegetación, flora, fauna, gea, agua y paisaje, preservando la diversidad genética y manteniendo la dinámica y estructura de sus ecosistemas; restaurar los ecosistemas y valores del Parque Natural que hayan sido deteriorados; garantizar la conservación de su biodiversidad y la persistencia de las especies de flora y fauna singularmente amenazadas, con especial atención a la cigüeña negra y al águila perdicera; impulsar el conocimiento y disfrute de sus valores naturales y culturales desde los puntos de vista educativo, científico, recreativo y turístico; potenciar la identidad cultural y los valores tradicionales de los municipios del Parque Natural, estableciendo las medidas necesarias para la conservación y restauración de su patrimonio cultural, arqueológico, histórico y artístico.

Actividades.- Seguimiento del estado de conservación de las especies más relevantes; adecuación al entorno rural y rehabilitación de arquitectura o elemento tradicionales; dotación de equipamientos para el turismo sostenible (señalización de elementos arquitectónicos singulares, recuperación de sendas, parques, adecuación de edificios para actividades turísticas).

■ ADI – ASSOCIAÇÃO DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Av. 25 de Abril, 7
5180 – 126 Freixo de Espada à Cinta
Tel.- +351 279 653076
Fax.- +351 279 652865
E-mail.- adi@sapo.pt
Internet.- WWW.ADI.PT
Gilberto Pintado / Dr. José Jorge
Objetivos.- Proteção e Preservação da Natureza e do Meio Ambiente
Área geográfica de intervenção.- Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo, Miranda do Douro, Mogadouro, Figueira de Castelo Rodrigo

■ ERVA PRATA- Associação para a Valorização do Património Natural e Cultural das Arribas do Douro

Rua Artur Costa, 1
6440 Figueira de Castelo Rodrigo
Tel.- +351 271 313382 / +35 962886092 / +35 965361116
Fax.- +351 271313382
E-mail.- erva-prata@iol.pt
D. José Joaquim Santos

Objetivos.- Realizar campanhas de Educação Ambiental, conservação da natureza e actividades de carácter juvenil; Organizar acções de informação e formação, seminários, encontros, campanhas de sensibilização e concursos, instituir prémios, bem como desenvolver projectos editoriais; reforçar a cooperação institucional entre os municípios, juntas de freguesias, cooperativas agrícolas e florestais, cooperações de bombeiros, e outras entidades de interesse para assegurar uma efectiva prestação de serviços de gestão e defesa.

Objetivos.- Preservar e valorizar o património natural e cultural das arribas do Douro

Actividades.- Sensibilização ambiental na escolas; Instalação de jardins educativos; Realização de Percursos Temáticos; Trabalhos práticos com plantas aromáticas e medicinais.

■ **ASOCIACIÓN NATURALISTA “GAMUSINOS”**

Iglesia, 2
37250 Corporario-Aldeadávila de la Ribera
Salamanca

Tel.- +34 923505360 / +34 619073070

Roberto Rodríguez Gobernado

Objetivos.- Conocimiento y defensa de la flora y fauna de Castilla y León, así como de todos sus ecosistemas; cursos, talleres, campamentos, conferencias, salidas guiadas.

O TURISMO RURAL, UMA ACTIVIDADE ECONÓMICA EMERGENTE

No limiar do século XXI, produziu-se um espectacular crescimento das actividades turísticas a escala mundial, nacional e regional, destacando a **modalidade de turismo rural**. Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT) o turismo significa “*as actividades desenvolvidas pelas pessoas no curso da sua viagem e da sua estância num lugar situado fora do seu entorno habitual durante um período consecutivo não superior a um ano, para efeitos de ócio, profissionais ou de outro tipo*”. A Comissão das Comunidades Europeias, tratando de aportar um conceito válido para todos os países comunitários, acata o turismo rural em base de três conceitos:

- O turismo rural é um amplo conceito que significa não somente férias em quintas (agro turismo) como também qualquer outra actividade turística no meio rural (turismo de montanha).
- O turismo rural como conceito que recolhe toda a actividade turística no “interior” (turismo de interior).
- O turismo rural como conceito que abarca toda a actividade turística endógena suportada pelo meio ambiente humano e natural (turismo cultural, verde ou de natureza, de aventura e desportivo).

No entanto, o turismo que se pratica nos espaços naturais recebe o nome de “**eco turismo**” entendido como uma das formas de turismo rural e definido como “segmento turístico em que se dá prioridade à preservação do espaço natural onde se situa, pelo que o seu desenho contempla antes de tudo o meio natural e também a sua conservação, frente a qualquer outra actividade”. Portanto, na zona convivem várias modalidades de turismo compatíveis umas com as outras e que procuram uns objectivos similares: obtenção de recursos económicos para os empresários privados e para a zona (contribuir para a redução dos desequilíbrios inter territoriais), consumo de produtos agro-alimentares locais, respeito pela natureza, transmissão da cultura local, melhora do habitat rural abandonado ou em ruínas, etc. A situação do turismo e do ócio nesta zona fronteiriça reduz-se a uma incipiente oferta de alojamento (hoteleiro,

EL TURISMO RURAL, UNA ACTIVIDAD ECONÓMICA EMERGENTE

En el umbral del siglo XXI, se ha producido un espectacular crecimiento de las actividades turísticas a escala mundial, nacional y regional, destacando la **modalidad de turismo rural**. Según la Organización Mundial del Turismo (OMT) el turismo comprende “*las actividades desarrolladas por las personas en el curso de su viaje y de su estancia en un lugar situado fuera de su entorno habitual durante un periodo consecutivo no superior a un año, a efectos de ocio, profesionales o de otro tipo*”. La Comisión de las Comunidades Europeas, tratando de aportar un concepto válido para todos los países comunitarios, acota el turismo rural en base a tres conceptos:

- El turismo rural es un amplio concepto que comprende no sólo las vacaciones en granjas (agroturismo) sino cualquier otra actividad turística en el medio rural (turismo de montaña).
- El turismo rural como concepto que recoge toda actividad turística en el “interior” (turismo de interior).
- El turismo rural como concepto que abarca toda actividad turística endógena soportada por el medio ambiente humano y natural (turismo cultural, verde o de naturaleza, de aventura y deportivo).

Sin embargo, el turismo que se práctica en los espacios naturales recibe el nombre de **ecoturismo** entendido como una de las formas de turismo rural y definido como “segmento turístico en el que se prioriza la preservación del espacio natural donde se ubica, por lo que su diseño contempla ante todo el medio natural y por ende su conservación, frente a cualquier otra actividad”. Por tanto, en la zona conviven varias modalidades de turismo compatibles unas con otras y que buscan unos objetivos similares: obtención de recursos económicos para los empresarios privados y para la zona (contribuir a reducir los desequilibrios interterritoriales), consumo de productos agroalimentarios locales, respeto de la naturaleza, transmisión de la cultura local, mejora del hábitats rural abandonado o en ruinas, etc. La situación del turismo y de ocio en esta zona fronteriza se reduce a una incipiente oferta de alojamiento (hotelero, rural,

rural, pousadas da juventude e campings de turismo), de restauração e de actividades complementarias a iniciativa de jovens empresários e do programa de uso público dos Parques Naturais. Começam a surgir novas linhas de turismo centradas nas comarcas vitivinícolas (*enoturismo*) e nos recursos arqueológicos (*arqueoturismo*).

A expansão e qualificação do sector dependem das administrações públicas e das associações empresariais de turismo da zona. A presença no panorama económico da Associação de Arribes Salmantinos de Turismo Rural (ASASTUR) e da Associação dos empresários Turísticos do Douro e Trás-os-Montes (AETUR), como representantes comarcais dos empresários de turismo rural, está a fomentar o desenvolvimento de iniciativas de promoção, de procura de novos mercados e produtos, e a incrementar as relações transfronteiriças. A aposta da associação da “Red Arrayán”: Cultura, Património e Meio Ambiente, nesta zona baseia-se no aproveitamento dos recursos turísticos artesanais e meio-ambientalistas dispersos e projectá-los ao mercado através de uma oferta combinada e uma imagem de qualidade sugestiva.

O trabalho da administração pública e das associações de empresários reforça-se com a contribuição individual das iniciativas privadas, dos técnicos de turismo de diversas câmaras municipais e dos Centros de Iniciativas Turísticas (CIT). Os CIT são centros colaboradores da Direcção Geral de Turismo para contribuir para o desenvolvimento e execução das iniciativas turísticas da administração regional no seu âmbito de acção.

albergues y de campamentos de turismo), de restauración y de actividades complementarias a iniciativa de jóvenes empresarios y del programa de uso público de los Parques Naturales. Empiezan a surgir novedosas líneas de turismo centradas en las comarcas vitivinícolas (*enoturismo*) y en los recursos arqueológicos (*arqueoturismo*).

La expansión y cualificación del sector depende de las administraciones públicas y de las asociaciones empresariales de turismo de la zona. La presencia en la escena económica de la Asociación de Arribes Salmantinos de Turismo Rural (ASASTUR) y de la Associação dos Empresarios Turísticos do Douro e Trás-os-Montes (AETUR), como representantes comarcales de los empresarios de turismo rural, está fomentando el desarrollo de iniciativas de promoción, de búsqueda de nuevos mercados y productos, e incrementando las relaciones transfronterizas. La apuesta de la asociación de la Red Arrayán: Cultura, Patrimonio y Medio Ambiente, en esta zona se basa en el aprovechamiento de los recursos turísticos, artesanales y medioambientales dispersos y proyectarlos al mercado a través de una oferta combinada y una imagen de calidad sugerente.

El trabajo de la administración pública y de las asociaciones de empresarios se refuerza con la aportación individual de las iniciativas privadas, de los técnicos de turismo de diversos ayuntamientos y de los Centros de Iniciativas Turísticas (CIT). Los CIT son centros colaboradores de la Dirección General de Turismo para contribuir al desarrollo y ejecución de las iniciativas turísticas de la administración regional en su ámbito de actuación.

ARQUEOTURISMO: RUTA DE CASTROS Y VERRACOS EN LA FRONTERA HISPANO-PORTUGUESA (INTERREG III)



■ **AETUR - ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS TURÍSTICOS DO DOURO E TRAS-OS-MONTES.**

Pract. Aureliano Barrigas, 6 1º Esq.

5000 – 418 Vila Real

Tel.- + 351 917277168

E-mail.- m.carvalho@iol.pt

Mario de Mesquita Carvalho

Objetivos.- Unir todos os empresários turísticos da regias; potenciar o negocio dos seus associados, ajudando-os a encontrar novos mercados; potenciar a cooperação trans-fronteiriça com Castilla-Lyon, como o fez ja com a provincia da Galiza.

■ **SOCIEDADE TURÍSTICA ESTALAGEM FALCÃO DE MENDONÇA**

R. Álvaro Castelões, 20

6440 – 120 Figueira de Castelo Rodrigo

Tel.- +351 271 319200

Fax.- +351 271 319209

E-mail.- www.falcaodemendonca.com

■ **ASASTUR – Asociación de Arribes Salmantinos de Turismo Rural**

Centro de Turismo Rural Mesa del Conde

37270 San Felices de los Gallegos

Salamanca

Tel.- +34 923 521757 / +34 629686436

Belén Andrés Luis

Objetivos.- Promoción y mejora de los servicios turísticos de la zona; formación asociados; integración sectores económicos de la zona.

Actividades.- Representación comarcal de los centros de turismo rural así como desarrollo de iniciativas comunes en diferentes áreas.

■ **TÉCNICOS DE TURISMO DE HINOJOSA DE DUERO**

Carnicería, 3

37230 Hinojosa de Duero

Salamanca

Tel.- +34 923 515003

Técnico de Turismo: Maribel Bartol

■ **TÉCNICOS DE TURISMO DE LUMBRALES**

Plaza Mayor, 1

37240 Lumbrals

Salamanca

Tel.- +34 923 512002

Técnico de Turismo: Elena García Arroyo

Técnico de animación socio-comunitaria: Begoña Colmenero

■ **TÉCNICOS DE TURISMO DE SAN FELICES DE LOS GALLEGOS**

Plaza de España, 12

37270 San Felices de los Gallegos

Salamanca

Tel.- +34 923 521517

Técnico de Turismo: Elena Cabezas

■ **TÉCNICOS DE TURISMO DE VITIGUDINO**

Mercado de Abastos, s/n

37210 Vitigudino

Salamanca

Tel.- +34 923 500377

E-mail: turismoviti@yahoo.es

Técnico de Turismo: Rocío Merchán Moronta

■ **ARRAYAN – Red Arrayán de Cultura Patrimonio y Medio Ambiente**

Hastial, 8

37671 San Esteban de la Sierra

Salamanca

Tel.- +34 923 435223

Fax.- +34 923 435223

E-mail.- arrayan@red-arrayan.org.

Internet.- www.redarrayan.es

José Ángel Poveda García

Objetivos.- Puesta en valor de los recursos del patrimonio histórico, natural y cultural de los espacios rurales; Desarrollo del medio rural de las regiones transfronterizas de Castilla y León y centro y norte de Portugal.

■ CENTRO DE INICIATIVAS TURÍSTICAS “COMARCA DE LAS ARRIBES”

Plaza de España, 24
37175 Pereña de la Ribera
Salamanca

Tel.- +34 687551703

E-mail.- jdsagredo@eresmas.com

Manuel Barrueco Barrueco

Objetivos.- Cooperación en el fomento del turismo; promover la creación de oficinas de información, museos; colaboración en el mantenimiento del patrimonio cultural y natural; tareas de promoción y propaganda

■ CENTRO DE INICIATIVAS TURÍSTICAS “DEHESAS DEL YELTES”

Plaza de la Constitución, 4
37260 Villavieja de Yeltes
Salamanca

Tel.- +34 923 519907

Esther Iglesias García

Objetivos.- Contribuir a la mejora de la planificación turística mediante propuestas ante autoridades y entidades competentes; conservación del paisaje y medioambiente; promoción y propaganda de la riqueza turística de la zona.

AS ASSOCIAÇÕES SOCIO-CULTURAIS

A Área de Bem-Estar Social da Deputação de Salamanca é uma Área finalista, cuja missão é garantir a prestação integral e adequada na totalidade do território provincial das prestações sociais básicas e a assistência específica aos sectores menos favorecidos.

Para tal finalidade estão destinados 22.452.422 €¹, isto é, um 23,26% do Orçamento Provincial. No ano 2003 atendeu-se a 8.320 usuários, isto é, um 4,40% da população total².

O Sistema de Acção Social tem como missão garantir a participação autónoma e normalizada, procurando a atenção integral a todas as pessoas, mediante a cobertura das necessidades sociais básicas e a eliminação dos obstáculos que dificultam a inclusão social.

Para a gestão dos serviços, este Sistema organiza-se em dois níveis:

- Serviços Sociais Básicos ou nível de Atenção Primária, e
- Serviços Sociais Específicos.

O nível de Serviços Sociais Básicos ou Atenção Primária estrutura-se em relação à zona provincial em 15 Zonas de Acção Social, nas quais se encontram 10 Centros de Acção Social (CEAS).

A zona de Acção Social de Lumbrales integra a 23 municípios, tendo sido atendida no exercício de 2003, desde o Centro de Acção Social, um 7,53% da população.

A zona de Acção Social de Vitigudino integra 32 municípios, tendo sido atendida no exercício de 2003, desde o Centro de Acção Social, um 5,21% da população.³

Cada Centro de Acção Social (CEAS) conta com um Trabalhador Social, um Animador Comunitário e um Auxiliar Admi-

¹ Orçamentos iniciais da Deputação de Salamanca.

² Fonte: Memória de Acção Social, exercício 2003.

³ Fonte: Memória de Acção Social, exercício de 2003

LAS ASOCIACIONES SOCIO-CULTURALES

El Área de Bienestar Social de la Diputación de Salamanca es un Área finalista, cuya misión es garantizar la prestación integral y adecuada en la totalidad del territorio provincial de las prestaciones sociales básicas y la asistencia específica a los sectores menos favorecidos.

Para dicha finalidad se destinan 22.452.422 €¹, es decir, un 23,26% del Presupuesto Provincial. En el año 2003 se han atendido a 8.320 usuarios, es decir, un 4,40% de la población total.²

El Sistema de Acción Social tiene como misión garantizar la participación autónoma y normalizada, procurando la atención integral a todas las personas, mediante la cobertura la cobertura de las necesidades sociales básicas y la eliminación de los obstáculos que dificultan la inclusión social.

Para la gestión de los servicios, este Sistema se organiza en dos niveles:

- Servicios Sociales Básicos o nivel de Atención Primaria, y
- Servicios Sociales Específicos.

El nivel de Servicios Sociales Básicos o Atención Primaria se estructura en base a la zonificación provincial en 15 Zonas de Acción Social, en las cuales se encuentran 10 Centros de Acción Social (CEAS).

ZONAS DE ACCION SOCIAL	Nº TOTAL DE MUNICIPIOS	POBLACIÓN TOTAL
ALBA DE TORMES	28	14.781
BEJAR	23	20.937
CIUDAD RODRIGO I	24	21.798
CIUDAD RODRIGO II	26	9.478
GUIJUELO	28	11.618
LEDESMA	26	7.360
LINARES	21	6.954
LUMBRALES	23	10.752

¹ Presupuestos iniciais de la Diputación de Salamanca.

² Fuente: Memoria de Acción Social, ejercicio 2003.

nistrativo. Trabalham em coordenação e derivam, no seu caso, aos usuários dos programas especializados de Apoio a Famílias, Orientação Laboral, Secretaria de Mulher, etc. Assim, um Auxiliar de Família apoia a totalidade da Rede de CEAS nos aspectos relacionados com Atenção a Famílias e distribuição de alimentos.

Os CEAS constituem a primeira porta de acesso aos serviços do Sistema de Acção Social e presta os seguintes Serviços:

- Informação e orientação sobre os direitos e recursos sociais.
- Animação e Desenvolvimento Comunitário

As **funções** dos citados centros do nível de Atenção Primária resumem-se em:

- Orientar, informar e apoiar o usuário na gestão dos trâmites oportunos de prestações, serviços, etc. do Sistema de Protecção Social:
- Informação sobre o conteúdo e requisitos para o acesso aos recursos e serviços do sistema de serviços sociais (Ajuda a Domicílio, Tele-assistência, prestações económicas, centros de alojamento, etc.
- Informação e apoio na gestão para obtenção de recursos não dependentes dos sistema de serviços sociais (Pensões da Segurança Social, prestações do sistema educativo, do sistema de saúde ou do sistema de habitação, etc.).
- Detectar situações de risco psico-social, intervir a nível sócio-educativo para melhorar a autonomia pessoal e a capacidade social.
- Derivar a centros, programas ou serviços especializados:
 - Programa de Atenção a Famílias.
 - Programa de Orientação Laboral.
 - Secretaria Provincial da Mulher.
 - Serviço de Protecção à Infância.
 - Serviço para pessoas com Incapacidade.
 - Derivação a Centros de Valoração de pessoas com Incapacidade.
 - Etc.

ZONAS DE ACCION SOCIAL	Nº TOTAL DE MUNICIPIOS	POBLACIÓN TOTAL
PEÑARANDA	18	12.841
RURAL NORTE	26	16.621
RURAL SUR	22	8.818
TAMAMES	27	6.993
LAS VILLAS	22	9.107
SUBZONA PEÑARANDA / LAS VILLAS	15	20.147
VITIGUDINO	32	11.036
TOTAL	361	189.241

UBICACION DE LOS CENTROS DE ACCIÓN SOCIAL

ZONA DE ACCION SOCIAL	SEDE DEL CEAS
ALBA DE TORMES	ALBA DE TORMES
BEJAR	BEJAR
CIUDAD RODRIGO I	CIUDAD RODRIGO
CIUDAD RODRIGO II	
GUIJUELO	GUIJUELO
LEDESMA	LEDESMA
LINARES	LINARES
PEÑARANDA	PEÑARANDA
RURAL NORTE	DEPENDENCIAS CENTRALES DEL AREA DE BIENESTAR SOCIAL EN SALAMANCA
RURAL SUR	
LAS VILLAS	
SUBZONA PEÑARANDA / LAS VILLAS	
TAMAMES	TAMAMES
LUMBRALES	VITIGUDINO
VITIGUDINO	

La zona de Acción Social de Lumbrales integra a 23 municipios, habiendo sido atendida en el ejercicio 2003, desde el Centro de Acción Social, un 7,53% de la población.

La zona de Acción Social de Vitigudino integra a 32 municipios, habiendo sido atendida en el ejercicio 2003, desde el Centro de Acción Social, un 5,21% de la población.

- Facilitar a permanência das pessoas idosas nos seus domicílios mediante a tramitação do Serviço de Ajuda a Domicílio e do Serviço de Tele-assistência, e acompanhamento periódico dos usuários.
- Atender as necessidades básicas das pessoas que o requerem mediante a tramitação de prestações económicas e prestações que implicam alimentação:
 - Pensões
- Salário Social ou Ingressos Mínimos de Inserção (IMI).
- Ajudas Económicas de Emergência ou de Urgente Necessidade Social.
- Fundo de Alimentos procedente da Comunidade Económica Europeia.
- Facilitar medidas de alojamento alternativo quando as pessoas, com os apoios disponíveis, não podem permanecer no seu domicílio, mediante a informação, orientação e tramitação de vagas nos centros da rede pública:
 - Residências de Terceira Idade.
- Dinamizar actividades municipais e apoiar tecnicamente a colectivos sectoriais.

Os **destinatários** são:

1. Pessoas que requerem uma informação e assessoramento para o acesso aos recursos normalizados do sistema de protecção social.
2. Pessoas carentes de ingressos mínimos ou em situação de precariedade sócio-económica de carácter mais ou menos conjuntural e com dificuldades de inserção social e laboral.
3. Pessoas afectadas por processos de exclusão social, com dificuldades de ordem económica, cultural social e laboral.
4. Colectivos com necessidades de informação e orientação vinculadas às anteriormente referidas e às propriamente inerentes à sua condição de grupo ou colectivo.

Desde este ponto de vista, e, tendo em conta o marco normativo desde o qual se atribuem as competências às Deputações Provinciais previsto na Lei 18/88, de 28 de Dezembro, de Acção Social e Serviços Sociais, e no Decreto 13/90, de 25 de

Cada Centro de Acción Social (CEAS) cuenta con un Trabajador Social, un Animador Comunitario y un Auxiliar Administrativo. Trabajan en coordinación y derivan, en su caso, a los usuarios a los programas especializados de Apoyo a Familias, Orientación Laboral, Secretaria de Mujer, etc. Asimismo, un Auxiliar de Familia apoya la totalidad de la Red de CEAS en los aspectos relacionados con Atención a Familias y distribución de alimentos.

Los CEAS constituyen la primera puerta de acceso a los servicios del Sistema de Acción Social y presta los siguientes Servicios:

- Información y orientación sobre derechos y recursos sociales.
- Apoyo a la unidad de convivencia.
- Animación y Desarrollo Comunitario

Las **funciones** de los citados centros del nivel de Atención Primaria se resumen en:

- Orientar, informar y apoyar al usuario en la gestión de los trámites oportunos de prestaciones, servicios, etc. del Sistema de Protección Social:
 - Información sobre el contenido y requisitos para el acceso a los recursos y servicios del sistema de servicios sociales (Ayuda a Domicilio, Teleasistencia, prestaciones económicas, centros de alojamiento, etc.
 - Información y apoyo en la gestión para la obtención de recursos no dependientes del sistema de servicios sociales (Pensiones de la Seguridad Social, prestaciones del sistema educativo, del sistema de salud o del sistema de vivienda, etc.)
- Detectar situaciones de riesgo psico-social, intervenir a nivel socioeducativo para mejorar la autonomía personal y la competencia social.
- Derivar a centros, programas o servicios especializados:
 - Programa de Atención a Familias.
 - Programa de Orientación Laboral.
 - Secretaria Provincial de la Mujer.
 - Servicio de Protección a la Infancia.
 - Servicio para personas con Discapacidad.

Janeiro, pelo que se regula o Sistema de Acção Social de Castela e Leão, as Deputações Provinciais no seu âmbito territorial (municípios da província de Salamanca com menos de 20.000 habitantes), asseguram o aceso de todos os cidadãos aos serviços sociais e fomentarão a animação comunitária.

A planificação prevista para o próximo exercício, que por sua vez se enquadra na estratégia regional, abre o leque de opções da colaboração transfronteiriça em matéria de serviços sociais, que se concreta na elaboração do Plano de Acção Social cujas linhas estratégicas são:

- Fortalecer os Serviços Sociais Básicos como pilar fundamental e dispositivo de acesso ao Sistema de Acção Social.
- Fortalecer, compartilhar e difundir a identidade do Sistema de Acção Social.
- Actualizar o Mapa de Recursos.
- Potenciar o voluntariado como valor de implicação pessoal.
- Promover a inserção laboral de pessoas com incapacidade, de jovens em risco de exclusão social e preceptores de IMI, e de outros colectivos em situação de exclusão.
- Integrar os processos de acesso aos Serviços Sociais para pessoas dependentes e consolidar e incrementar os serviços de atenção domiciliária.
- Proporcionar um apoio integral à família.

Tal estratégia de gestão constitui o marco de actuação dos dispositivos da Rede de Centros e Serviços de Acção Social, e o ponto de partida da colaboração em matéria de Serviços Sociais que se pode materializar desde a perspectiva transfronteiriça.

- Derivación a Centros de Valoración de personas con Discapacidad.
- Etc.
- Facilitar la permanencia de las personas mayores en sus domicilios mediante la tramitación del Servicio de Ayuda a Domicilio y del Servicio de Teleasistencia, y seguimiento periódico de los usuarios.
- Atender las necesidades básicas de las personas que lo requieran mediante la tramitación de prestaciones económicas y prestaciones que implican alimentación:
 - Pensiones.
 - Salario Social o Ingresos Mínimos de Inserción (IMI).
 - Ayudas Económicas de Emergencia o de Urgente Necesidad Social.
 - Fondo de Alimentos procedente de la Comunidad Económica Europea.
- Facilitar medidas de alojamiento alternativo cuando las personas, con los apoyos disponibles, no puedan permanecer en su domicilio, mediante la información, orientación y tramitación de plazas en centros de la red publica:
 - Residencias para Mayores.
- Dinamizar actividades municipales y apoyar técnica-mente a colectivos sectoriales.

Los **destinatarios** son:

1. Personas que requieren una información y asesoramiento para el acceso a los recursos normalizados del sistema de protección social.
2. Personas carentes de ingresos mínimos o en situación de precariedad socioeconómica de carácter mas o menos coyuntural y con dificultades de inserción social y laboral.
3. Personas afectadas por procesos de exclusión social, con dificultades de orden económico, cultural, social y laboral.
4. Colectivos con necesidades de información y orientación vinculadas a las anteriormente referidas y a las propiamente inherentes a su condición de grupo o colectivo.

Desde este punto de vista, y, teniendo en cuenta el marco normativo desde el cual se atribuyen las competencias a las Diputaciones Provinciales previsto en la Ley 18/88, de 28 de diciembre, de Acción Social y Servicios Sociales, y en el Decreto 13/90, de 25 de enero, por el que se regula el Sistema de Acción Social de Castilla y León, las Diputaciones Provinciales en su ámbito territorial (municipios de la provincia de Salamanca con menos de 20.000 habitantes), asegurarán el acceso de todos los ciudadanos a los servicios sociales y fomentarán la animación comunitaria.

La planificación prevista para el próximo ejercicio, que a su vez se enmarca en la estrategia regional, abre el abanico de la colaboración transfronteriza en materia de servicios sociales, que se concreta en la elaboración del Plan Local de Acción Social cuyas líneas estratégicas son:

- Fortalecer los Servicios Sociales Básicos como pilar fundamental y dispositivo de acceso al Sistema de Acción Social.
- Fortalecer, compartir y difundir la identidad del Sistema de Acción Social.
- Actualizar el Mapa de Recursos.
- Potenciar el voluntariado como valor de implicación personal.
- Promover la inserción laboral de personas con discapacidad, de jóvenes en riesgo de exclusión social y preceptores de IMI, y de otros colectivos en situación de exclusión.
- Integrar los procesos de acceso a los Servicios Sociales para personas dependientes y consolidar e incrementar los servicios de atención domiciliaria.
- Proporcionar un apoyo integral a la familia.

Dicha estrategia de gestión constituye el marco de actuación de los dispositivos de la Red de Centros y Servicios de Acción Social, y el punto de partida de la colaboración en materia de Servicios Sociales que se puede materializar desde la perspectiva transfronteriza.

ASOCIAÇÕES PARA LA INTEGRACIÓN SOCIOCULTURAL

FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

■ ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL E DE MELHORAMENTOS DA VERMIOSA

Bairro das Eiras

6440 – 261 Vermiosa

Tel.- +351 271 366945

Delfina Odete Bolota Gonçalves

Objectivos.- Apoio às pessoas idosas. Criação de uma creche e apoio aos tempos livres

Actividades.- Apoio domiciliário, centro de dia, apoio aos tempos livres e creche; actividades culturais e recreativas

Área geográfica de intervenção.- Freguesia da Vermiosa, Vilar Torpim, Reigada e Cinco Vilas.

■ ASSOCIAÇÃO DO CENTRO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE ALGODRES

Largo do Chafariz, 1

6440 – 011 Algodres

Figueira de Castelo Rodrigo

Tel.- +351 271 397919

Jesuíno Augusto Madeira

Objectivos.- Apoio aos idosos e actividades culturais e recreativas

Actividades.- Apoio domiciliário, lar e centro de dia.

Área geográfica de intervenção.- Algodres

■ ASSOCIAÇÃO SÓCIO-CULTURAL DA FREIXEDA DO TORRÃO

Rua das Eiras

6440 – 201 Freixeda do Torrão

Figueira de Castelo Rodrigo

Tel.- +351 271 311211

Anabela Saraiva Pinto Coelho

Objectivos.- Apoio às pessoas idosas

Actividades.- Freguesia da Freixeda do Torrão

Área geográfica de intervenção.- Freguesia da Freixeda do Torrão

■ CASA DA FREGUESIA DE ESCALHÃO

Rua de Barca de Alva

6440 – 072 Escalhão

Figueira de Castelo Rodrigo

Tel.- +351 271 346142

Fax.- +351 271 346142

E-mail.- casafreguesia@sapo.pt

Internet.- www.casadafreguesia.com.sapo.pt

Maria Alice Monteiro Pacheco

Objectivos.- Actividades culturais e recreativas

Actividades.- Museu, Biblioteca, Ludoteca e Ocupação de Tempos Livres.

Área geográfica de intervenção.- Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo

■ FIGUEIRA S.O.S. – Associação de Solidariedade Social

Rua Dr. Ricardo Machado, 13

6440 – Figueira de Castelo Rodrigo

Tel.- +351 271 311025

Fax.- +351 271 311025

Maria Fátima Monteiro Patrício Lopes

Objectivos.- Promoção social, cultural assistencial, recreativa e o progresso em geral

Actividades.- Serviços domiciliário de apoio a idosos

Área geográfica de intervenção.- Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo

■ CENTRO SOCIAL DE MATA DE LOBOS

Rua Direita

6440 – 211 Mata de Lobos

Figueira de Castelo Rodrigo

Tel.- +351 271 312570

Duarte Reto da Fonseca

Objectivos.- Apoio às pessoas idosas

Actividades.- Apoio domiciliário, Centro de dia e lar; actividades culturais e recreativas.

Área geográfica de intervenção.- Freguesia de Mata de Lobos.

■ FIGUEIRA CULTURA E TEMPOS LIVRES, E.M.- CASA DA CULTURA

Largo Serpa Pinto, 22
6440 – 118 Figueira de Castelo Rodrigo
Tel.- +351 271 319190
Fax.- +351 271 319192
E-mail.- casacultura-fcr@mail.telepac.pt
<http://www.culturafer.com.pt>

Arelindo Gonçalves Farinha

Objectivos.- Assegurar a prestação eficaz do serviço público; gestão de espaços e equipamentos da sua propriedade ou cedidos, alugados ou concessionados; organização ou apoio à realização de colóquios, seminários, palestras, conferências, encontros, congressos, acções de formação, dinamização de actividades desportivas, culturais de crianças e jovens; criação e manutenção de grupos musicais, teatrais; edição de livros e outras publicações de reconhecido interesse concelhio.

Actividades.- Prestação de Serviços públicos culturais, actividades desportivas, recreativas e de ocupação de tempos livres. Actividades de teatro e biblioteca

Área geográfica de intervenção.- Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo

FREIXO

■ ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E RECREATIVA DE LIGARES

Largo de Santa Cruz
5180- 301 Ligares- Freixo de Espada à Cinta
Tel.- +351 279 669268
João Bento

Objectivos.- Promoção do desporto. Tem uma equipa de Futsal que se encontra na 2ª Divisão Distrital de Bragança – Campeonato de Futsal.

■ ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E RECREATIVA DE MAZOUÇO

Largo das Eiras
5180 – 320 Mazouco – Freixo de Espada à Cinta
Tel.- +351 279 653429
Armando Augusto Lopes

Objectivos.- Tem por objectivo a Promoção do Desporto e da Cultura. Efectua diversas actividades de âmbito desportivo e cultural, muitas delas em parceria como o INATEL, destacando-se a prova de BTT das Amendoeiras em Flor. É de salientar tambºem a organização de um torneio de jogos tradicionais.

■ ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DE FORNOS

Travessa Lameiro Pinheiro, 11
5180 – 037 Fornos – Freixo de Espada à Cinta
Tel.- +351 279 649178
Luís Miguel Xavier Pereira

Objectivos.- Tem por objectivo a Promoção do Desporto e da Cultura. Efectua diversas actividades de âmbito desportivo e cultural

■ ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

Pavilhão Gimnodesportivo-cave
5180 – 104 Freixo de Espada à Cinta
Tel.- +35 964953002
António Abílio Morgado

Objectivos.- Promoção do Desporto e da Cultura. Tem uma equipa de Futebol Sénior que milita na 2ª Divisão Distrital da Bragança – Campeonato de Futebol 11.

■ ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL E RECREATIVA DE LAGOAÇA

Rua de Trás das Eiras
5180 – 222 Lagoaça – Freixo de Espada à Cinta
Tel.- +351 279 649396
Alberto Augusto Cordeiro

Objectivos.- Tem por objectivo a Promoção do Desporto e da Cultura. Efectua diversas actividades de âmbito desportivo e cultural.

■ **ASSOCIAÇÃO CLUBE “AUTO RODA LIVRE” DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**

Largo do Poeta

5180 – 119 Freixo de Espada à Cinta

Tel.- +35 967079745

Antonio Manuel Andrade Araújo

Objectivos.- Promoção do desporto de duas e quatro rodas. Efectua anualmente provas de motocross e Raids Todo-o-Terreno. Efectuou este ano uma gincana de bicicletas para os mais jovens.

■ **ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE F.E.CINTA**

Av Guerra Junqueiro

5180 – 104 Freixo de Espada à Cinta

Tel.- +351 279 652489

Fax.- +351 279 6533352

António Alberto Madeira

Objectivos: A gestão de um corpo de Bombeiros Voluntários, Sapadores, bem como viaturas, incluindo ambulâncias e viaturas de combate a incêndios. Presta apoio à população e a sua principal actividade é combater fogos florestais através dos bombeiros.

■ **ASSOCIAÇÃO PARA O ESTUDO, DEFESA E PROMOÇÃO DO ARTESANATO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**

Largo do Outeiro, 6

5180 – 118 Freixo de Espada à Cinta

Tel.- +351 279 658190

Fax.- +351 279 658191

Edgar Manuel da Conceição Gata

Objectivos.- Os objectivos desta associação passam pela promoção do artesanato típico de Freixo de Espada à Cinta, nomeadamente a cultura da seda, da qual é desenvolvido o ciclo completo que vai desde a apanha da folha de amoreira –alimento do bicho da seda- passando pela extracção da seda e finalizando este com a elaboração de diversos artigos têxteis utilizando teares tradicionais; cursos de artesanato; museu permanente.

■ **ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DA BANDA FILARMÓNICA DE F.E.CINTA**

Pavilhão Gimnodesportivo – Cave

5180 – 104 Freixo de Espada à Cinta

Tel.- +351 279 658160

Fax.- +351 279 658165

Ricardo José Sapage Madeira

Objectivos.- Gestão de uma Banda Filarmónica que efectua diversas actuações anuais. A formação de músicos, nomeadamente jovens, por forma a que integrem a Banda Filarmónica.

■ **FREIXO DE ESPADA À CINTA – JUVENTUDE EM MOVIMENTO**

Tel.- 966041400

Bruno Seixo Gata

Objectivos.- Tem por objectivo a promoção do desporto e cultura

■ **GRUPO DESPORTIVO DE POIARES**

Rua da Fonte Baixo

5180 – 349 Poiares – Freixo de Espada à Cinta

Tel.- +35 966868519

Nuno Vitoriano Ferreira Trigo

Objectivos.- Promoção do desporto. Tem uma equipa de Futsal que se encontra na 2ª Divisão Distrital de Bragança-Campeonato de Futsal.

MOGADOURO

■ **ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SOLIDARIEDADE DE URRÓS**

Rua Dr, Silva Peneda, 8

5200 – 479 Urrós

■ **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DE REMONDES**

Objectivos.- A associação propõe-se criar e manter: um Centro de Dia para assistência a Idosos; um serviço de apoio domiciliário a Idosos.

■ **ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO, FORMAÇÃO E INTERCÂMBIOS DO CONCELHO DE MOGADOURO**

Av Regimento de Comandos, 5
5200 – 206 Mogadouro

Objectivos.- Formação profissional, cultura

■ **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DOS ALUNOS DAS ESCOLAS PREPARATÓRIA E SECUNDÁRIA DE MOGADOURO**

Rua Luis de Camões
5200 Mogadouro

Objectivos.- Assegurar a efectivação do direito/dever que assiste aos Pais e encarregados de educação de participar na educação dos seus filhos ou educandos, competindo-lhes agir em conformidade.

■ **ASSOCIAÇÃO MICOLOGICA “A PANTORRA”**

Macedo do Peso
5200 – 401 Mogadouro

Tel.- +35 917594445

Dr. Xavier Martins

Objectivos.- A associação tem por objecto a promoção do conhecimento científico, técnico e gastronómico dos cogumelos bem como os aspectos ecológicos, culturais e sociais relativos aos mesmos, sem fins lucrativos.

■ **CENTRO CULTURAL E RECREATIVO DE PENAS ROIAS**

Penas Roias
5200 – 311 Penas Roias

Objectivos.- Promoção cultural, recreativa e social dos seus associados e do povo em geral.

■ **CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – BEMPOSTA**

Largo da Igreja, 13
5200 Bemposta MGD

■ **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO CARDAL DO DOURO-BEMPOSTA**

Lote 25 B 1-C /C5 Cardal do Douro Bemposta

Objectivos.- Desenvolvimento social, económico e cultural da área do Cardal do Douro/Bemposta, através da promoção do turismo e eco-turismo, da defesa do património sócio-cultural, paisagístico, ecológico e urbanístico.

■ **FÓRUM TERRAS DE MOGADOURO**

Rua S. Francisco, 7
5200 – 244 Mogadouro

Objectivos.- Promover o estudo, reflexão e debate dos problemas culturais, sociais e económicos do Concelho de Mogadouro e da Região inseridos no contexto nacional.

■ **MOTOCUBE “OS TEMPLÁRIOS”**

Rua 5 de Outubro, 4
5200 Mogadouro

Objectivos.- Fomentar o motociclismo e actividades similares.

■ **CEAS - CENTRO DE ACCIÓN SOCIAL Vitigudino / Lumbrales**

San Roque, 17Bajo

37210 Vitigudino

Salamanca

Tel.- +34 923 500581 / +34 923 500361 /

Fax.- +34 923 500333

Esperanza García Crespo (Vitigudino)

Consolación Paniagua Paniagua (Lumbrales)

Objetivos.- Servicio de Información-Orientación al ciudadano de los derechos y recursos sociales; Servicio de apoyo a la familia y convivencia (Ayuda a domicilio, Teleasistencia domiciliaria, educación familiar, gestión de ayudas económicas); Servicio de animación y desarrollo comunitario (promoción de la participación social y el asociacionismo).

■ ASOCIACIÓN CULTURAL DE TERCERA EDAD ALAMEDA

Plaza Mayor, 1
37292 Olmedo de Camaces
Salamanca

Tel.- +34 923 506084

Juan Arroyo Hernández

Objetivos.- Actividades culturales, sociales y de ocio y tiempo libre relacionadas con la Tercera Edad.

■ ASOCIACIÓN JUVENIL AMIGOS DE SOBRADILLO

Carretera de Hinojosa s/n
37246 Sobradillo
Salamanca

Tel.- +34 923 522081 / +34 923 270090 / +34 667849395

Francisco González

Actividades.- Revista local; actividades culturales; talleres de teatro y actividades de ocio y tiempo libre.

■ ASOCIACIÓN CAMPO DE VITIGUDINO

La Fuente, 26 2º B
37210 Vitigudino
Salamanca

Tel.- +34 653973039

Agustina Robledo

Objetivos.- Fomento de la igualdad de oportunidades entre hombre y mujeres; actividades de formación y ocio.

■ ASOCIACIÓN DE MUJERES EL ABADENGO

Plaza Mayor s/n
37292 Olmedo de Camaces
Salamanca

Tel.- +34 923 506019

Esperanza

Objetivos.- Fines culturales, sociales y tradicionales.

Actividades: Organización de excursiones y encuentros socio-culturales. Talleres de restauración de muebles. Cursos de portugués. Debates y conferencias. Organización de Jornadas de desarrollo comarcal, participación en temas sociales y de desarrollo para la comarca.

■ ASOCIACIÓN JUVENIL EL CACHÓN

Carnicería, s/n
37230 Hinojosa de Duero
Salamanca

Tel.- +34 657 330920

Aurora Sánchez

Actividades.- Actividades culturales, lúdicas, deportivas, especialmente para jóvenes. Organización de actos para las fiestas locales

■ ASOCIACIÓN DE TERCERA EDAD FENYOSA

Carnicería, 3
37230 Hinojosa de Duero
Salamanca

Tel.- +34 923 515095

Francisco

Actividades.- Actividades culturales, sociales y de ocio y tiempo libre relacionadas con la Tercera Edad.

■ ASOCIACIÓN DE PENSIONISTAS Y JUBILADOS LIMINARES

San Vicente de Paul s/n
37240 Lumbrales
Salamanca

Tel.- +34 923 512698

José Herrero García (Tel.- +34 923 512539)

Actividades.- Actividades culturales, sociales y de ocio y tiempo libre relacionadas con la Tercera Edad.

■ ASOCIACIÓN DE MUJERES LA VILLA DE LUMBRALES

Ancha, 43
37240 Lumbrales
Salamanca

Tel.- +34 923 512166

Teresa Robledo

Objetivos.- Fines culturales, sociales y tradicionales.

Actividades.- Certamen Literario, Organización de Rastros benéficos, Excursiones culturales, Talleres de restauración muebles, gimnasia, teatro, cursos de inglés, informática. Debates y conferencias. Estudio de la Historia de Lumbrales a través de los nombres de sus calles.

■ **ASOCIACIÓN JUVENIL M.O.L.**

Carretera de la Estación, 100
37240 Lumbrerales
Salamanca

Tel.- +34 669 255758 / +34 651 377790

Juan González Zamora ; Javier

Objetivos.- Promoción de actividades culturales y alternativas lúdicas, especialmente para jóvenes.

Actividades.- campeonatos deportivos, festival de música Arrirok

■ **ASOCIACIÓN NUESTRA SRA DE LA ASUNCIÓN**

Escuelas, s/n
37147 Villar de Peralonso
Salamanca

Tel.- +34 923 518037 / +34 923 518200

Nicolás Sánchez Herrero

Actividades.- Actividades recreativas y deportivas.

■ **ASOCIACIÓN DE MUJERES DE PEREÑA**

Plaza España, 2
37175 Pereña de la Ribera
Salamanca

Tel.- +34 923 142031

Marta Corral del Castillo

Objetivos.- Defensa, protección e impulso de los derechos de la mujer; promoción de sus condiciones de vida y de la igualdad de oportunidades

Actividades.- Creación de un espacio de encuentro; planificación y realización de actividades socioculturales y de ocio; formación e información en materia de mujer y familia; conservación y promoción de la riqueza cultural patrimonial y paisajística de la zona.

■ **ASOCIACIÓN DE MAYORES SAN BARTOLOMÉ**

Martín Herrera, 30
37250 Aldeadávila de la Ribera
Salamanca

Tel.- +34 923 505333

Valentín Honorato Rodrigo

Actividades.- Gimnasia

■ **ASOCIACIÓN TERCERA EDAD DE SAN CRISTÓBAL**

Heras, 5
37160 Villarino de los Aires
Salamanca

Tel.- +34 923 573235

Benilde Ferreira

Actividades.- Actividades culturales, sociales y de ocio y tiempo libre relacionadas con la Tercera Edad.

■ **ASOCIACIÓN TERCERA EDAD SAN JULIÁN**

Frontón, s/n 37173 El Manzano
Salamanca

Tel.- +34 923 577153 / +34 923 577172

D. Elicer García Calvo

Objetivos.- actividades de ocio, y tiempo libre: manualidades, psicomotricidad, celebración de fiestas patronales y anuales, excursiones, etc

■ **ASOCIACIÓN DE TERCERA EDAD SAN PEDRO APÓSTOL**

Plaza de la Constitución, s/n
37271 Bañobárez
Salamanca

Tel.- +34 923 506072

Procopio Muñoz Sancho (C/ General Mola, 42)

Actividades.- Actividades culturales, sociales y de ocio y tiempo libre relacionadas con la Tercera Edad.

■ **ASOCIACIÓN DE TERCERA EDAD SANTA ANA**

El Caño, s/n
37246 Sobradillo
Salamanca

Tel.- +34 923 522059

Francisco Martín González

Actividades.- Actividades culturales, sociales y de ocio y tiempo libre relacionadas con la Tercera Edad.

■ ASOCIACIÓN DE MUJERES MARÍA LA MAYOR

España, 47
37160 Villarino de los Aires
Salamanca
Tel.- +34 923 573037 / +34 923 219329 / +34 651834087
M^a José Montes
Actividades.- Actividades dirigidas a la infancia; organización de encuentros y cursos formativos.

■ ASOCIACIÓN DE TERCERA EDAD SANTA MARÍA MAGDALENA

La Escuela, s/n
37249 Bermellar
Salamanca
Tel.- +34 923 522340
José Sánchez Diego
Actividades.- Actividades culturales, sociales y de ocio y tiempo libre relacionadas con la Tercera Edad.

■ ASOCIACIÓN DE TERCERA EDAD VIRGEN DEL ROSARIO

Plaza de España, 12
37270 San Felices de los Gallegos
Salamanca
Tel.- +34 923 521645
Actividades.- Actividades culturales, sociales y de ocio y tiempo libre relacionadas con la Tercera Edad.

■ PUNTO DE INFORMACIÓN JUVENIL- BIBLIOTECA-CENTRO CULTURAL

San Blas, 2
37210 Vitigudino
Salamanca
Tel.- +34 923 501367
E-mail.- pjivitigudino@wanadoo.es
Raquel Bernal Villoria
Actividades.- Información a jóvenes de diferentes materias para que participen en la sociedad; información a través de distintos medios de comunicación; coordinación de puestos de ordenador en el P.I.J.; asesoramiento e información de ayudas; expedición carnet joven.

■ ASOCIACIÓN SOCIO-CULTURAL VITIGUDINENSE

San Blas, 2
37210 Vitigudino
Salamanca
Tel.- +34 615640601
Fax.- +34 923 520178
E-mail.- cabaviti@hotmail.com
Juan Carlos Caballero Martín
Objetivos.- Promover las actividades socio-culturales
Actividades.- Teatro; artes escénicas; Semana solidaria con el Sahara, Semana Cultural; Carrera de San Silvestre

■ ADOS - Asociación Deporte Oeste de Salamanca

San Juan de Dios, 4 2ºB
37210 Vitigudino
Salamanca
Tel.- +34 923 520310
E-mail.- inmec1@teleline.es
José Hernández Sevillano
Objetivos.- Fomento del deporte en la zona oeste de Salamanca; fomento de los deportes tradicionales; promoción de actividades deportivas para mayores.

■ ASOCIACIÓN AMIGOS DE LUMBRALES

Carretera de Bermellar, s/n
37240 Lumbrales
Salamanca
Tel.- +34 923 512585
Esther Gorjón
Actividades.- Actividades culturales y sociales; talleres de escultura; folklore; organización de fiestas tradicionales y defensa de la cultura tradicional; edición de revista trimestral.

■ ASOCIACIÓN AMIGOS DE SOBRADILLO

Carretera de Hinojosa, s/n
37246 Sobradillo
Salamanca

Tel.- +34 923 522081 / +34 615235809

Pedro González González

Actividades.- Edición de una revista local, excursiones culturales por la zona, teatro y actividades al aire libre.

■ ASOCIACIÓN CULTURAL AMIGOS DE VILLAVIEJA

Plaza de la Constitución
37260 Villavieja de Yeltes
Salamanca

Tel.- +34 923 240286

Ángela Martín Galache

Objetivos.- Promoción del pueblo y protección del patrimonio cultural de la zona; creación de Museo Etnográfico; organización de exposiciones culturales.

■ ASOCIACIÓN FUENTELERA

Humilladero, 26
37240 Lumbrerales
Salamanca

Tel.- +34 923 512733

Emilio Sánchez Luis / Chema Santaolaya

Objetivos.- Grupo de teatro, puesta en marcha de obras de teatro, actividades culturales.

■ ASOCIACIÓN CULTURAL EL NOVENO

Plaza de España, 12
37270 San Felices de los Gallegos
Salamanca

Tel.- +34 676325021

Marisol de Tapia Rivero / Ángel Morante

Actividades.- Actividades culturales y de ocio y tiempo libre relacionadas con las fiestas tradicionales del municipio.

■ ASOCIACIÓN CULTURAL LA ALHÓNDIGA

Plaza de los Caños, 1
37270 San Felices de los Gallegos
Salamanca

Tel.- +34 625275067

Mª del Carmen Cames García

Actividades.- Talleres culturales: Cursos de gaita y tamboril; cursos de restauración, portugués; organización mercado medieval; conciertos, exposiciones, revista informativa, juegos infantiles y juveniles

■ ASOCIACIÓN LA ESPIGA

Plaza de la Constitución, 1
37147 Villar de Peralonso
Salamanca

Tel.- +34 923 518009 / +34 655967922

José María González Rodríguez

Actividades.- Organización de exposiciones de cultura tradicional, jornadas de información sobre temas de actualidad, organización de cabalgata de Reyes, cuentacuentos, magia y ginkana; día de la música, competiciones de juegos de mesa, restauración de jardines y zonas del pueblo, excursiones, actividades para el carnaval.

■ ASOCIACIÓN CULTURAL LA MURALLA

Moral, 3
37219 Yecla de Yeltes
Salamanca

Tel.- +34 923 500834 / +34 667745762

E-mail.- lamuralla@jazzfree.com

Internet.- www.jazzfree.com/jazz2lamuralla

Carmen Moronta Torres

Objetivos.- Acercamiento de la cultura al municipio; recuperación de tradiciones

Actividades.- Promoción de la cultura tradicional, actividades de sensibilización para la protección y respeto de la naturaleza, actividades teatrales, favorecimiento de intercambios intergeneracionales; actividades socioeducativas dirigidas a niños y jóvenes, intercambios culturales con otras culturas, contactos con otras asociaciones de la zona.

■ ASOCIACIÓN CULTURAL LA TRABANQUILLA

Carretera de Villarino, 18

37173 Trabanca

Salamanca

Tel.- +34 923 141532

M^a Soledad Hernández Martín

Actividades.-

Actividades culturales, teatro, cursos, música, talleres, animación a la lectura.

■ ASOCIACIÓN CULTURAL LA VERDE

Guardia Civil, 2

37250 Aldeadávila de la Ribera

Salamanca

Tel.- +34 923 505067

Soledad Luis Martín (+34 619127491)

Actividades.- Actividades culturales tradicionales

■ ASOCIACIÓN LOS OLIVOS

Plaza Mayor, 5

37248 Ahigal de los Aceiteros

Salamanca

Tel.- +34 923 512430

Isabel Calvo Borgaz

Actividades.- Actividades de cultura tradicional; manualidades; revista cultural; senderismo; teatro, coro de canción popular tradicional.

■ ASOCIACIÓN OGNEDABA

Pizarra, 6-8

37273 Bogajo

Salamanca

Tel.- +34 677838560

E-mail.- agrocampil@velpa.com

Luis Bravo Martín

Objetivos.- Recuperación de cultura y fiestas tradicionales; exposiciones; cinematografía y turismo comarcal; periódico informativo.

Actividades.- Recuperación de bailes tradicionales de la comarca, potenciar el interés turístico del pueblo, recuperación de fiestas tradicionales, creación de un taller de baile tradicional charro, exposición y proyección cinematográfica de cultura comarcal, semana de enseñanza a los niños sobre los antiguos trabajos, celebración del día de la siega, elaboración y edición de un periódico informativo.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

As seguintes reflexões e sugestões são resultado do Encontro Transfronteiriço, celebrado na Quinta de Valicobo (La Fregeneda), no dia 20 de Setembro de 2004. A organização da reunião cumpria vários objectivos: conhecer e pôr em contacto as diversas associações que estão a trabalhar na zona portuguesa e espanhola e extrair uma série de linhas de cooperação transfronteiriça. O resultado da jornada e das conclusões das mesas de trabalho constituem um guião dos desafios do futuro neste campo das relações transfronteiriças entre associações e instituições propostos pelos agentes sociais e responsáveis das administrações. Além disso, este apartado final está enriquecido com as propostas dos encontros transfronteiriços de empresários e associações de turismo rural, celebrados em Vitigudino (9-10 de Outubro de 2002) e em Freixo de Espada à Cinta (6 de Março de 2003), organizados pelo Centro de Acção Social de Vitigudino.

Entre encontro e encontro, teve lugar uma reunião em Vitigudino, no dia 27 de Novembro de 2002, com a ideia de formar uma **mesa de trabalho conjunta** onde participassem os diferentes sectores, câmaras municipais e agentes sociais da comarca. À reunião acudiram representantes da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, da Associação Arribes Salmantinos de Turismo Rural (ASATUR), “Dehesa Grande”, presidentes de câmara de vários municípios, técnicos da Deputação de Salamanca, representantes do sector primário e ganadeiro, membros da junta directiva da Associação para o Desenvolvimento Económico da Zona Oeste de Salamanca (ADEZOS) e pessoas vinculadas ao desenvolvimento da comarca.

Portanto, os organizadores da jornada e responsáveis desta publicação consideram que é um momento oportuno para fazer pública esta ferramenta de trabalho. O conhecimento mútuo das associações e entidades ajudará a avançar neste território e na cooperação transfronteiriça e, ficamos com uma sugestiva ideia, a **profissionalização das associações no meio rural**.

PROPUESTAS DE INTERVENCIÓN TRANSFRONTERIZA

Las siguientes reflexiones y sugerencias son el resultado del Encuentro Transfronterizo, celebrado en la Quinta de Valicobo (La Fregeneda), el día 20 de septiembre de 2004. La organización de la reunión cumplía varios objetivos: conocer y poner en contacto las diversas asociaciones que están trabajando en la zona portuguesa y española y sacar una serie de líneas de cooperación transfronteriza. El resultado de la jornada y de las conclusiones de las mesas de trabajo constituyen un guión de los desafíos de futuro en este campo de las relaciones transfronterizas entre asociaciones e instituciones propuestos por los agentes sociales y responsables de las administraciones. Además, este apartado final está enriquecido con las propuestas de los encuentros transfronterizos de empresarios y asociaciones de turismo rural, celebrados en Vitigudino (9-10 de octubre de 2002) y en Freixo de espada à Cinta (6 de Marzo de 2003), organizados por el Centro de Acción Social de Vitigudino.

Entre encuentro y encuentro, ha tenido lugar ha tenido lugar una reunión en Vitigudino, el 27 de noviembre del 2002, con la idea de formar una **mesa de trabajo conjunta** donde participarían los diferentes sectores, ayuntamientos y agentes sociales de la comarca. A la reunión acudieron representantes de la Cámara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, de la Asociación de Empresarios de Vitigudino y Comarca (ASEMVI), de la Asociación Arribes Salmantinos de Turismo Rural (ASASTUR), Dehesa Grande, alcaldes de varios municipios, técnicos de la Diputación de Salamanca, representantes del sector primario y ganadero, miembros de la junta directiva de la Asociación para el Desarrollo Económico de la Zona Oeste de Salamanca (ADEZOS) y personas vinculadas con el desarrollo de la comarca.

Por tanto, los organizadores de la jornada y responsables de esta publicación consideramos que es un momento oportuno para hacer pública esta herramienta de trabajo. El conocimiento mutuo de las asociaciones y entidades ayudará a avanzar en este territorio y en la cooperación transfronteriza y, nos quedamos con una sugerente idea, la **profesionalización de las asociaciones en el medio rural**.

MESA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

1. Melhora das infra-estruturas viárias e sinalização horizontal de ambos os lados da raia, em especial, a conexão através de uma **ponte sobre o rio Douro** entre o noroeste salmantino (Masueco) e o Itinerário Principal IP4 (Ventozelo) Para permeabilizar este “fundo de saco” da raia húmida.
2. Investimentos na zona em matéria de **telecomunicações e novas tecnologias** que melhorem a qualidade de vida da população local, ajudem os empresários e gerem novos postos de trabalho (tele-trabalho).
3. Apoio ao **pequeno comércio** dos núcleos rurais porque tem um papel destacado nos serviços de proximidade de acordo com uma população envelhecida e matem emprego e, portanto, população.
4. A criação de **uma associação profissional na zona orientada a prover produtos agrícolas e ganadeiros** a preços mais baixos e **a comercializar os produtos agro-pecuários de qualidade** sob o “guarda-chuva” dos Parques Naturais (queijo, mel, etc.)
5. O estabelecimento de **reuniões transfronteiriças por parte das associações de empresários** para intercambiar ideias e conhecimentos das suas empresas.
6. A organização de **cursos de formação profissional específicos** para lutar contra o desemprego na zona (por exemplo, de soldagem metálica).

MESA DE TURISMO

7. Impulso à **promoção turística conjunta** da zona e difusão de novas propostas surgidas das associações de empresários turísticos. Um exemplo de estas campanhas poderia centrar-se nas **Rotas Culturais Transfronteiriças** (Rota do Douro, Rota de Castros e berracos, Rota dos Vinhos da Europa e Caminho de Santiago) e na promoção de **Rotas Temáticas** (Guerra Junqueiro,

MESA DE DESARROLLO ECONOMICO

1. Mejora de las infraestructuras viarias y señalización horizontal de ambos lados de la raya, en especial, la conexión a través de un **punte sobre el río Duero** entre el noroeste salmantino (Masueco) y el Itinerario Principal IP4 (Ventozelo) para permeabilizar este “fondo de saco” de la raya húmeda.
2. Inversiones en la zona en materia de **telecomunicaciones y nuevas tecnologías** que mejoren la calidad de vida de la población local, ayuden a los empresarios y generen nuevos puestos de trabajo (teletrabajo).
3. Apoyo al **pequeño comercio** de los núcleos rurales porque juega un papel destacado en los servicios de proximidad de cara a una población envejecida y mantiene empleo y, por tanto, población.
4. La creación de **una asociación profesional en la zona orientada a suministrar productos agrícolas y ganaderos** a precios más bajos y **a comercializar los productos agropecuarios de calidad** bajo el paraguas de los Parques Naturales (queso, miel, etc.).
5. El establecimiento de **reuniones transfronterizas por parte de las asociaciones de empresarios** para intercambiar ideas y conocimientos de sus empresas.
6. La organización de **cursos de formación profesional específicos** para luchar contra el desempleo en la zona (por ejemplo, de soldadura metálica).

MESA DE TURISMO

7. Impulso a **la promoción turística conjunta** de la zona y difusión de nuevas propuestas surgidas de las asociaciones de empresarios turísticos. Un ejemplo de estas campañas podría centrarse en las **Rutas Culturales Transfronterizas** (Ruta del Duero, Ruta de Castros y Verracos, “Rota dos Vinhos da Europa” y Camino de Santiago) y en la promoción de **Rutas Temáticas** (Guerra Junqueiro, Ruta de los Escritores, Rota do Azeite de

Rota dos Escritores, Rota do Azeite de Trás-os-Montes, Rota dos Fortes da Fronteira, etc.).

8. Aposta decidida na zona pelo *ecoturismo*, já que se conta com os Parques Naturais do Douro Internacional e de Arribes do Douro, e pelo *etnoturismo* suportado pelas associações de produtores dos vinhos. O turismo vitivinícola atraiu 2.000 visitantes neste último ano no Concelho de Vila Nova de Foz Côa e no seu entorno e provocou umas fortes sinergias em outros subsectores implicados.
9. Valorizar os *recursos associados às grandes obras de infra-estrutura de comunicação* terrestre (Via Férrea la Fuente de San Esteban/Barca de Alva e a sua continuação até Pocinho) e fluvial (Porto de Vega Terrón e Porto Desportivo de Barca de Alva).
10. Reivindicar os investimentos previstos na zona com a *Rota do Douro (Uma viagem de cor)* por parte dos responsáveis da Direcção Geral de Turismo da Junta de Castela e Leão.
11. Solicitude das associações da zona, de forma unida e coordenada, de um maior investimento em projectos de sinalização dos alojamentos de turismo rural e de rotas, de miradouros, de centros de recepção aos visitantes, etc. com fundos *da iniciativa comunitária INTERREG ou de outras linhas de financiamento*.
12. Participação activa das instituições, associações e empresários turísticos nas *Feiras Transfronteiriças*, que cada vez mais são frequentadas por uma maior número de visitantes (Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Barruecopardo, Trabanca, Lumbrals, etc.) e que cumprem um papel social e económico.
13. A criação de uma *Associação de Turismo Transfronteiriça* ou uma união de empresários privados (como por exemplo a experiência da Red Arrayán) para executar projectos turísticos sustentáveis e de qualidade (formação de empresários e trabalhadores, central de reservas, actividades de ócio conjuntas, pacotes turísticos, assistência a feiras, folhetos bilingues, etc.).

Tras-os-Montes, Ruta de Fortificaciones de Frontera, etc.).

8. Aposta decidida en la zona por el *ecoturismo*, ya que se cuenta con los Parques Naturales del Douro Internacional y de Arribes del Duero, y por el *enoturismo* respaldado por las asociaciones de productores de los vinos. El turismo vitivinícola ha atraído a 2.000 visitantes en este último año en el Concelho de Vila Nova de Foz Côa y su entorno y ha provocado unas fuertes sinergias en otros subsectores implicados.
9. Poner en valor los *recursos asociados a las grandes obras de infraestructura de comunicación* terrestre (Vía Férrea La Fuente de San Esteban/Barca de Alva y su continuación hasta Pocinho) y fluvial (Muelle de Vega Terrón y Puerto Deportivo de Barca de Alva).
10. Reivindicar las inversiones previstas en la zona con la *Ruta del Duero (Un viaje de color)* por parte de los responsables de la Dirección General de Turismo de la Junta de Castilla y León.
11. Solicitud de las asociaciones de la zona, de forma unida y coordinada, de una mayor inversión en proyectos de señalización de los alojamientos de turismo rural y de rutas, de miradores, de centros de recepción de visitantes, etc. con fondos de *la iniciativa comunitaria INTERREG o de otras líneas de financiación (LEADER+ y PRODERCAL)*.
12. Participación activa de las instituciones, asociaciones y empresarios turísticos en las *Ferias Transfronterizas*, que cada vez son más frecuentadas por un mayor número de visitantes (Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Barruecopardo, Trabanca Lumbrals, etc.) y cumplen un papel social y económico.
13. La creación de una *Asociación de Turismo Transfronteriza* o una unión de empresarios privados (como por ejemplo la experiencia de la Red Arrayán) para ejecutar proyectos turísticos sostenibles y de calidad (formación de empresarios y trabajadores, central de reservas, guías de turismo de naturaleza, actividades de ocio conjuntas, paquetes turísticos, asistencia a ferias, folletos bilingües, etc.).

MESA SOCIO-CULTURAL

14. Programar **Encontros Transfronteiriços** de temas específicos: sociais, desportivos, caminhadas, culturais, médio ambientais ou de grupos concretos (crianças, jovens, mulheres ou de terceira idade). As associações e instituições têm que animar esta série de encontros e aproveitar os formadores e monitores de cada país o intercambio de ideias para elaborar projectos transfronteiriços (creches transfronteiriças e lugares de ócio para jovens).
15. Visitas e **intercâmbios de estudantes entre os centros da zona ou entre as associações de mulheres e terceira idade** com o fim de estreitar laços e aprofundar nas relações de vizinhos. Estes contactos servirão de motivação para a aprendizagem de ambos os idiomas de forma não regulamentada e a implicação e aproximação dos pais.
16. Organização de **Jornadas Culturais** para conhecer os elementos culturais comuns: gastronomia, artesanato, costumes, tradições, festas, folclore, etc. Nestas jornadas podem participar técnicos de associações e pessoas mais velhas com o propósito de que não se perca a memória colectiva da zona. Algumas acções comuns seriam a abertura de um **Museu Etnográfico Transfronteiriço** da zona num edifício com um significado histórico comum ou a montagem de **Exposições Itinerantes** de artesanato, trajes típicos, vestimenta ou alfaías agrícolas de lavraria.
17. Publicar um **directório de associações musicais**, profissionais ou afeccionados, que possibilite a sua actuação nas festas paroquiais de aldeias e freguesias: coros, grupos folclóricos, etc. Inclusivamente, as associações podem organizar intercâmbios destes grupos em outros eventos festivos.
18. As associações poderiam realizar **estudos sócio-culturais de ambos os lados da fronteira e manter uma base de diferentes dados** como fonte de informação dos responsáveis políticos.

MESA SOCIO-CULTURAL

14. Programar **Encuentros Transfronterizos** de temas específicos: sociales, deportivos, senderismo, culturales, medioambientales o de grupos concretos (niños, jóvenes, mujeres o tercera edad). Las asociaciones e instituciones tienen que animar esta serie de encuentros y aprovechar los formadores y monitores de cada país el intercambio de ideas para elaborar proyectos transfronterizos (guarderías transfronterizas y lugares de ocio para jóvenes).
15. Visitas e **intercambios de escolares entre los centros de la zona o entre las asociaciones de mujeres y tercera edad** con el fin de estrechar lazos y profundizar en las relaciones de vecindad. Estos contactos servirán de motivación para el aprendizaje de ambos idiomas de forma no reglada y la implicación y acercamiento de los padres.
16. Organización de **Jornadas Culturales** para conocer los elementos culturales comunes: gastronomía, artesanía, costumbres, tradiciones, fiestas, folklore, etc. En estas jornadas pueden participar técnicos de asociaciones y personas mayores con el propósito de que no se pierda la memoria colectiva de la zona. Algunas acciones comunes serían la apertura de un **Museo Etnográfico Transfronterizo** de la zona en un edificio con un significado histórico común o el montaje de **Exposiciones Itinerantes** de artesanía, trajes típicos, vestimenta o aperos de labranza.
17. Publicar un **directorío de asociaciones musicales**, profesionales o aficionados, que posibilite su actuación en las fiestas parroquiales de pueblos y freguesias: coros, grupos folklóricos, etc. Incluso, las asociaciones pueden organizar intercambios de estos grupos en otros eventos festivos.
18. Las asociaciones podrían realizar **estudios socio-culturales de ambos lados de la frontera y mantener una base de diferentes datos** como fuente de información de los responsables políticos.

